

PROPOSTA DE PREÇO READEQUADA

A CAMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025
Processo Administrativo nº 040/2025

Pelo presente, submetemos a apreciação da nossa proposta relativa à licitação em epigrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolveram os trabalhos e concordamos com a totalidade e clareza em que devem ser apresentados nossos produtos/serviços tal como preza a lei e rege os critérios de qualificação como exige o edital.

PLANILHA ORÇAMENTARIA:

ITE M	DESCRIÇÃO	UNI.	QUANT.	QUANT VEIC.	R\$ UNIT.	R\$ MÊS	R\$ TOTAL
01	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CARRO POPULAR/PASSEIO COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: MARCA VOLKSWAGEN MODELO POLO 1.0 MSI ANO/MODELO 2021/2022 CAPACIDADE MININA DE 05 LUGARES, 05 PORTAS, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. DOTADO DE TODOS OS ACESSORIOS E EQUIPAMENTOS EXIDOS PELO CTB.	MÊS	12	03	R\$ 3.111,10	R\$ 9.333,30	R\$ 111.999,60
02	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO SUV MEDIO MARCA RENAULT MODELO DUSTER 1.6 MANUAL ANO MODELO 2022 05 PORTAS CAPACIDADE DE 05 LUGARES, FLEX, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. DOTADO DE TODOS OS ACESSORIOS E EQUIPAMENTOS. EXIDOS PELO CTB	MÊS	12	03	R\$ 6.266,00	R\$ 18.798,00	R\$ 225.576,00
VALOR TOTAL					R\$ 337.575,60		

COMPOSIÇÃO DE CUSTO:

RUA SANTA RITA 239 - CENTRO / GOV EDISON LORAO-MA - CEP: 65.928-000
INSC. ESTADUAL 12.583946-4

ITEM: 02

BDI - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS REAJUSTADOS SIMPLIFICADA - ITEM 02

EMPRESA		STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA			
CNPJ:		18.294.527/0001-31			
LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO MINI SUV, capacidade mínima para 05(cinco) passageiros 05 portas, acessórios obrigatórios (cinto de segurança em todos os bancos, extintor, estepe, chave de roda, macaco e triângulo). Equipado com todos componentes de segurança exigidos pelo CONTRAN, documentação regular. S/ combustível. S/ Motorista. Quilometragem estabelecida em edital. Marca/ modelo RENAULT DUSTER SCe 1.6 MANUAL 2022/2022				PLANILHA BASEADA NA LOCAÇÃO DO VEICULO S/ COMBUSTIVEL E S/ MOTORISTA.	
REGIME DE TRIBUTAÇÃO					
OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL		X	LUCRO REAL		LUCRO PRESUMIDO
VALOR DO VEÍCULO				R\$ 85.000,00	
1. FATORES DE CUSTO					
FATOR			CUSTO - MENSAL % EM RELAÇÃO A R\$ VEICULO	CUSTO MENSAL EM R\$	CUSTO KM
1.1 CUSTOS SOBRE O VEÍCULO					
A	Lubrificantes filtros (motor e transmissão) 10W40 + FILTROS+ FLUIDOS		0,32%	R\$ 304,00	NDEF
B	Pneus REF . 01 JOGO 18 MESES - 04 UNI 215/65R16 R\$ 2.880,00		0,19%	R\$ 161,50	NDEF
C	Manutenção (peças e serviços) PASTILHAS + PÇ DESGASTE NATURAL		0,20%	R\$ 170,00	NDEF
D	Outros Custos Variáveis : PEQUENOS REPAROS, MARTELINHO, ELETRICO		0,15%	R\$ 127,50	NDEF
E	Outros não mencionados		0,10%	R\$ 85,00	NDEF
F	SOMA-1.1(CV)		0,96%	R\$ 848,00	NDEF
1.2. CUSTOS FIXOS -CF					
A	Depreciação do veí. FIPE Instrução Normativa SRF nº 1700 e os anexos.		0,40%	R\$ 340,00	NDEF
B	Licenciamento + DPVAT		0,02%	R\$ 17,00	NDEF
C	IPVA 3,0% (anual)		0,25%	R\$ 237,50	NDEF
D	CUSTO PROPRIEDADE + SEGURO VEIC.		15,00%	R\$ 1.062,50	NDEF
E	SOMA-1.2(CF)		15,67%	R\$ 1.657,00	NDEF
1.3. ADMINISTRAÇÃO E LUCRO (AL)					
A	R\$ ADM. (TRANSPORTE REPOS. + SEGURO TRANSP + CUSTOS ESCRITORIO)		5,00%	R\$ 354,17	NDEF
B	MOTORISTA + ENCARGOS SINAPI 101422				NDEF
C	Combustível: CONS = 9,0KM/L - GASOLINA 28/05/2025 - R\$ 6,19/L				NDEF
A(1)	SOMA-1.3(AL)			R\$ 354,17	
1.4. IMPOSTOS (IMP)					
A	ICMS (se couber)		0,00%		
B	ISS (se couber)		0,00%		
C	PIS		0,00%		
D	COFINS		0,00%		
E	Outros impostos: simples nacional (sobre o mensal)		10,69%		
F(2)	SOMA-1.4(IMP)		IMP REF/MÊS - R\$ 6.266,00	10,69%	R\$ 669,84
			CUSTO MEDIO/ KM		NDEF
TOTAL DOS CUSTOS REF. UNID/MÊS. BDI TOTAL				R\$ 3.529,01	
VALOR POR VEÍCULO (PROPOSTO) P/ MÊS R\$ 6.266,00				R\$ 6.266,00	
LUCRO POR MÊS POR VEICULO				R\$ 2.736,99	
LUCRO TOTAL ANO 03 VEICULOS - 12 MESES				36	R\$ 98.531,64

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS;



STRUTURA VALOR SERV. E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

Forma N°

Processo Adm N° 090/2025

Câmara Municipal de Acailandia
CNPJ: 18.143.442/0001-76

A) Essa proposta tem valor total geral de **R\$ 337.575,60 (TREZENTOS E TRINTA E SETE MIL QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS COM SESSENTA CENTAVOS)**

B) Declaramos que todos os preços cotados já estão incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

ENDEREÇO: Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison

Lobão/MA, CEP: 65.928-000

TELEFONE: (99) 98438-4668

E-MAIL: makinacarloc@gmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO

NOME: DYEGO LUCENA RIBEIRO - CPF: 027.035.063-25 - CNH: 03999091500 DETRAN/MA

NACIONALIDADE: brasileiro - ESTADO CIVIL: solteiro - PROFISSÃO: empresário

ENDEREÇO COMPLETO: Rua Santa Rita, nº. 239 - Casa, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 90 dias

Declaramos que nos preços cotados já estão incluídos todos os tributos, custos de frete, encargos fiscais, trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas incidentes sobre o objeto da licitação.

4. DADOS BANCARIOS DA EMPRESA: Banco Bradesco Ag: 2218-7 C/c 532229-4 – Pix 18294527000131.

Governado Edison Lobão – 28 de Maio de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br DYEGO LUCENA RIBEIRO
Data: 28/05/2025 12:26:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA -

CNPJ 18.294.527/0001-31

DYEGO LUCENA RIBEIRO

CNH: 03999091500 DETRAN/MA

RUA SANTA RITA 239 - CENTRO / GOV EDISON LOBAO-MA - CEP: 65.928-000
INSC. ESTADUAL 12.583946-4

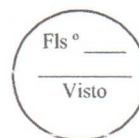
MakinaCar
VEÍCULOS E MÁQUINAS

STRUTURA VALOR SERV. E LOCAÇÕES LTDA
CNPJ: 18.294.527/0001-31

Forma Nº 118
Processo Adm Nº 040203
Y
Câmara Municipal de Acailandia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

MakinaCar
VEÍCULOS E MÁQUINAS

RUA SANTA RITA 239 - CENTRO / GOV EDISON LORAO-MA - CEP: 65.928-000
INSC. ESTADUAL 12.583946-4



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
“QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA”
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82

CONTRATO N° 007/2025

Forma Nº 119
Processo Adm Nº 090/2025
Y
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.143.443/0001-70

Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram o Fundo Municipal de Educação de Goiatins/TO e a pessoa jurídica **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCACOES LTDA**, na forma abaixo.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o Nº **31.537.492/0001-82**, com sede, na Rua 21 de Abril, CEP: 77.770-000, Centro, Goiatins -TO, neste ato representado pela gestora a Sra. Maria Pereira Soares, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº 870.243.491-15, portadora do RG: 1829772 SSP/DF.

CONTRATADA: ESTRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à RUA SANTA RITA, CENTRO CEP: 65.928-000, na cidade de GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 18.294.527/0001-31, neste ato representada pelo Sr. **DYEGO LUCENA RIBEIRO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE**, carteira de identidade nº 93641998-9 SSP/MA e CPF nº 027.035.063-25, domiciliado a RUA TIRADENTES Nº 170 GOVERNADOR EDISON LOBÃO- MA, portador da CI/RG nº 723147 SSP/TO e do CPF/MF nº 001.377.641-03 – CONTATOS: (99) 9843-84668 (99) 9843-8466 E-mail: dlribeiro_direito@hotmail.com - makinacarloc@gmail.com.

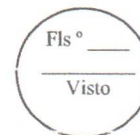
1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de transporte escolar para atender os alunos das escolas da rede pública municipal e estadual da zona rural do município de Goiatins/TO, durante o exercício de 2025, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, compreendendo os dias letivos, conforme a seguir:

[illegible]



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Folha Nº 120
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.149.149/0001-37

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente contrato está sendo firmado com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do **Pregão Eletrônico n.º 009/2024**, aplicando-se ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

3. DO VALOR

3.1. O valor aprovado para o objeto é de **R\$ 725.689,20 (Setecentos e Vinte e Cinco Mil Seiscentos e Oitenta e Nove Reais e Vinte Centavos)** denominado valor contratual.

3.2. Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Exercício da despesa	Ficha	Funcional programática	Fonte de recurso	Elemento
2025	00145	10.08.12.361.1336.2.123	1.500	3.3.90.39
2025	00149	10.08.12.365.0054.2.135	1.500.1001	3.3.90.39
2025	00304	14.25.12.361.1336.2.037	1.540	3.3.90.39
2025	00300	4.25.12.361.1336.2.025	1.500	3.3.90.39

4. DA EXECUÇÃO

4.1. Do prazo de execução e vigência

4.1.1. O prazo de vigência do contrato será de 11 (onze) meses, durante a efetiva execução, compreendendo no mínimo 200 dias letivos em 2025, contados da data de assinatura do contrato, ou seja, até o dia 31/12/2025 podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços são essenciais para o funcionamento do órgão público e que, findado o contrato, haverá a sua substituição por novo e assim sucessivamente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

4.1.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

4.1.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

4.1.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.1.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

4.1.3.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

4.1.3.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.1.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.1.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.1.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

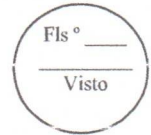
4.1.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.2. Condições de Execução

4.2.1. A data de início da execução dos serviços está prevista para 06/02/2025, de acordo com o calendário



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Fls.º 121
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

divulgado pela Secretaria de Estado da Educação – SEED – porém poderá ser alterada mediante comunicação prévia da Administração à contratada, devidamente formalizada em contrato ou aditivo. A execução dos objetos licitados, compreende no mínimo 200 dias letivos.

4.2.2. Caso não seja possível execução dos serviços no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.2.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com Descritivo Detalhado de Rota (pontos de embarque/desembarque, bem como os horários) que será fornecido pela SEMED ao licitante vencedor, em atendimento a quilometragem diária definida constante no ANEXO I, deste Termo de Referência, ou mesmo conforme modificações e alterações dos gestores do contrato da Secretaria Municipal de Educação, a qual repassará a nota de empenho com antecedência de 15 (quinze) dias.

4.2.4. A execução do serviço de transporte escolar será prestada diariamente, de forma continuada, conforme roteiro especificado na descrição de cada produto licitado, pormenorizado no Descritivo Detalhado de Rota, que será disponibilizado ao licitante vencedor; e de acordo com Nota de Empenho emitida pela Secretaria Municipal da Educação (SEMED), afim de contemplar todos os dias letivos definidos para o ano em vigência. Para cada um dos itens/rotas foi quantificada a quilometragem diária a ser percorrida pelo veículo proposto, sendo que o prestador de serviço contratado deverá considerar o tempo de percurso de cada rota obedecendo ao horário de início e término das aulas, em conformidade com o turno definido em cada rota.

4.2.5. Cabe a SEMED - G determinar as linhas, seus trajetos, seu ponto inicial e final, sua ampliação ou redução assim como a criação de novas linhas e extinção de outras já existentes, sendo considerado para efeito de definição da quilometragem a distância percorrida entre o ponto inicial (embarque do primeiro aluno) e o ponto final (desembarque do último aluno na unidade de ensino), definido pelo Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação.

4.2.6. No decorrer da execução do contrato estas quilometragens poderão sofrer alterações, levando em consideração a rotatividade de alunos entre as instituições, bem como a flexibilidade entre os períodos de início e conclusão das aulas.

4.2.7. As rotas existentes serão revisadas, acompanhadas e medidas periodicamente pela equipe do Setor de Transporte Escolar da SEMED.

4.2.8. As linhas não poderão ser alteradas, ampliadas ou reduzidas sem autorização por escrito da gestora da Secretaria Municipal de Educação.

4.2.9. O Município poderá proceder a novas exigências relativas às condições de segurança, higiene e comodidade dos usuários ou para atender a outras razões de interesse público.

4.2.10. Independente do ano de fabricação, o Município poderá recusar qualquer veículo disponibilizado para o transporte, se constatado, mediante vistoria, que compromete a segurança, o conforto ou a confiabilidade da prestação adequada dos serviços, bem como por inobservância das especificações técnicas exigidas pela legislação aplicável ou pelo município.

4.2.11. A SEMED procederá a avaliações periódicas da qualidade dos serviços, podendo rescindir o contrato a qualquer tempo, mediante despacho motivado.

4.3. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

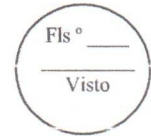
5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Critérios de Avaliação/Conferência dos Serviços

5.1.1. A fiscalização técnica do contrato avaliará mensalmente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), havendo o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

5.1.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes indicadores:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
“QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA”
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82

Folha Nº 122
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Aquilano
CNPJ: 12.149.442/0001-76

Adequação dos serviços prestados à rotina de trabalho e Resultados dos Serviços, na execução do transporte com roteiros e turnos definidos	
Item	Descrição
Finalidade	* Realizar o cumprimento integral dos serviços relacionados no Termo de Referência e dos resultados esperados para a execução de transporte de passageiros de acordo com o calendário escolar e roteiros definidos, nos aspectos da periodicidade, pontualidade, integridade, higiene e segurança. * Garantir que os veículos e seus respectivos equipamentos de sinalização e segurança, bem como a conduta profissional dos motoristas estejam de acordo com as definições e objetivos propostos no Termo de Referência.
Meta a cumprir	* Cumprir os roteiros estabelecidos de acordo com os turnos escolares definidos; * Garantir a segurança no transporte dos usuários; * Manter o veículo com todos os seus equipamentos de segurança, acessórios e documentos em regularidade; * Relatar todas as alterações e/ou intercorrências divergentes ao estabelecido; * Tratar todos os usuários com respeito, educação e ética; * Manter o veículo sempre limpo; * Garantir que somente pessoas autorizadas sejam transportadas.

Instrumento de medição	* Verificação do cumprimento dos itinerários do transporte escolar definidos; * Averiguação visual realizada pela equipe de fiscalização; * Utilização de check-list padronizado;
Forma de acompanhamento	* Ordens de Serviço/Empeños dentro do período de referência, devidamente avaliadas pela Fiscalização. * Check-list específico, feita por inspeção dos serviços nas áreas atendidas.
Periodicidade	Mensal
Início de vigência	A partir do recebimento da Ordem de Serviço ou instrumento congênere
Faixa/Número de Ocorrências/Ajuste no Pagamento /Sanções	Faixa 1 – até 01 não conformidade = 100% do valor mensal Faixa 2 – de 02 a 03 não conformidade = 90 % do valor mensal Faixa 3 – de 04 a 05 não conformidade = 80 % do valor mensal Faixa 4 – de 06 a 07 não conformidade = penalidade de advertência. Faixa 6 – acima de 07 não conformidade – multa e rescisão contratual
Observações	Os serviços medidos para fins de avaliação do Indicador de Produção estarão concentrados na quantidade e qualidade de execução completa das demandas.

Pregão	Contrato	
Razão Social		
ROTA	Turno	Placa do Veículo
ônibus	Referente ao mês/ano	
micro-ônibus		
van		
FATORES DE AVALIAÇÃO (CHECK-LIST)		Ocorrências
ITEM	DESCRIÇÃO	Conforme Não Conforme



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
“QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA”
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Forma Nº 123
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Acilândia
CNPJ: 12.140.442/0001-76

1	Regularidade no cumprimento dos horários de embarque e desembarque nos respectivos pontos estabelecidos, observadas as características e horários dos roteiros definidos. Tolerância de até 5 minutos.		
2	Veículo se apresenta em boas condições de higiene e limpeza? Levar em consideração, condições climáticas e características da rota.		
3	Seguir o roteiro/itinerário estabelecido pela SEMED. Não realizar desvio de rota, salvo necessidade justificada.		
4	Equipamentos de segurança em funcionamento e dentro do prazo de validade (extintor de incêndio, cinto de segurança para todos os passageiros, funcionamento dos sistemas de iluminação e sinalização, pneus em condições de uso)		
5	Portar junto ao veículo, todos os documentos obrigatórios estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro (documentos do veículo e motorista)		
6	Portar junto ao veículo, lista de passageiros que está transportando (ou transportará). Listagem fornecida pela SEMED.		
7	Não permitir que pessoas estranhas/não autorizadas utilizem o veículo.		
8	Tratar com respeito, educação e ética os passageiros do veículo.		
9	Comunicar tempestivamente ao setor de transportes da Secretaria de Educação, qualquer intercorrência e/ou anormalidade relacionada ao roteiro, horários, documentação, passageiros e conformidade do veículo.		
TOTAL			

5.1.3. Os descontos decorrentes da medição de resultados serão aplicados cumulativamente no caso de ocorrência concomitante de mais de uma infração.

5.1.4. A medição de resultado será comunicada pelo GESTOR à CONTRATADA, por meio de notificação formal, antes do recebimento definitivo, que poderá ocorrer através do e-mail apontado pela mesma, sendo concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação para contestar o cálculo do IMR.

5.1.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação de serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE desde que comprovada excepcionalidade da ocorrência, resultante de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de caso fortuito ou de força maior).

5.1.6. Caso não seja aceita a justificativa, o GESTOR DO CONTRATO realizará a medição conforme valor apurado para o IMR, podendo ainda apontar a aplicação de penalidades, conforme previsto neste TR.

5.1.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.1.8. A CONTRATADA deverá apresentar a fatura (nota fiscal) referente ao período de medição com o valor ajustado pela aplicação do IMR. Caso a fatura apresentada não esteja ajustada ao valor apurado pelo IMR, esta será devolvida para os ajustes, sendo efetuado o pagamento somente após as correções e regular tramitação dos novos documentos.

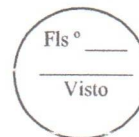
5.1.9. A medição dos resultados e da produtividade (IMR) será encaminhada juntamente com o relatório do GESTOR/FISCAL do contrato atestando o recebimento dos serviços, com a nota fiscal e demais documentos exigidos para fins de pagamento.

5.1.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.1.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
“QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA”
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Forma Nº 124
Processo Adm Nº 049/2023

Câmara Municipal de Aquilândia
OBR Nº 12.143.442/0001-76

previstas no ato convocatório.

5.1.12. Independentemente dos descontos de produtividade mencionados, os descumprimentos definidos neste termo de referência ensejarão a aplicação das penalidades previstas neste TR/edital e/ou rescisão unilateral do contrato.

5.1.13. A fiscalização de que trata este capítulo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

5.1.14.

5.2. Critérios de Recebimento

5.2.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, quando do cumprimento das exigências de caráter operacional e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133.

5.2.1.1. O prazo da disposição acima será contado a partir do último dia do mês da prestação do serviço a que se refere a parcela a ser paga.

5.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

5.2.2.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no Índice de Medição de Resultados, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

5.2.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório do Índice de Medição de Resultado.

5.2.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.2.4.1. Emitir documento comprobatório das avaliações do IMR realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores definidos e aferidos pelo instrumento IMR, e a eventuais penalidades aplicadas, decorrendo em redimensionamento de valores a serem pagos no mês de referência;

5.2.4.2. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

5.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.2.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

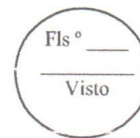
5.3. Forma e prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, mediante apresentação de nota fiscal de prestação de serviços, na qual deverá constar indicação do número do empenho correspondente ao objeto, com o valor ajustado a possível aplicabilidade de penalidades previstas no IMR, estabelecidas no item 5.1.2.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

5.3.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
“QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA”
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82

Forma Nº 125
Processo Adm Nº 090/2025
Y
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

pagamento.

5.3.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

5.3.6. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

5.4. Condições De Pagamento

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da ata de registro de preços e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução da ata de registro de preços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

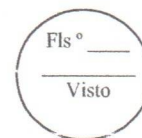
5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso o fornecedor não regularize sua situação.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Folia Nº 126
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Açuilândia
CNPJ: 12.142.442/0001-76

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.13. É obrigatória a observância da retenção do Imposto de Renda na fonte conforme IN RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a IN RFB nº 1.234/2012.

6. DA GESTÃO CONTRATUAL

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. A secretaria ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. À execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo respectivos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal administrativo do contrato ficará responsável por acompanhar e verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.7.2. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços contratados (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.10.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

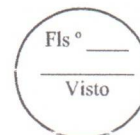
6.10.2. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a regularidade fiscal da empresa.

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará e manterá histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularizações



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Fls.º 127
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acuilândia
CNPJ: 12.142.442/0001-76

faltas ou dos defeitos observados.

6.11.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do mesmo, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.12.1. O fiscal do contrato deverá informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e sancionadoras, se for o caso.

6.12.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se à:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.1.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor do valor correspondente ao fornecimento do serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo de referência;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

7.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021);

7.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.1.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.1.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

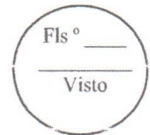
7.1.14. Realizar os cadastros dos usuários do transporte escolar, bem como a verificação da compatibilidade da necessidade do usuário com os requisitos previstos nas legislações e normas vigentes.

7.1.14.1. Emitir listagem de usuários/passageiros pertinentes a cada rota e disponibilizar a contratada periodicamente ou quando houver alteração no número de usuários.

7.1.15. Gerenciar o cadastro dos usuários, definir roteiros e/ou itinerários, estabelecer pontos/loais de embarque e desembarque e definir os horários de embarque e desembarque de acordo com as normas e legislação vigentes.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Folia Nº 128
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Açuandia
10/10/2025

8. GARANTIAS CONTRATUAIS

8.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

8.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

8.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

8.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência.

8.4. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

8.4.1. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.4.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 6.4.7 deste contrato/termo.

8.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

8.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

8.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

8.7. A modalidade seguro-garantia deverá seguir as disposições constantes na CIRCULAR SUSEP nº 662 de 11 de abril de 2022 e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

8.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

8.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

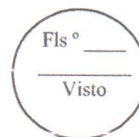
8.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

8.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
“QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA”
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82

Folha Nº 129
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.149.149/0001-76

n.º 14.133, de 2021).

8.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

8.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

8.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

8.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

8.17. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

8.18. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

8.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

8.20. O contratado autoriza o contratante a refer, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, assumindo como seus exclusivamente, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega/realização do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

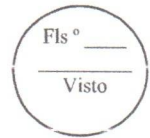
9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade em Sistema de Cadastro de Fornecedores, o fornecedor deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82

Folha Nº 130
Processo Adm Nº 040/2025

Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, ~~Prefeitura Municipal de Asulândia~~
trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja
inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.8. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.9. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, atentando-se ao estabelecido no item 14 (Lei Federal 13709/2018 – LGPD) deste Termo de Referência;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o veículo nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.16. Submeter previamente, por escrito, à Administração, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.17. Os Prestadores de serviço deverão, a qualquer tempo, adequar suas rotas de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação mediante termo aditivo, se for o caso, por ocasião de surgimento de novos contingentes de alunos para ser atendidos.

9.1.18. Competirá à CONTRATADA a admissão de motoristas, devidamente habilitados e capacitados, necessários ao desempenho dos serviços, correndo por sua conta, encargos sociais e exigências das leis trabalhistas, podendo o CONTRATANTE solicitar a qualquer momento documentos comprobatórios;

9.1.19. Todas as despesas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA e deverão obedecer aos padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE, assim como as despesas decorrentes de combustíveis, manutenção e operação dos veículos, obtenção de certificados, habilitações, treinamentos, contratação de seguros, indenizações, equipamentos, bem como demais insumos que se façam necessários à execução do objeto serão de responsabilidade da CONTRATADA;

9.1.20. Caberá a CONTRATADA manter em dia o Licenciamento e demais impostos dos veículos do transporte, bem como verificar se não há infrações nas CNH's dos condutores;

9.1.21. A CONTRATADA deverá participar de reuniões de trabalho sempre que requisitado pela Administração Pública, bem como motorista(s),

9.1.22. Cumprir e fazer cumprir rigorosamente as determinações do Departamento de Trânsito e Rodoviário do Município e as demais legislações pertinentes.

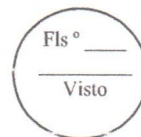
9.1.23. Prestar o serviço de transporte escolar adequado com observância rigorosa do calendário escolar letivo, das datas, turnos e horários dispostos para cada trajeto dispostos para o transporte escolar sem interrupção ou suspensão.

9.1.24. Manter em dia o pagamento do Seguro de Responsabilidade Civil de Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros;

9.1.25. Apresentar o veículo a ser utilizado no transporte escolar com o laudo de vistoria do DETRAN, onde constará se o veículo está em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Fls.º 131
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Aquilândia
INSCRIÇÃO Nº 14.143.142/0001-78

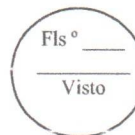
- 9.1.26. Apresentar o veículo utilizado no transporte de escolares para vistoria a ser realizada pelo Departamento de Trânsito do Município e/ou do Estado, semestralmente, ou quando solicitado pela administração.
- 9.1.27. Manter pontualidade quanto aos horários predeterminados, para embarque quanto no desembarque.
- 9.1.28. Permitir a ação da fiscalização e/ou a inspeção, fornecendo informações ou provendo acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações e exigências por ela apresentadas;
- 9.1.29. Executar os serviços, atendendo plenamente aos usuários e satisfazendo as condições de continuidade, regularidade, atualidade, segurança, higiene, cortesia e eficiência;
- 9.1.30. Informar ao Gestor/Fiscal de contratos da SEMED sempre que ocorrer troca do condutor (motorista) com cópia da documentação do respectivo motorista;
- 9.1.31. Em caso de falta de motorista, a empresa deve disponibilizar um substituto imediatamente, sem interromper a prestação de serviços;
- 9.1.32. Informar formalmente a Secretaria Municipal de Educação de Goiátins qualquer sinistro ocorridos nas linhas de Serviços Prestados, bem como ocorrências que comprometam os horários de chegada e saída.
- 9.1.33. Transportar apenas usuários que estejam relacionados na listagem disponibilizada pela Secretaria de Educação.
- 9.1.34. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2. CONDUTORES

- 9.2.1. Para fins de prestação de serviços, durante a execução do contrato, a Contratada deverá observar as seguintes normas em relação aos condutores:
- 9.2.1.1. Constituem obrigações do Condutor do Veículo: respeitar as normas e determinações disciplinares, conduzir com atenção, prestar informações e atender reclamações dos usuários, prestar socorro aos usuários, usar uniforme, crachá de identificação, conhecer os itinerários, respeitar os horários, manter velocidade compatível com a via, evitar freadas ou arrancadas bruscas, fechar as portas antes de colocar o veículo em movimento, abastecer o veículo quanto estiver fora do período de execução, orientar e assegurar o uso obrigatório do cinto de segurança aos usuários;
- 9.2.1.2. Manter em ordem e em funcionamento todos os itens de segurança dos veículos (luzes, extintores, triângulos, portas, janelas e cintos), de forma a solicitar, sempre que for necessária a manutenção preventiva ou corretiva dos mesmos, bem como dos demais componentes que permitam a adequada utilização do veículo.
- 9.2.1.2.1. Transportar escolares com o tacógrafo em operação, certificando-se de que está em funcionamento;
- 9.2.1.2.2. Prestar o serviço somente com o veículo e seus equipamentos em perfeitas condições de segurança, conservação, funcionamento e limpeza.
- 9.2.2. Portar listagem/relação de passageiros, que deverá conter: nome do estudante, endereço e telefone dos pais ou responsáveis, que utilizam o transporte do veículo em que trabalha, não podendo disponibilizar contatos a terceiros.
- 9.2.2.1. A listagem será fornecida periodicamente aos contratados pela Secretaria Municipal de Educação, ou quando houver cadastros de novos usuários junto a Secretaria, sendo vedada a contratada e/ou motorista o transporte de usuários que não estejam na listagem disponibilizada.
- 9.2.2.2. Quando abordado por possíveis novos usuários que não estejam na relação disponibilizada, deverá o condutor, orientar o usuário a procurar a Secretaria Municipal de Educação, setor de Transporte Escolar para realizar seu cadastro, se atendidos os requisitos previstos nas normas e legislações vigentes, o novo usuário será adicionado a listagem de usuários/passageiros e receberá a carteirinha de usuário do transporte escolar.
- 9.2.3. Manter o controle de embarque e desembarque dos estudantes nos pontos correspondentes a sua linha, seguindo exclusivamente a rota de transporte escolar predeterminado pelo Município, não parando em locais como lanchonetes, mercados, panificadoras e ou outros pontos comerciais para que os passageiros possam comprar produtos diversos.
- 9.2.3.1. Deverá o condutor do veículo de transporte de escolares, conduzir os estudantes, quando menores de 12 (doze) anos de idade até a porta da escola e monitorar o desembarque dos demais passageiros.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
“QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA”
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Processo N° 132
Processo Adm N° 040/2025
Câmara Municipal de Aquilândia
CidPd: 12.143.442/0001-76

9.2.4. Portar todos os documentos exigidos e atualizados, tanto os de natureza pessoal, quanto os relativos ao veículo e ao seu serviço.

9.2.5. Tratar com lisura e urbanidade todos os estudantes, pais, professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino e os agentes administrativos do Departamento de Trânsito e Rodoviário do município e/ou do Estado.

9.2.6. Não permitir que os estudantes fumem ou façam uso de bebida alcoólica ou qualquer outra droga ou entorpecente lícito ou ilícito dentro do veículo;

9.2.7. Aos condutores são expressamente proibidas as seguintes condutas: portar armas, atitudes inconvenientes no trato com os usuários, descer do veículo com motor ligado, fumar, executar ou permitir atividade de venda, fazer uso de telefone celular enquanto dirige, manter qualquer forma de relacionamento individual com os usuários além daqueles de urbanidade e atenção decorrentes da prestação de serviços, estacionar o veículo fora dos locais determinados, transitar ou permanecer dentro das dependências das unidades escolares sem a devida necessidade, justificativa, conhecimento ou autorização da Direção ou outro servidor responsável pela unidade;

9.2.8. Comunicar a Secretaria Municipal de Educação, alunos usuários do transporte escolar que estejam promovendo casos de bullying, vandalismos e outras situações que por ventura ocorram durante o itinerário do transporte escolar.

9.2.9. Contatar regularmente o Gestor/Fiscal da Contratante, mantendo-o informado de todos os detalhes da prestação dos serviços, bem como de quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.

9.3. VEICULO

9.3.1. Manterem em local de fácil acesso, as apólices de seguro de Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) e de acidentes Pessoais em Veículo (APPV), conforme o número de passageiros transportados e apólice de seguro coletivo que dê cobertura a todos os alunos transportados, compreendendo seguro de vida e atendimento médico, sendo certo que o custo deverá ser arcado pelo proponente e incluído no valor por quilômetro, obrigatoriamente por ocasião da assinatura do contrato.

9.3.2. Manterem afixados em local visível a Licença para Trafegar, o selo de vistoria e a inscrição da lotação permitida.

9.3.3. A identificação do condutor deve ser fixada em local visível dentro do veículo durante o deslocamento;

9.3.4. Os veículos de transporte escolar não poderão portar cartazes, faixas, película, adesivos ou outros dispositivos afixados nos vidros, janelas ou demais superfícies, sejam eles de que natureza for a não ser permitidas pelo Código de Trânsito Brasileiro.

9.3.5. Os veículos utilizados na prestação de serviços, devem estar em perfeito estado de funcionamento e segurança, atender a todas as condições exigidas pela legislação e atos regulamentares de trânsito, especialmente as exigidas pelo transporte escolar e de passageiros, bem como assegurar a acessibilidade à pessoa com deficiência em compatibilidade com as normas técnicas e demais legislações vigentes.

9.3.6. Comunicar troca de veículo (que não seja por avaria), com antecedência de 07 (sete) dias úteis ao gestor e fiscal de contratos para fiscalização antes que o mesmo venha a ser utilizado;

9.4. Os requisitos necessários contidos neste tópico se fazem necessários para que o transporte dos estudantes seja realizado até os destinos de cada roteiro discriminado nos itens licitados, com o conforto e a segurança necessária exigida na legislação vigente.

10. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

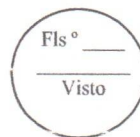
10.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Fls.º 133
Processo Adm Nº 090/2023
Câmara Municipal de Aquilândia
21/04/2023

10.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

10.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11. REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DOS PREÇOS CONTRATADOS

11.1. Os preços contratados serão reajustados/repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro:

11.1.1. Para os custos relativos à mão de obra (repactuação): vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

11.1.1.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

11.1.2. Para os custos decorrentes do mercado (reajuste): a partir da apresentação da proposta. Nos reajustes subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

11.1.3. Cabe ao gestor do contrato solicitar a reanálise de preço do insumo combustível, de ofício, quando este estiver acima de 10 % do valor da média semanal da ANP (Agência Nacional do Petróleo). Somente quando a variação do valor da média semanal da ANP for acima de 10% sobre o valor do insumo combustível (aprovado na última análise de preço pela Comissão Técnica de Análise de Planilhas), a Contratada poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro, desde que comprovado o desequilíbrio. Sendo assim, variações de até 10% deverão ser suportadas pela Contratada e pela Contratante, sem direito a reequilíbrio.

11.1.4. A fim de manter a proporcionalidade da proposta apresentada pela licitante, a Comissão Técnica de Análise de Planilhas deverá registrar no Ofício de Aprovação, o valor da média semanal da ANP na época da licitação, e a sua variação em relação ao preço do insumo combustível aprovado na Planilha de Custos. Tal variação servirá como parâmetro para posteriores análises de pedidos de reequilíbrio.

11.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

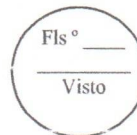
11.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021).

11.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

11.5. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ N.º 31.537.492/0001-82



Forma N.º 134
Processo Adm N.º 040/2023
Câmara Municipal de Aquilândia
DIÁRIO 12/11/2023 15:76

dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021)

11.6. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

11.6.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

11.7. Quando o reajuste solicitado pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INPC, no período, para os Insumos a serem aplicados na execução do objeto e previamente previstos neste Termo de Referências e na Planilha de Composição de Custos.

11.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.10. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

11.12. Independentemente do requerimento de reajuste dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

11.13. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

11.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

11.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.16. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

11.17. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

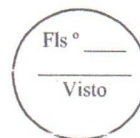
11.18. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

11.19. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 mês, podendo ser prorrogado por igual período, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).

11.20. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
“QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA”
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Fls.º 135
Visto
Forma Nº 090/2025
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

11.21. A repactuação de preços, tanto para revisão de custos decorrentes de mão de obra quanto para revisão de custos de insumos, será formalizada por apostilamento.

11.22. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.23. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

11.24. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

12. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

12.1. Fica designado para fiscalização e acompanhamento da execução do contrato o servidor Gleison Silva de Moraes, Matrícula nº 4060, assentado no cargo Fiscal de Contrato, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Goiátins/10.

12.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Termo de Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução do contrato;
- fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

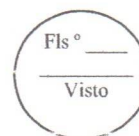
12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



136
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.142.442/0001-76

inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

12.2.4.2. moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, até o máximo de 20% (vinte por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.2.4.3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

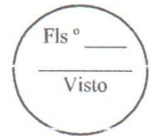
12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
"QUANDO O JUSTO GOVERNA O POVO SE ALEGRA"
CNPJ Nº. 31.537.492/0001-82



Forma Nº 137
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

13.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Goiátins/TO, com renúncia de qualquer outro, para dirimir as dúvidas ou questões decorrentes deste contrato.

14.2. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato para que surtam todos os efeitos legais.

Goiatins/TO, 06 de fevereiro de 2025

MANOEL NATALINO
PEREIRA SOARES:
79369553134

PEREIRA SOARES: 79369553134
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=EMBRANDU, OU=27864284000110, OU=presencial, CN=MANOEL NATALINO PEREIRA SOARES, 79369553134
Razão: Eu sou o autor deste documento
I=manhandev

MARIA PEREIRA SOARES
GESTORA DO FME
CONTRATANTE

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA
CNPJ: 18.294.527/0001-31
DYEGO LUCENA RIBEIRO
CPF nº 027.035.063-25
CONTRATADA



PM DE GOV. EDISON LOBÃO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.143.000/0001-76

Número da NFS-e

65

Código de Verificação de Autenticidade

C70508QZ8

Data e Hora de Emissão da NFS-e

13/03/2025 às 09:45:04

Chave de Acesso

18467BMAGHZQB4MXQU9CZD5AVKSEBFT

Para certificação da autenticidade acesse
<http://45.167.140.87:8080/issweb>, menu
consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS
Não Incidência

Número do Processo

Município de Incidência do ISS
GOIATINS-TOLocal da Prestação
GOIATINS - TO

Número do RPS

Série do RPS

Tipo do RPS

Data do RPS

Competência

13/03/2025

Optante Simples Nacional

Incentivo Fiscal

Regime Especial Tributação

Tipo ISS

1 - Sim

2 - Não

Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP) 03 - Sobre Faturamento

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ

RG/Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

Cadastro

Nome/Razão Social

18.294.527/0001-31

12.583946-4

1597

001256

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Logradouro

Complemento

Bairro

RUA SANTA RITA, 239

CENTRO

CEP

Cidade

Telefone

E-mail

65928-000

GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento

RG/Inscrição Estadual

Inscrição Municipal

Nome/Razão Social

31.537.492/0001-82

ISENTO

ISENTO

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS

Logradouro

Complemento

Bairro

Rua 21 de Abril, 000

CENTRO

CEP/Cod.Postal

Cidade/Pais

Telefone

E-mail

77770-000

GOIATINS - TO

Discriminação dos Serviços

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vlr. Unitário	Total
2.559,00	UN	Serviço de transporte escolar para atender os alunos das escolas da rede pública municipal e estadual da zona rural do município de Goiatins/TO. Rota 02 - veículo Kombi lotação 12 lugares km rodados mês - 2.559 km XX	4,29	R\$ 10.978,11
2.018,80	UN	Serviço de transporte escolar para atender os alunos das escolas da rede pública municipal e estadual da zona rural do município de Goiatins/TO. Rota 09 - veículo Doblo 1.8 07 lugares km rodados mês - 2018,8 km XX	4,24	R\$ 8.559,71
1.723,20	UN	Serviço de transporte escolar para atender os alunos das escolas da rede pública municipal e estadual da zona rural do município de Goiatins/TO. Rota 18 - veículo tipo Uno Way 05 lugares km rodados mês 1.723,2 km XX	3,99	R\$ 6.875,57



PM DE GOV. EDISON LOBÃO
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Processo Adm N° 090/2025
Câmara Municipal de Goiatins
CNPJ 18.294.527/0001-31

Número da NFS-e

65

Código de Verificação de Autenticidade

C70508QZ8

Data e Hora de Emissão da NFS-e

13/03/2025 às 09:45:04

Chave de Acesso

18467BMAGHZQB4MXQU9CZD5AVKSEBFT

Para certificação da autenticidade acesse
<http://45.167.140.87:8080/issweb>, menu
consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS Não Incidência	Número do Processo	Município de Incidência do ISS GOIATINS-TO	Local da Prestação GOIATINS - TO
Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS 13/03/2025
Optante Simples Nacional 1 - Sim	Incentivo Fiscal 2 - Não	Regime Especial Tributação Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP) 03 - Sobre Faturamento	Tipo ISS

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ 18.294.527/0001-31	RG/Inscrição Estadual 12.583946-4	Inscrição Municipal 1597	Cadastro 001256	Nome/Razão Social STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Logradouro RUA SANTA RITA, 239	Complemento	Bairro CENTRO	CEP 65928-000	Cidade GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA
CEP 65928-000	Cidade GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA	Telefone	E-mail	

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento 31.537.492/0001-82	RG/Inscrição Estadual ISENTO	Inscrição Municipal ISENTO	Nome/Razão Social O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIATINS
Logradouro Rua 21 de Abril, 000	Complemento	Bairro CENTRO	CEP/Cod.Postal 77770-000
Cidade/Pais GOIATINS - TO	Telefone	E-mail	

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

Construção Civil

LC 116/2003: 99.99	Aliquota 3,00%	Atividade Município 9999999999999	Código CNAE 4924800	Código da Obra	Código ART
Outros Serviços					
Valor Total dos Serviços R\$ 26.413,39	Desconto Incondicionado R\$ 0,00	Deduções Base Cálculo R\$ 0,00	Base de Cálculo R\$ 26.413,39	Total do ISS R\$ 0,00	ISS Retido 1 - Sim
					Desconto Condicionado R\$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS R\$ 0,00	COFINS R\$ 0,00	INSS R\$ 0,00	IRRF R\$ 0,00	CSLL R\$ 0,00	Outras Retenções R\$ 0,00
-----------------	--------------------	------------------	------------------	------------------	------------------------------

Valor Líquido da NFS-e: R\$ 26.413,39

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

DADOS BANCARIOS - BANCO BRADESCO - AGENCIA 647 CONTA 17979-5 - STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES CNPJ
18.294.527/0001-31
PIX CNPJ 18294527000131

RECEBI(EMOS) DE STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO 65 E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO C70508QZ8.

Data

CPF/RG

Assinatura

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EM SOCIEDADE LIMITADA

Página 1 de 5

1. **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 15/06/1987, na cidade de Imperatriz/MA, portador da CNH nº. 03999091500 DETRAN/MA, CPF nº. 17/03/2020 e CPF nº. 027.035.063-25, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000. Titular da empresa **MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**, estabelecida na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.294.527/0001-31, com ato constitutivo devidamente na JUCEMA, sob o nº. 21600097495, resolve alterar e transformar a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) em SOCIEDADE EMPRESÁRIA, passando a constituir o tipo jurídico SOCIEDADE LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelo presente Contrato Social ao qual se obrigam mutuamente todo(s) o(s) sócio(s):

1ª - Fica transformada a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, já qualificada, em SOCIEDADE LIMITADA, passando a adotar como nome empresarial a denominação social de **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

2ª - A partir desta data a sociedade terá como objeto social:

4930-2/02-Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

4120-4/00 - Construção de edifícios;

4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos;

4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados;

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral;

4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;

4924-8/00 - Transporte escolar;

7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;

7721-7/00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;

7731-4/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;

7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;

9311-5/00 - Gestão de instalações de esportes;

3ª - O acervo do capital social desta Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, ora transformada, no valor de **R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**, passa a constituir o capital social da SOCIEDADE LIMITADA, ora constituída, ficando o capital o mesmo valor **R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)**, neste ato totalmente integralizado em moeda corrente e legal do país, ficando o capital social da empresa dividido entre o(s) sócio(s) da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	REAIS(R\$)	%
DYEGO LUCENA RIBEIRO	420.000	420.000,00	100
TOTAL	420.000	420.000,00	100

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EM SOCIEDADE LIMITADA

Página 2 de 5

4ª - A administração da sociedade cabe ao sócio **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, com poderes para a administração em nome próprio, e atribuições de administrar autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em nenhuma hipótese, praticar atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio (Art. 997. VI 1.013.1015, 1064 CC/2002).

5ª - O administrador declara, sob as penas da lei, que não está incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou restrições legais, que possa impedi-lo de exercer atividade empresarial conforme artigo 1.011, 1º do CC/2002.

Para tanto, passa a transcrever, em ato contínuo o contrato social, com o teor a seguir

1ª - **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em **15/06/1987**, na cidade de **Imperatriz/MA**, portador da CNH nº. **03999091500** DETRAN/MA, expedida em **17/03/2020** e CPF nº. **027.035.063-25**, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, nº. 239 - Casa, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000. A sede da sociedade gira sob o nome empresa de **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, e usará a expressão **STRUTURA VALOR** como nome fantasia, com sua sede e domicílio na **Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000**, podendo instalar filiais em qualquer ponto do Território Nacional, de acordo com a legislação em vigor.

2ª - O capital social é **R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)** dividido em **420.000 (quatrocentos e vinte mil)** quotas no valor nominal de **R\$ 1,00 (um real)** cada, totalmente integralizado em moeda corrente do País, entres os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	REAIS(R\$)	%
DYEGO LUCENA RIBEIRO	420.000	420.000,00	100
TOTAL	420.000	420.000,00	100

3ª - O objeto social da empresa é:

4930-2/02-Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

4120-4/00 - Construção de edifícios;

4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos;

4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados;

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral;

4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;

4924-8/00 - Transporte escolar;

7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;

7721-7/00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;

7731-4/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;

7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;

9311-5/00 - Gestão de instalações de esportes;

ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EM SOCIEDADE LIMITADA

Página 3 de 5

4ª - A sociedade iniciou suas atividades em **10/06/2013**, data de registro e arquivamento na Junta Comercial e o prazo de duração da empresa é por tempo indeterminado.

Forma Nº 142
Processamento Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acailândia
C/REU 12.143.202/2001-76

5ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integração do capital social.

7ª - A administração da sociedade cabe ao sócio **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, com poderes e atribuições de administrar autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio (Arts 997. VI 1.013.1015, 1064 CC/2002).

8ª - Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestara conta justificada de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

9ª - Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

10ª - A sociedade pode a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

11ª - O(s) sócio(s) podem de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore" observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª - O falecimento ou interditado qualquer sócio a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócios(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

13ª - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio(a).

14ª - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno concussão, peculato, ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

15ª - Fica eleito o Foro da Comarca de **Governador Edison Lobão/MA**, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

**ALTERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA EM SOCIEDADE LIMITADA**

Página 4 de 5

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) vias.

Governador Edison Lobão/MA /MA, 31 de março de 2022.

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Folha Nº 143
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acauandia
OAB: 12.149.442/0001-76



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 5 de 5

Folha Nº 144
Processo Adm Nº 040/2022
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.142.000/0001-78

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 01/04/2022 08:55 SOB Nº 21201227590.
PROTOCOLO: 220383561 DE 01/04/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12204118430. CNPJ DA SEDE: 18294527000131.
NIRE: 21201227590. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 31/03/2022.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

LARISSA ROCHA DA SILVA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA – EIRELI**

Fórmula Nº 195
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Acauã
CNPJ: 13.143.412/0001-78

JALDO DOS PRAZERES SILVA, brasileiro, casado, empresário, natural de **Dom Eliseu/PA**, nascido em **25/04/1988**, portador da CNH nº. **04501077857** DETRAN/CE, expedida em **18/10/2018**, e CPF nº. **003.786.192.17**, residente e domiciliado na Rua 08 de Outubro, nº. 05, Quadra nº. 13, Bairro: Parque Juçara, na cidade de Porto Franco/MA, CEP nº. 65.970-000. Titular da empresa **MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**, estabelecida na Rua 08 de Outubro, nº. 05, Quadra nº. 13, Bairro: Parque Juçara, na cidade de Porto Franco/MA, CEP nº. 65.970-000, inscrita no CNPJ sob o nº. **18.294.527/0001-31**, com ato constitutivo devidamente na JUCEMA, sob o nº. **21600097495**, em sessão de **30/11/2018**, resolve alterar, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

1ª – A partir desta data a empresa terá como objeto social:

4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

4120-4/00 - Construção de edifícios;

4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos;

4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados;

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral;

4924-8/00 - Transporte escolar;

4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;

7731-4/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;

7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (tratores, pás-carregadeiras e retroescavadeiras, empilhadeiras, motoniveladoras e etc.);

2ª - O capital social da empresa que era de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), passa a ser alterado para o valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), o presente aumento de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) totalmente integralizados em moeda nacional, que nesta data de 14/01/2020, passa a constituir o capital social da empresa.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

Forma Nº 146
Processo Adm Nº 040/2013
Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-70

**À vista das modificações ora ajustadas consolida-se o ato constitutivo, com a
seguinte redação.
CONSOLIDAÇÃO**

1ª - A empresa gira sob o nome empresarial MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, com sua sede e domicílio na Rua 08 de Outubro, nº. 05, Quadra nº. 13, Bairro: Parque Juçara, na cidade de Porto Franco/MA, CEP nº. 65.970-000.

2ª - O Capital Social desta EIRELI é de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País, conforme art. 980-A, CC/2002.

3ª - A empresa tem por objetivo social:

4930-2/02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

4120-4/00 - Construção de edifícios;

4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos;

4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados;

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral;

4924-8/00 - Transporte escolar;

4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;

7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;

7731 4/00 Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;

7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador (tratores, pás-carregadeiras e retroescavadeiras, empilhadeiras, motoniveladoras e etc.);

4ª - A EIRELI iniciou suas atividades em 10/06/2013, data registro e arquivamento na Junta Comercial e o prazo de duração da sociedade e por tempo indeterminado.

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA – EIRELI**

Forma Nº 197
Processo Adm Nº 040/2020
Y
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

5ª - A administração da empresa será exercida por **JALDO DOS PRAZERES SILVA**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

6ª - O exercício social coincidirá com o ano civil, sendo em **31 de dezembro** de cada ano será elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros ou perdas apuradas.

7ª - Declaro que não possuo nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

8ª - O administrador declara, sob as penas da lei, de que não estar impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

Nesses termos, o titular firma o presente Ato Constitutivo em 01 (uma) via.

Itinga do Maranhão/MA, 14 de janeiro de 2020.

JALDO DOS PRAZERES SILVA
CPF: 003.786.192.17



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 4 de 4

Forma Nº 148
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.142.442/0001-76

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
00378619217	JALDO DOS PRAZERES SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/01/2020 10:16 SOB Nº 20200030469.
PROTOCOLO: 200030469 DE 15/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000147451. NIRE: 21600097495.
MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 15/01/2020
www.empresafacil.ma.gov.br

**SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA – EIRELI**

Forma Nº 149
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acailândia
018.112.149.000/0001-26

JALDO DOS PRAZERES SILVA, brasileiro, casado em comunhão parcial bens, empresário, natural de **Dom Eliseu/PA**, nascido em **25/04/1988**, portador da CNH nº. **04501077857** DETRAN/CE, expedida em **18/10/2018**, e CPF nº. **003.786.192.17**, residente e domiciliado na Rua 08 de Outubro, nº. 05, Quadra nº. 13, Bairro: Parque Juçara, na cidade de Porto Franco/MA, CEP nº. 65.970-000. Titular da empresa **MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**, estabelecida na Rua 08 de Outubro, nº. 05, Quadra nº. 13, Bairro: Parque Juçara, na cidade de Porto Franco/MA, CEP nº. 65.970-000, inscrita no CNPJ sob o nº. **18.294.527/0001-31**, com ato constitutivo devidamente na JUCEMA, sob o nº. **21600097495**, em sessão de **30/11/2018**, resolve alterar, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

1ª - A sede da empresa que é na Rua 08 de Outubro, nº. 05, Quadra nº. 13, Bairro: Parque Juçara, na cidade de Porto Franco/MA, CEP nº. 65.970-000, fica nesta data transferida para **Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000.**

2ª - É admitido na empresa na qualidade de titular o Sr. **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em **15/06/1987**, na cidade de **Imperatriz/MA**, portador da CNH nº. **03999091500** DETRAN/MA, expedida em **17/03/2020** e CPF nº. **027.035.063-25**, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, nº. 239 - Casa, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000.

3ª - Retira-se da empresa livre e desonerado do ativo e passivo o titular Sr. **JALDO DOS PRAZERES SILVA**, cedendo, neste ato, a totalidade do capital de **R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)** ao titular Sr. **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, totalmente integralizados em moeda corrente nacional.

4ª - A administração da empresa cabe ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

5ª - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

6ª - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno,

**SEGUNDA ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA – EIRELI**

Forma Nº 150
Processo Adm Nº 040/2021
Y
Câmara Municipal de Açailândia
finanças 942.112/2021.76

concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade

Nesses termos, o titular firma o presente Ato Constitutivo em 01 (uma) via.

Governador Edison Lobão/MA, 14 de maio de 2021.

JALDO DOS PRAZERES SILVA
CPF: 003.786.192.17

DYEGO LUCENA RIBEIRO
CPF: 027.035.063-25



Forma Nº 151
Processo Adm Nº 040/2023
X
Câmara Municipal de Acailândia
BR/PA.12.149.000/0001-78

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome
00378619217	JALDO DOS PRAZERES SILVA
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/05/2021 11:13 SOB Nº 20210660147.
PROTOCOLO: 210660147 DE 24/05/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12103661164. CNPJ DA SEDE: 18294527000131.
NIRE: 21600097495. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/05/2021.
MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI

JUCEMA

LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA FIRMA: "STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA"

1. **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, nacionalidade brasileira, solteiro(a), empresário, nascido em 15/06/1987, na cidade de Imperatriz/MA, portador da CNH nº. 03999091500 DETRAN/MA, expedida em 17/03/2020 e CPF nº. 027.035.063-25, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, nº. 239 - Casa, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000. Único sócio componente da sociedade limitada sob o nome empresarial de **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, com sede e domicílio na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão sob o NIRE nº. 21201227590, e Inscrita no CNPJ sob nº. 18.294.527/0001-31, resolvem, assim, alterar, o contrato social mediante as seguintes cláusulas:

1ª - O capital social passara a ser de **R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)** dividido em **1.500.000 (um milhão e quinhentas mil)** quotas no valor nominal de **R\$ 1,00 (um real)** cada, o presente aumento de **R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais)** será integralizado neste ato em moeda corrente do País. Ficando o capital social distribuído entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	REAIS(R\$)	%
DYEGO LUCENA RIBEIRO	1.500.000	1.500.000,00	100
TOTAL	1.500.000	1.500.000,00	100

2ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integração do capital social.

3ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, direto de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

4ª - A administração da sociedade caberá ao sócio **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (Art. 997. VI 1.013.1015, 1064 CC/2002).

5ª - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno concussão, peculato, ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

6ª - Permanecem em pleno vigor as demais cláusulas do contrato social, não alterada pelo presente instrumento.

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA FIRMA:
"STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA"**

Avista das modificações ora ajustadas consolida-se o contrato social, com a seguinte redação.

CONSOLIDAÇÃO

1ª – A sede da sociedade gira sob o nome empresa de **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, com sede e domicílio na **Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000**, podendo instalar filiais em qualquer ponto do Território Nacional, de acordo com a legislação em vigor.

2ª – O capital social é **R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)** dividido em **1.500.000 (um milhão e quinhentas mil)** quotas no valor nominal de **R\$ 1,00 (um real)** cada, totalmente integralizado em moeda corrente do País, entres os sócios da seguinte forma;

SÓCIOS	QUOTAS	REAIS(R\$)	%
DYEGO LUCENA RIBEIRO	1.500.000	1.500.000,00	100
TOTAL	1.500.000	1.500.000,00	100

3ª – Objeto da sociedade será de:

4930-2/02-Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;

4120-4/00 - Construção de edifícios;

4313-4/00 - Obras de terraplenagem;

4511-1/01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos;

4511-1/02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados;

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral;

4923-0/02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista;

4924-8/00 - Transporte escolar;

7711-0/00 - Locação de automóveis sem condutor;

7721-7/00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos;

7731-4/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador;

7732-2/01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes;

7739-0/99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador;

9311-5/00 - Gestão de instalações de esportes;

4ª – A sociedade iniciou suas atividades em **10/06/2013**, data registro e arquivamento na Junta Comercial e o prazo de duração da sociedade e por tempo indeterminado.

5ª - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem ficam assegurados, em igualdade de condições e preço, direto de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA FIRMA:
"STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA"**

6ª - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integração do capital social.

7ª - A administração da sociedade caberá ao sócio **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, com os poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. (Art. 997. VI 1.013.1015, 1064 CC/2002).

8ª - Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestara conta justificada de sua administração, procedendo à elaboração do inventario, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

9ª - Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

10ª - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

11ª - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore" observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª - O falecimento ou interditado qualquer sócio a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócios(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

13ª - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

14ª - O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

15ª - Fica eleito o Foro da Comarca de **Governador Edison Lobão/MA**, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 01 (uma) vias

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA FIRMA:
"STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA"**

Governador Edison Lobão/MA, 02 de abril de 2025.

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Sócio/Administrador

CPF: 027.035.063-25



ASSINATURA ELETRÔNICA

Fórmula Nº 156
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Acauandia
CNPJ: 12.142.448/0001-876

Certificamos que o ato da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO

CERTIFICO O REGISTRO EM 07/04/2025 16:42 SOB Nº 20250431688.
PROTOCOLO: 250431688 DE 07/04/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12505866685. CNPJ DA SEDE: 18294527000131.
NIRE: 21201227590. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 02/04/2025.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		Forma Nº <u>157</u>	
				Processo Adm Nº <u>040/2025</u>	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		Câmara Municipal de Açailândia R. 10 de Novembro, 1578			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.294.527/0001-31		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/2013	
NOME EMPRESARIAL STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) STRUTURA VALOR				PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 41.20-4-00 - Construção de edifícios 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 45.11-1-01 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 49.24-8-00 - Transporte escolar 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 93.11-5-00 - Gestão de instalações de esportes					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R SANTA RITA		NÚMERO 239		COMPLEMENTO *****	
CEP 65.928-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO GOVERNADOR EDISON LOBAO		UF MA	
ENDEREÇO ELETRÔNICO STRUTURAVALEOR@GMAIL.COM		TELEFONE (99) 8438-4668			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/06/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/04/2025** às **08:31:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Carteira de Identidade

Compartilhado pelo aplicativo gov.br

Fórmula Nº 158
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açulândia
Pleitei: 12.143.442.000.176

gov.br

QR Code



Verifique a autenticidade do documento lendo o QR code com o aplicativo Vio.

Documento de Identificação

Este documento digital pode ser utilizado para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado do Maranhão
Secretaria da Segurança Pública

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Nome / Name
DYEGO LUCENA RIBEIRO

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
027.035.063-25

Data de Nascimento / Date of Birth
15/06/1987

Naturalidade / Place of Birth
IMPERATRIZ/MA

Sexo / Sex
M

Nacionalidade / Nationality
BRA

Data de Validade / Date of Expiry
25/03/2035

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

Filiação / Filiation
ZENILDES LUCENA RIBEIRO

JOMAR SILVA RIBEIRO

Órgão Expedidor / Card Issuer
SSP/MA

Local / Place of Issue
SÃO LUÍS

Data de Emissão / Issue Date
25/03/2025

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 7.112 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

IDBRA027035063802703506325<<<7
8706157M3503258BRA<<<<<<<<<<4
LUCENA<RIBEIRO<<DYEGO<<<<<<<<<

Título de eleitor

Estado civil
SOLTEIRO(A)

Assinatura

CNH

NIS

DNI

Observação de Saúde

Tipo sanguíneo/ Fator RH
A+

Doador de Órgãos
NÃO

Certidão de Nasc/ Casamento/ Averb. Divórcio
1 02982701551987100029164003244541 FL 164 LV00029
IMPERATRIZ - MA - 30.09.2014

PIS / PASEP
000000000000

Carteira de trabalho

CNS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
CNPJ: 01597627000134

Folha Nº 159
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.142.222/0001-38

Nº do Alvará 7/2025

Exercício: 2025

Inscrição Municipal: 1597
Contribuinte: STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Nome Fant.: STRUTURA VALOR
CPF/CNPJ: 18294527000131
RG/Inscrição Estadual: 12.583946-4
Endereço: RUA SANTA RITA, 239 - CENTRO
Complemento:

Atividade Principal:

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Construção de edifícios, Obras de terraplenagem, Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos, Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados, Comércio varejista de materiais de construção em geral, Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, Transporte

Horário de Funcionamento:

Meio de Semana	Sábado	Domingo	Feriado
Das: 08:00:00 Até: 18:00:00	Das: 08:00:00 Até: 14:00:00	Das: 0 Até: 0	Das: 0 Até: 0

Observações:

Pelo documento de arrecadação datado de 03/01/2025 referente a Taxas de Licença e verificação Fiscal para Localização de seu estabelecimento durante o exercício acima referido, conforme o Código Tributário de Gov. Edson Lobão, Lei nº 019/2014 de 01 de dezembro de 2014.

GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA, 03/01/2025

Data de Abertura

10/06/2013

Divisão de Tributação

Leonardo Oliveira Lima

Chefe de Tributos
Port. 40/2025

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELECIMENTO

CAPACIDADE TECNICA

*** CONTRATOS PUBLICOS ANTIGOS
E ATUAIS COM OBJETO
SEMELHANTE.**

*** NOTAS FISCAIS DE SERVIÇOS
ANTIGAS E ATUAIS COM OBJETO
SEMELHANTE.**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Folha Nº 161
Processo Adm Nº 040/2020
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2020
CONTRATO Nº 045 /2020

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS E A EMPRESA MAKINACAR VEÍCULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI - ME, NA FORMA ABAIXO.

Ao(s) 06 dias do mês de abril do ano de 2020, de um lado, o **MUNICÍPIO DE DAVINÓPOLIS**, CNPJ/MF nº 01.616.269/0001-60, com sede administrativa na Rua Cinco, s/n, Centro, por seu responsável legal, Raimundo Nonato de Almeida dos Santos, CPF nº 848.212.213-49 e RG nº 0625673720172 SESP/MA, nacionalidade brasileira, casado, residente e domiciliado na Rua João Paulo II, 326, Centro, Davinópolis (MA), doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **MAKINACAR VEÍCULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI - ME**, CNPJ/MF nº 18.294.527/0001-31, estabelecida na Rua 08 de outubro nº 05 Qd 13- Porto Franco-MA, neste ato, representada pelo Sr. Jaldo dos Prazeres Silva, portador do RG nº 5748044 SSP/PA e do CPF/MF nº 003.786.192-17, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Pregão Presencial nº 017/2020**, que passa a integrar este instrumento independentemente de transcrição, na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa para locação de veículos e máquinas pesadas para atender as necessidades do município de Davinópolis (MA), em conformidade com o Pregão Presencial nº 017/2020 e seus anexos, que independente de transcrição integram este instrumento para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato está consubstanciado no procedimento licitatório realizado na forma da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a Contratada a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhes são confiados, obrigando-se ainda a:

2.1. A Contratada deverá dar garantia e qualidade dos produtos e/ou serviços executados, comprometendo-se a substituí-los caso não atendam o padrão de qualidade exigido, imputando-lhe os ônus decorrentes da cobertura dos prejuízos pela entrega dos mesmos em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência e no Edital.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Fo : 3 N° 162
Processo Adm N° 0402025

Câmara Municipal de Acultandia
OIPD: 12.149.444/0001-70

- 2.2. A Contratada está obrigada a fornecer fielmente o objeto licitado, que satisfaça todos os requisitos e exigências, conforme as especificações, prazos estipulados e exigidos no Termo de Referência/Edital, obrigando-se a substituí-lo caso não atenda o padrão de qualidade exigido.
- 2.3. Efetuar a entrega do material e/ou serviço de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Termo de Referência/Edital e na "Nota de Empenho".
- 2.4. Comunicar ao Município de Davinópolis (MA), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
- 2.5. Reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo em parte, o(s) material(ais) ou insumo(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
- 2.6. Responsabilizar-se pelo transporte apropriado/especial dos produtos, quando se fizer necessário, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.
- 2.7. Após a homologação da licitação, assinar o contrato, relativo ao objeto adjudicado, conforme prazo determinado no Termo de referência/Edital.
- 2.8. Entregar os produtos e/ou executar os serviços, sob suas expensas, na conformidade do que determina o Termo de Referência, na presença do servidor devidamente designado na conformidade do §8º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 2.9. Substituir, as suas expensas, no prazo de 03 (três) dias úteis, após notificação formal, os produtos e/ou serviços entregues, que estejam em desacordo com as especificações do Termo de referência/Edital e seus anexos, com respectiva proposta, ou não aprovados pelo Município de Davinópolis (MA), em parecer devidamente fundamentado.
- 2.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto e/ou serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).
- 2.11. A Contratada deve apresentar, no ato da assinatura do contrato, documentação que comprove que os veículos locados ou sublocados possuam uma vida útil de 10 (dez) anos.
- 2.12. Os veículos deverão ser entregues com as taxas de Licenciamento e Seguro Obrigatório - DPVAT, IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores) e tributos, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto devidamente pagos e regularizados.
- 2.13. Orientar seus funcionários a serviço deste objeto para que conduzam os trabalhos de acordo com as normas técnicas adequadas, em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Folha Nº 163
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acilia
01101.12.143.442/000176

- 2.14. Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços e dos eventuais danos deles decorrentes, de acordo com as normas deste Edital, do Contrato a ser lavrado e demais documentos que o integram.
- 2.15. A Contratada assumirá a total responsabilidade pela correta escolha e dimensionamento dos veículos/máquinas e dos equipamentos necessários à correta execução dos serviços objeto do contrato.
- 2.16. Caberá à Contratada manter os veículos/máquinas que atenderão às ocorrências verificadas pelo Sistema de Fiscalização e Controle, bem como, para utilização em caso de emergência, de parada para manutenção preventiva, ou de avarias no equipamento normal.
- 2.17. A Contratada responderá por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, seguros contra acidentes, e quaisquer outras implicações de natureza trabalhista e notadamente pelo fiel cumprimento dos dispositivos da CLT e legislação correlata.
- 2.18. A Contratada deverá tomar todas as providências no sentido de serem cumpridas, rigorosamente, por seus empregados, as normas de higiene e de prevenção de acidentes vigentes.
- 2.19. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações trabalhistas e de Segurança e Medicina do Trabalho e atender as demais normas legais.
- 2.20. A Contratada será integralmente responsável pela execução das tarefas de acordo com a determinação da Fiscalização.
- 2.21. Manter os veículos/máquinas em perfeitas condições de operação, sendo de sua total responsabilidade a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, inclusive troca de peças e pneus, devendo providenciar a substituição dos veículos/máquinas que estiverem em manutenção, no prazo máximo de 02 (dois) dias, garantindo o perfeito andamento dos serviços.
- 2.21.1. Quando houver necessidade de manutenção, a Contratada deverá buscar e fazer a devolução do veículo, dando garantia dos serviços prestados.
- 2.22. Todos os veículos/máquinas utilizados nos serviços de locação deverão respeitar os limites estabelecidos em lei para fontes sonoras e emissão de gases.
- 2.23. A padronização visual dos veículos/máquinas deverá ser feita, obrigatoriamente, de acordo com as cores e dizeres padrões, a serem determinados pela Prefeitura.
- 2.24. A Contratada deverá observar que somente será permitida a execução dos serviços com veículos/máquinas que estiverem dentro dos parâmetros editais.
- 2.25. A Contratada deverá submeter seus veículos/máquinas a vistorias periódicas, sempre que a fiscalização da Prefeitura o exigir.
- 2.26. A Contratada deverá prestar, sempre que solicitado, toda a orientação e demais esclarecimentos referentes à execução dos serviços aos funcionários da Prefeitura indicados pela Fiscalização.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Folia Nº 164
Processo Adm Nº 090/2023
Câmara Municipal de Aculândia
CNPJ: 12.143.442/0001-75

2.27. A Contratada se obriga a permitir, ao pessoal da Fiscalização, livre acesso aos seus depósitos, oficinas, garagens e outras dependências, possibilitando a vistoria das instalações e também das anotações relativas aos veículos automotores /máquinas e fornecendo, quando solicitada, todos os dados e elementos referentes aos serviços.

2.28. Os veículos/máquinas serão locados com quilometragem livre.

2.29. Os veículos locados deverão ser movidos à gasolina/álcool/diesel, e as máquinas deverão ser movidas a óleo diesel ou bicomcombustível.

2.30. Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo fretes, impostos e taxas dos produtos e/ou serviços do objeto contratado.

2.31. Cumprir fielmente o contrato em relação a prazos, quantidades e qualidade dos produtos.

2.32. Manter, durante o prazo do fornecimento dos produtos e/ou execução dos serviços, as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, o Contratante se compromete a:

3.1. Proporcionar à Contratada as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.2. Efetuar o pagamento da Contratada nas condições pactuadas, após apresentação da Nota Fiscal, com o aceite do servidor responsável pelo recebimento, dos produtos e/ou serviços adquiridos.

3.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e/ou serviços entregues fora das especificações do Termo de Referência e do Edital.

3.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

3.5. Disponibilizar o local de entrega e a comissão responsável pelo recebimento.

3.6. Receber os produtos adjudicados nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

3.7. Exercer a fiscalização da contratação por meio de um representante designado para este fim, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

3.7.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

3.7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Folha nº 165
Processo Adm nº 040/2025
Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.7.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

3.7.4. Fica designado(a) o(a) senhor(a) **LUCILENE PRADO PORTELA** para a função de **GESTOR FISCAL DE CONTRATOS**.

3.8. Comunicar a Contratada, através do servidor designado, qualquer discrepância que ocorra no fornecimento dos produtos e/ou prestação dos serviços em relação ao designado pelo Edital do Pregão Presencial para aquisição do objeto.

3.9. O Contratante tem o poder de suspender o fornecimento dos produtos e/ou a execução dos serviços caso constate irregularidade no cumprimento deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo a conveniência da Administração, por igual período de acordo o art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo para a execução do objeto deste contrato é imediato, a partir do recebimento da ordem de serviço, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor do presente contrato é de R\$ 169.920,00 (Cento e sessenta e nove mil e novecentos e vinte reais).

5.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias, após o recebimento dos produtos e/ou serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela Contratada, mediante a apresentação de Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das seguintes certidões: Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, Certidão Negativa de Débitos Estadual e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), diretamente na conta que o fornecedor apresentar na proposta, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco e número da agência e conta corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas.

5.3. Qualquer pagamento a Contratada não será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações em virtude de penalidade imposta ou inadimplência contratual, inclusive, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Forma Nº 166
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

5.4. O município de Davinópolis (MA) poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multa ou indenizações devidas pela Contratada.

5.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertencentes, conforme art. 40, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93.

5.6. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

5.7. Os pagamentos não serão efetuados através de boletos bancários, sendo a garantia do referido pagamento a Nota de Empenho.

5.8. A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global da proposta.

5.9. O pagamento somente será efetuado pelo Contratante a Contratada mediante ordem bancária na **Conta Corrente nº17979-5, Agência 647, Banco Bradesco**

CLÁUSULA SEXTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos, prevista para o exercício financeiro de 2020 (dois mil e vinte):

Dotação Orçamentária: 15.451.1203.2088 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura.

3.3.39.00.00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

RS 76.320,00 (setenta e seis mil trezentos e vinte reais)

Dotação Orçamentária: 15.452.0506.2044 - Manutenção da Rede de Iluminação Pública.

3.3.39.00.00 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

RS 93.600,00 (noventa e três mil e seiscientos reais)

CLÁUSULA SETIMA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

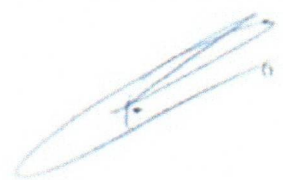
7.1. Durante a vigência do contrato os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1. O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.2. Pelo descumprimento da obrigação, a Contratada sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Prefeitura do Município de Davinópolis (MA), e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação anexada aos autos pela Contratada da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento das condições ajustadas ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

8.3. À Contratada, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Forma Nº 167
Processo Adm Nº 040/2025
Y
Câmara Municipal de Acauandia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

- a) advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para os produtos/serviço;
- b) multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do objeto desta licitação, nas hipóteses de atraso na entrega do objeto desta licitação.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o município de Davinópolis (MA), por prazo não superior a cinco anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou de inexecuções de que resulte prejuízo para os produtos/serviços.
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

8.4. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.5. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

8.6. Nos casos de inexecução parcial ou total do ajuste é cabível a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.

8.7. O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

8.8. O valor das multas será recolhido ao cofre Municipal, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

8.9. A Contratada ficará sujeita das seguintes penalidades no caso de inadimplências:

8.9.1. Multa simplesmente moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta na hipótese de rescisão de contrato por culpa da Contratada sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de compor as perdas e danos a que der causa.

8.9.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do lote por dia de atraso após o prazo estipulado para o fornecimento dos produtos e/ou execução dos serviços do objeto.

8.9.3. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do lote da proposta, por infração de qualquer cláusula ou obrigação contratual, cobrada esta cumulativamente com qualquer outra devida em decorrência de outras infrações cometidas.

8.10. A aplicação das penalidades acima referidas caberá à autoridade Contratante.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O descumprimento das condições estipuladas neste Contrato e que não sejam determinantes da rescisão contratual, implicará a imposição de multa à Contratada, até o máximo de 10 % (dez por cento) do valor do Contrato.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada ou o Contratante da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Folha Nº 168
Processo Adm Nº 090/2023

Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.142.442/0001-78



CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Constituem motivos para rescisão de pleno direito do presente contrato as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8.666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão do presente Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei nº 8.666/93, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade superior.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser rescindido por convenção das partes, sem qualquer sanção ou penalidade, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o Contratante.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Fica ainda assegurado ao Contratante o direito à rescisão unilateral deste Contrato independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) para atender o interesse e conveniência administrativa, mediante comunicação à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que seja efetuado o pagamento do produto efetivamente entregue até a data da rescisão;
- b) descumprimento de qualquer determinação do Contratante, feita em base contratual;
- c) transferência do objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem autorização prévia e expressa do Contratante;
- d) desatendimento das determinações regulares de representantes que forem designados pelo Contratante para acompanhar, na qualidade de fiscal, a entrega do objeto;
- e) cometimento reiterado de falhas causadas na entrega do objeto.

CLÁUSULA DEZ - DA SUBCONTRATAÇÃO

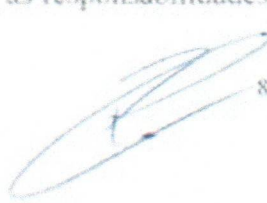
10.1. A Prefeitura, nos termos da Lei, poderá autorizar a SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL do contrato, objetivando o bom andamento dos serviços, mediante justificativa a ser apresentada pela Contratada. O limite a ser subcontratado será de 50% (cinquenta por cento).

10.2. Os veículos dentro do percentual não sublocado deverão ser de propriedade da Contratada, podendo estar financiado em seu nome.

10.3. Em caso de subcontratação, não será estabelecido qualquer vínculo entre a Prefeitura e a subcontratada, permanecendo a Contratada responsável pelo integral cumprimento das obrigações legais e contratuais.

10.4. A Contratada deverá informar previamente ao gestor do contrato a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste instrumento, bem como qualquer substituição de subcontratados, e, se autorizadas, comprovadas com os respectivos contratos e distratos entre as partes ou outro instrumento equivalente.

10.5. A Subcontratada deve comprovar os requisitos mínimos para assumir as responsabilidades impostas pela Contratante.

  8



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Fórmula Nº 169
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.142.442/0001-78

CLÁUSULA ONZE - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A Contratada responderá por perdas e danos que vier a sofrer o Contratante ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da Contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DOZE - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Imperatriz (MA), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Davinópolis/MA, 06 de abril de 2020.


PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
RAIMUNDO NONATO DE ALMEIDA DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL


MAKINACAR VEÍCULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI - ME
Jaldo dos Prazeres Silva
Representante Legal

TESTEMUNHAS:


CPF/MF 036.450.953-39


CPF/MF 772.279.533-39



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
CNPJ: 01.616.269/0001-60

Fórmula Nº 170
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.142.442/0001-76



[Handwritten signature]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO
CNPJ: 05.631.031/0001-64
GABINETE DO PREFEITO

Forma Nº 171
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Aculândia
BIBD 18.149.442/0001-76



CONTRATO Nº 028/2020 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO (MA) E A EMPRESA MAKINACAR VEÍCULOS – SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

Aos nove dias do mês de Março do ano de 2020, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO**, CNPJ sob o nº 05.631.031/0001-64, com sede administrativa na Av. Avenida Presidente José Sarney s/n, Centro, por seu Prefeito, **JOÃO CARVALO DOS REIS**, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 022943342002-7 SESP-MA e do CPF nº 168.460.442-72, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **MAKINACAR VEÍCULOS – SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 18.294.527/0001-31, com sede na Rua 08 de Outubro nº 05 QD 13, Parque Juçara, Porto Franco - MA, neste ato representada pelo Sr. Jaldo dos Prazeres Silva, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade de nº 5748044 SSP-PA e do CPF nº 003.786.192-17, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Pregão Presencial nº 010/2020 - CPL**, que passa a integrar este instrumento independentemente de transcrição, na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato, regido pela Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de transporte para o atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal, em conformidade com o **Pregão Presencial nº 010/2020 - CPL** e seus anexos, que independente de transcrição integram este instrumento para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato está consubstanciado no procedimento licitatório realizado na forma da Lei nº 10.520/2002.

ITEM	ROTA	DESCRIÇÃO	MÉDIA KM/DIA	V. UNT.	DIAS TRAB.	MESES	TOTAL GERAL
27	FAZ. FAVEIRA PARA A ESCOLA EM - SÃO FRANCISCO POV. NOVA VENEZA	VEICULO TIPO PICK UP A DIESEL COM CAPACIDADE PARA 18 (DEZOITO) PASSAGEIROS, ADAPTADA PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO, NORMAS DO CONTRAN E DETRAN - MA	150	2,05	22	11	74.415,00
28	FAZ. RIBEIRÃOZINHO FAZ. HUMAITÁ PARA A ESCOLA EM - SÃO FRANCISCO POV. NOVA VENEZA	VEICULO TIPO PICK UP A DIESEL COM CAPACIDADE PARA 18 (DEZOITO) PASSAGEIROS, ADAPTADA PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO, NORMAS DO CONTRAN E DETRAN - MA	160	2,05	22	11	79.376,00
29	FAZ. SATUBA POV. LIMPO GRANDE PARA A ESCOLA EM - SÃO FRANCISCO POV. NOVA VENEZA	VEICULO TIPO PICK UP A DIESEL COM CAPACIDADE PARA 18 (DEZOITO) PASSAGEIROS, ADAPTADA PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE ACORDO COM A	86	2,05	22	11	42.664,60



Forma Nº 172
Processo Adm Nº 090/2027
Câmara Municipal de Acaiaçu
CNPJ: 12.143.442/0001-76



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO
CNPJ: 05.631.031/0001-64
GABINETE DO PREFEITO

48	POVOADOS: BATALHA II, VARJÃO, MINADOR PARA SEDE MUNICIPIO	VEICULO TIPO ONIBUS A DIESEL COM CAPACIDADE PARA 42 (QUARENTA E DOIS) PASSAGEIROS, ADAPTADA PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO, NORMAS DO CONTRAN E DETRAN - MA	110	4,32	22	11	114.998,40
49	ASSENTAMENTO CAFÉ A JATO, SÃO RAIMUNDO, SANTA MARIA II, PUÇAR A SEDE MUNICIPIO	VEICULO TIPO ONIBUS A DIESEL COM CAPACIDADE PARA 42 (QUARENTA E DOIS) PASSAGEIROS, ADAPTADA PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO, NORMAS DO CONTRAN E DETRAN - MA	100	4,32	22	11	104.544,00
TOTAL GERAL							1.562.654,50

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhes são confiados, obrigando-se ainda a:

I) iniciar a execução somente após o recebimento da ordem de serviço, emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Sítio Novo - MA, cujas cópias deverão ser apresentadas em anexo às respectivas notas fiscais para efeito de pagamento;

II) respeitar o prazo estipulado por este contrato para a execução do objeto;

III) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem incorreções ou defeitos decorrentes da execução;

IV) comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer irregularidade e providências a serem tomadas na execução do objeto;

V) facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;

VI) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

VII) Manter durante o prazo de execução do Contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VIII) O licitante CONTRATADO(A) responderá, perante o usuário, por eventuais danos morais e materiais resultantes da utilização do objeto da licitação, independentemente de culpa;

IX) Os veículos pertinentes ao transporte escolar deverão apresentar autorização especial para o objeto licitado, expedida pelo DETRAN ou CIRETRAN, em função de vistoria periódica (a cada 06 meses), oferecendo perfeitas condições de uso e conservação. Deverão conter todos os equipamentos de segurança (Cinto de segurança, tacógrafo, extintores, etc.) e especificações do CONTRAN, bem como deverão apresentar documentação regular, ou seja, veículos e motoristas deverão cumprir as exigências dos artigos 136 a 139, do Código de Transito Brasileiro Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997.

X) Por ocasião da assinatura do CONTRATO a Contratada deverá observar o seguinte:

a) Os veículos a serem apresentado (s) na assinatura do Contrato deverão estar com a documentação completa e com o certificado de propriedade em nome da Contratada, admitindo-se situação de financiamento em sistema de LEASING, desde que esteja registrado no certificado de propriedade do veículo o nome da futura Contratada como Arrendatária;

b) Seguro Obrigatório (DPVAT);

c) Em caso de substituição do veículo, a Contratada obriga-se a informar e remeter a Prefeitura Municipal de Sítio Novo (MA) os documentos acima referentes ao novo veículo a ser utilizado;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO
CNPJ: 05.631.031/0001-64
GABINETE DO PREFEITO

Folha Nº 172
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.448/0001-76



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

- I) O pagamento à contratada será efetuado pela Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão, mediante empenho, por meio de transferência eletrônica ou ordem bancária, em até 30 (trinta) dias após a aceitação definitiva dos produtos/serviços, com apresentação das notas fiscais do(a) fornecimento/Execução dos Serviços devidamente certificadas pelo Agente Público.
- II) O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS proporcionais mediante o(a) fornecimento/prestação dos serviços, à medida que forem entregues os mesmos, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.
- III) Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), bem como a quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre os produtos contratados, inclusive quanto o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
- IV) A periodicidade dos pagamentos será mensal.
- V) Para fins de pagamento, a contratante responsabilizar-se-á apenas pelos produtos/serviços devidamente autorizados e certificados pelos gestores do contrato.
- VI) A atestação da fatura correspondente ao fornecimento/execução caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.
- VII) Caso sejam verificadas divergências na Nota Fiscal/Fatura, a contratante devolverá o documento fiscal à contratada, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela Contratante.
- VIII) No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo iniciar-se-á a partir da data de recebimento do documento corrigido.
- IX) A contratante reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que os produtos foram entregues/executados em conformidade com as especificações do contrato.
- X) A contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada

CLÁUSULA OITAVA — DO VALOR CONTRATADO

O valor do presente contrato é de R\$ 1.562.654,50 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA NONA — DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

09 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB

12.361.0407.3095.0000 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0.1.05.001.001

0.1.19.001.001

CLAÚSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- I) A execução do objeto do presente contrato será feita diretamente a Secretaria Municipal de Educação e atestado por servidor desta instituição, designado para esse fim.
- II) O responsável pelo recebimento anotarà em registro próprio todas as ocorrências.
- III) À Secretaria Municipal de Educação caberá a fiscalização da execução do objeto. Para tanto, serão nomeados fiscais que terão poderes para exigir da contratada o perfeito atendimento as cláusulas contratuais.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

- I) Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO
CNPJ: 05.631.031/0001-64
GABINETE DO PREFEITO**



II) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração, será efetuada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da alínea "d" do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

l) Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados.
- c) A paralisação da execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil.
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o contrato.
- j) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- m) A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos.
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão execução do contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do contrato.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO
CNPJ: 05.631.031/0001-64
GABINETE DO PREFEITO

Forma Nº 175
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailândia
Eldel: 18.143.442/0001-76



PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Sítio Novo -MA;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O atraso na execução do objeto da presente contratação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

PARÁGRAFO QUARTO

O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em executar o objeto contratado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

PARÁGRAFO QUINTO

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

PARÁGRAFO SEXTO

Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As multas porventura aplicadas como sanção não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DO FORO

Fica eleito o foro da comarca do Município de Montes Altos – MA é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela contratada e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Sítio Novo (MA), 09 de Março de 2020



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO
CNPJ: 05.631.031/0001-64
GABINETE DO PREFEITO

Fórmula Nº 176
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76



[Signature]
CONTRATANTE
Prefeito Municipal

[Signature]
CONTRATADO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

[Signature]
CPF/MF 057.035.066-05

[Signature]
CPF/MF 955.017.113-20



PM DE GOV. EDISON LOBÃO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Câmara Municipal de Acauã
CNPJ: 18.140.000/0001-76



Número da NFS-e
55

Código de Verificação de Autenticidade
OKQH1AJE

Data e Hora de Emissão da NFS-e
03/09/2024 às 11:00:56

Chave de Acesso
165922IR0HUEHV19USTGLCWSHSRLYL3

Para certificação da autenticidade acesse
<http://45.167.140.87:8080/issweb>, menu
consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS Não Incidência	Número do Processo	Município de Incidência do ISS ITINGA DO MARANHÃO-MA	Local da Prestação ITINGA DO MARANHÃO - MA
Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS 03/09/2024
Competência			
Optante Simples Nacional 1 - Sim	Incentivo Fiscal 2 - Não	Regime Especial Tributação Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP) 03 - Sobre Faturamento	Tipo ISS

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Cadastro	Nome/Razão Social
18.294.527/0001-31	12.583946-4	1597	001256	STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Logradouro	Complemento		Bairro	
RUA SANTA RITA, 239			CENTRO	
CEP	Cidade	Telefone	E-mail	
65928-000	GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA			

TOMADOR DE SERVIÇOS

CNPJ/Documento	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Nome/Razão Social
00.073.682/0001-49	ISENTO	ISENTO	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ITINGA-MA
Logradouro	Complemento		Bairro
RUA SENADOR JOSÉ SARNEY, 41			CENTRO
CEP/Cod.Postal	Cidade/País	Telefone	E-mail
65939-000	ITINGA DO MARANHÃO - MA		

Discriminação dos Serviços					Vir. Unitário	Total
Qtde.	Un. Medida	Descrição				
8,00	UN	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS CONFORME CONTRATO Nº 324/2024 - PREGAO ELETRONICO 004/2024. LOCAÇÃO DE ONIBUS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER DE ITINGA DO MARANHÃO.			10.731,00	R\$ 85.848,00

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				Construção Civil		
LC 116/2003: 99,99	Alíquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART	
Outros Serviços	2,00%	99999999999999	4924800			
Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido	Desconto Condicionado
R\$ 85.848,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 85.848,00	R\$ 0,00	1 - Sim	R\$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Valor Líquido da NFS-e: R\$ 85.848,00

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

DADOS BANCARIOS - BANCO BRADESCO - AGENCIA 647 CONTA 17979-5 - STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES CNPJ 18.294.527/0001-31

RECEBI(EMOS) DE STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO 55 E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO OKQH1AJE.

Data	CPF/RG	Assinatura
____/____/____	____	____



Câmara Municipal de Aquilândia
GUPM 12.143.0002-0001-76

Número da NFS-e

8

XUSDSULCC

06/03/2023 às 11:15:23

Chave de Acesso

9311E6ISSV4HGEYLFLNAOBRJQI0T2KD6

Para certificação da autenticidade acesse <http://45.167.140.109:8080/issweb>, menu consultas e informe os dados desta NFS-e.

Exigibilidade do ISS Não Incidência	Número do Processo	Município de Incidência do ISS DAVINOPOLIS-MA	Local da Prestação DAVINOPOLIS - MA
Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS
			Competência 06/03/2023
Optante Simples Nacional	Incentivo Fiscal	Regime Especial Tributação	Tipo ISS
1 - Sim	2 - Não	Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP)	03 - Sobre Faturamento

CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Cadastro	Nome/Razão Social
18.294.527/0001-31	12.583946-4	1597	001256	MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELLI
Logradouro	Complemento			Bairro
RUA SANTA RITA, 239				CENTRO
CEP	Cidade	Telefone		E-mail
65928-000	GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA			

CNPJ/Documento	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Nome/Razão Social
00.016.269/0001-60	ISENTO	ISENTO	PREFEITURA MUNICIPAL DE DAVINOPOLIS
Logradouro			Complemento
5, SN , S/N, S/N			Bairro
			CENTRO
CEP/Cod.Postal	Cidade/País		Telefone
65927-000	DAVINOPOLIS - MA		E-mail

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vir. Unitário	Total
1,00	UN	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS CONFORME CONTRATO N° 045/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°028/2020 - R\$18.880,00 PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2020, 0 ** 1° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO N°048/2020*** LOCAÇÃO DE 02 VEÍCULOS CAMINHONETE TIPO CABINE SIMPLES EM REFERENCIA AO ITEM 03 DO MAPA DE LANCES LOCAÇÃO DE 01 VEICULO TIPO CAMINHÃO PIPA 10.000 LTS EM REFERENCIA AO ITEM 08 DO MAPA DE LANCES	18.880,00	R\$ 18.880,00

LC 116/2003: 99,99				Alíquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART
Outros Serviços				2,00%	99999999999999	4923002		
Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido	Desconto Condicionado		
R\$ 18.880,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.880,00	R\$ 0,00	1 - Sim	R\$ 0,00		

PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Val. Aprox. Tributos:

DADOS BANCARIOS - BANCO BRADESCO - AGENCIA 647 - CONTA 17979-5 STRUTURA VALOR
SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA CNPJ 18.294.527/0001-31

RECEBI(EMOS) DE **MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELLI** O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO **8** E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO **XUSDULCC**.

Data

CPF/RG

Assinatura



PM DE GOV. EDISON LOBÃO
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e



Número da NFS-e
59
Código de Verificação de Autenticidade
XMV4GFJKR
Data e Hora de Emissão da NFS-e
08/11/2024 às 17:14:33
Chave de Acesso
172462WD5RPTUFLOC6ZPDXL3K045JNR

Para certificação da autenticidade acesse
<http://45.167.140.87:8080/issweb>, menu
consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais				
Exigibilidade do ISS Não Incidência	Número do Processo	Município de Incidência do ISS GOVERNADOR EDISON LOBAO-MA	Local da Prestação GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA	
Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS	Competência
				08/11/2024
Optante Simples Nacional 1 - Sim	Incentivo Fiscal 2 - Não	Regime Especial Tributação Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP) 03 - Sobre Faturamento	Tipo ISS	

PRESTADOR DE SERVIÇOS					
CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Cadastro	Nome/Razão Social	
18.294.527/0001-31	12.583946-4	1597	001256	STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA	
Logradouro			Complemento	Bairro	
RUA SANTA RITA, 239				CENTRO	
CEP	Cidade	Telefone		E-mail	
65928-000	GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA				

TOMADOR DE SERVIÇOS				
CNPJ/Documento	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Nome/Razão Social	
18.468.303/0001-76	124652794		UPPER DOG COMERCIAL LTDA - ME	
Logradouro	Complemento		Bairro	
RUA RONALDO PRADO FAZENDA CHAPADA GRANDE, SN			VILA MAIOBA	
CEP/Cod.Postal	Cidade/País	Telefone		E-mail
65928-000	GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA	99 35361418		COMPRAS@UPPERDOGPET.COM.BR

Discriminação dos Serviços				
Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vlr. Unitário	Total
1,00	UN	-03 - CAMINHOS TIPO BASCULANTE TRUCK 12M2 ***** CONTABILIZANDO 08 DIARIAS COM PREÇO DETERMINADO EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO, SENDO; 03 CAMINHOS 1º DIA 02 CAMINHOS 2º DIA 03 CAMINHOS 3º DIA	6.400,00	R\$ 6.400,00
1,00	UN	*01- CAMINHAO TIPO BASCULANTE TOCO 06M2 ***** CONTABILIZANDO 03 DIARIAS COM PREÇO DETERMINADO EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.	1.800,00	R\$ 1.800,00
1,00	UN	*01- ESCAVADEIRA HIDRAULICA NA MODALIDADE HORAS***** CONTABILIZANDO 21 HORAS POR PREÇO DETERMINADO EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO, SENDO; 08 - HORAS 1º DIA 08- HORAS 2º DIA 05 - HORAS 3º DIA	10.500,00	R\$ 10.500,00
1,00	UN	*01 - CARREGADEIRA CASE W20E NA MODALIDADE HORAS ***** CONTABILIZANDO 26 HORAS POR PREÇO DETERMINADO EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO, SENDO 10 -HORAS 1º DIA 08- HORAS 2º DIA 08 - HORAS 3º DIA	7.800,00	R\$ 7.800,00



PM DE GOV. EDISON LOBÃO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Fórmula Nº 180
Processo Adm Nº 040322-5

Câmara Municipal

08/11/2024



Número da NFS-e

59

Código de Verificação de Autenticidade

XMV4GFJKR

Data e Hora de Emissão da NFS-e

08/11/2024 às 17:14:33

Chave de Acesso

172462WD5RPTUFLOC6ZPDXGL3K045JNR

Para certificação da autenticidade acesse
http://45.167.140.87:8080/issweb, menu
consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS

Não Incidência

Número do Processo

Município de Incidência do ISS

GOVERNADOR EDISON LOBAO-MA

Local da Prestação

GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA

Número do RPS

Série do RPS

Tipo do RPS

Data do RPS

08/11/2024

Competência

Optante Simples Nacional

1 - Sim

Incentivo Fiscal

2 - Não

Regime Especial Tributação

Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP) 03 - Sobre Faturamento

Tipo ISS

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ

18.294.527/0001-31

RG/Inscrição Estadual

12.583946-4

Inscrição Municipal

1597

Cadastro

001256

Nome/Razão Social

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Logradouro

RUA SANTA RITA, 239

Complemento

Bairro

CENTRO

CEP

65928-000

Cidade

GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA

Telefone

E-mail

TOMADOR DE SERVIÇOS

CNPJ/Documento

18.303/0001-76

RG/Inscrição Estadual

124652794

Inscrição Municipal

Nome/Razão Social

UPPER DOG COMERCIAL LTDA - ME

Logradouro

RUA RONALDO PRADO FAZENDA CHAPADA GRANDE, SN

Complemento

Bairro

VILA MAIOBA

CEP/Cod.Postal

65928-000

Cidade/País

GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA

Telefone

99 35361418

E-mail

COMPRAS@UPPERDOGPET.COM.BR

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS

LC 116/2003: 99.99

Alíquota

2,00%

Atividade Município

9999999999999

Código CNAE

4313400

Código da Obra

Código ART

Outros Serviços

Valor Total dos Serviços

R\$ 26.500,00

Desconto Incondicionado

R\$ 0,00

Deduções Base Cálculo

R\$ 0,00

Base de Cálculo

R\$ 26.500,00

Total do ISS

R\$ 0,00

ISS Retido

1 - Sim

Desconto Condicionado

R\$ 0,00

Retenções de Impostos

PIS

R\$ 0,00

COFINS

R\$ 0,00

INSS

R\$ 0,00

IRRF

R\$ 0,00

CSLL

R\$ 0,00

Outras Retenções

R\$ 0,00

Valor Líquido da NFS-e: R\$ 26.500,00

Val. Aprox. Tributos:

Informações Complementares

OS BANCARIOS - BANCO BRADESCO - AGENCIA 647 CONTA 17979-5 - STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES CNPJ 18.294.527/0001-31

RECEBI(EMOS) DE STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO 59 E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO XMV4GFJKR.

Data

____/____/____

CPF/RG

Assinatura

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO**

Secretaria Municipal de Finanças
Superintendência de Receita e Tributos
PRACA DA BANDEIRA, 10 - CENTRO / PORTO FRANCO - MA / CEP: 65970000

Fórmula N° 181
Processo Adm N° 0402025
Número da Nota

Câmara Municipal de Acaiaçangá 76

Folha 1/2

Código de Verificação

82320915

**Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e**

Data / Hora Emissão: 23/12/2020 - 16:23 **Período de Competência:** 12/2020
Município Prestação: SAO FRANCISCO DO BREJAO **Reg. Especial Tributação:** Micro Empresa
Natureza da Operação: Dentro do Município

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

MAKINACAR VEICULOS- SERVIÇOS EIRELLI

Inscrição Municipal

1597

Endereço

RUA RUA 08 DE OUTUBRO , 5 - PARQUE JUÇARA

CPF/CNPJ

18.294.527/0001-31

Fone/Fax

Simples Nacional

Inscrição Estadual

Sim

125839464

CEP

Exibibilidade

65970000 Exigível

PORTO FRANCO / MA

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO BREJAO

Inscrição Municipal Fone/Fax

Endereço

RUA CLAUDINO BORGES LEAL, 195, - 65929000 - SAO FRANCISCO DO BREJAO / MA

CPF/CNPJ

01.616.680/0001-35

Email

Inscrição Estadual

DADOS COMPLEMENTARES

Código Tributação Município: 16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR - CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EXCLUSIVIDADE PNATE, CONFORME: PROCESSO ADMINISTRATIVO***
****N°011/2020 PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2020 CONTRATO N° 040/2020 - LOCAÇÃO EM REFERENCIA AO ITEM 01 NO QUAL CONSTA 01 VEICULO
DISCRIMINAÇÃO TIPO ÔNIBUS 44 LUGARES R\$ 10,900.00 - MÊS - LOCAÇÃO EM REFERENCIA AO ITEM 02 NO QUAL CONSTA 01 VEICULO TIPO ÔNIBUS
44 LUGARES R\$ 9,950.00 - MÊS - LOCAÇÃO EM REFERENCIA AO ITEM 03 NO QUAL CONSTA 01 VEICULO TIPO ÔNIBUS 44 LUGARES R\$ 8,950.00 - MÊS
- LOCAÇÃO EM REFERENCIA AO ITEM 04 NO QUAL CONSTA 01 VEICULO TIPO KOMBI 09 LUGARES R\$ 4,950.00 - MÊS - LOCAÇÃO EM REFERENCIA AO
ITEM 05 NO QUAL CONSTA 01 VEICULO TIPO ÔNIBUS 44 LUGARES R\$ 5,950.00 - MÊS VALOR TOTAL DE TODOS OS ITEM - MÊS- R\$ 40,700. * --

VALOR TOTAL DE SERVIÇOS = 30.525,00

PIS (R\$)	COFINS(R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções		Desconto Incondicionado		Base de Cálculo	Alíquota %
0,00		0,00		30.525,00	2,00
ISS Prestador (R\$)	ISS Tomador (R\$)	Desconto Condicionado		Valor Total da Nota (R\$)	Valor Liquido (R\$)
0,00	0,00	0,00		30.525,00	30.525,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

DADOS BANCARIOS - BANCO BRADESCO - AGENCIA 647 - CONTA 17979-5 MAKINACAR VEICULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELLI CNPJ
18.294.527/0001-31



FOLHA Nº 182
Processo Adm Nº 000/2020
Número da Nota 76
Câmara Municipal de Acailândia
Data: 12/12/2020
Folha 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO
Secretaria Municipal de Finanças
Superintendência de Receita e Tributos
PRACA DA BANDEIRA, 10 - CENTRO / PORTO FRANCO - MA / CEP: 65970000

Código de Verificação

82320915



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSe

Data / Hora Emissão: 23/12/2020 - 16:23 **Período de Competência:** 12/2020
Município Prestação: SAO FRANCISCO DO BREJAO **Reg. Especial Tributação:** Micro Empresa
Natureza da Operação: Dentro do Município

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social	CPF/CNPJ
MAKINACAR VEICULOS- SERVIÇOS EIRELLI	18.294.527/0001-31
Inscrição Municipal	Inscrição Estadual
1597	125839464
Endereço	CEP
RUA RUA 08 DE OUTUBRO , 5 - PARQUE JUÇARA	65970000
	Exigível
	PORTO FRANCO / MA

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇO



Folha Nº 183
Processo Adm Nº 2402025

Câmara Municipal de Acauã
Praça da Bandeira, 10 - Centro - Porto Franco - MA - CEP: 65970000

Número da Nota

49

Folha 1/1

Código de Verificação

f6ae9c00



Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Data / Hora Emissão: 04/09/2020 - 10:06 **Período de Competência:** 09/2020
Município Prestação: GOVERNADOR EDISON LOBAO **Reg. Especial Tributação:** Micro Empresa
Natureza da Operação: Dentro do Município

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social **MAKINACAR VEICULOS- SERVIÇOS EIRELLI** CPF/CNPJ **18.294.527/0001-31**
Inscrição Municipal **1597** Fone/Fax **Simplex Nacional** Inscrição Estadual **125839464**
Endereço **RUA RUA 08 DE OUTUBRO, 5 - PARQUE JUÇARA** CEP **65970000** Exibibilidade **Sim** **Exigível** **PORTO FRANCO / MA**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social **PREF. MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO** CPF/CNPJ **01.597.627/0001-34** Inscrição Estadual
Inscrição Municipal **1597** Fone/Fax **Simplex Nacional** Inscrição Estadual **125839464**
Endereço **RUA URBANO ROCHA, 140, CENTRO - 65928000 - GOVERNADOR EDISON LOBAO / MA** CEP **65928000** Exibibilidade **Sim** **Exigível** **PORTO FRANCO / MA**

DADOS COMPLEMENTARES

Código Tributação Município: 16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS CONFORME PROCESSO CONTRATO Nº 0055/2020/DECON PROC. ADM. Nº 003.2020 PREGÃO ELETRÔNICO - SRP NS 00003/2020. LOCAÇÃO DE 04 VEÍCULO TIPO PASSEIO - HATCH 1.0 EM REFERENCIA AO LOTE 01 NO QUAL CONSTA O ITEM 01 - LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULOS 3/4 - EM REFERENCIA AO LOTE 03 NO QUAL CONSTA O ITEM 05 - LOCAÇÃO DE 06 CAMINHÕES BASCULANTE "TOCO" EM REFERENCIA AO LOTE 03 NO QUAL CONSTA O ITEM 06 - LOCAÇÃO DE 04 CAMINHÕES BASCULANTE "TRUK", EM REFERENCIA AO LOTE 03 NO QUAL CONSTA O ITEM 07 - LOCAÇÃO DE 01 CAMINHÃO PIPA "TOCO" EM REFERENCIA AO LOTE 03 NO QUAL CONSTA O ITEM 08

VALOR TOTAL DE SERVIÇOS = 71.873,33

PIS (R\$)	COFINS(R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções		Desconto Incondicionado		Base de Cálculo	Alíquota %
0,00		0,00		71.873,33	2,00
ISS Prestador (R\$)	ISS Tomador (R\$)	Desconto Condicionado		Valor Total da Nota (R\$)	Valor Líquido (R\$)
0,00	0,00	0,00		71.873,33	71.873,33

OUTRAS INFORMAÇÕES

- DADOS BANCÁRIOS - BANCO BRADESCO - AGENCIA 647 - CONTA 17979-5 MAKINACAR VEÍCULOS - SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELLI



PM DE GOV. EDISON LOBÃO
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Câmara Municipal de Acaiaçu

Inscrição: 12.143.440/0001-70



Número da NFS-e

63

Código de Verificação de Autenticidade

J8EW54WY3

Data e Hora de Emissão da NFS-e

08/01/2025 às 09:47:00

Chave de Acesso

17819DYZXOE1ZSAMDEFX0QPYPPRROC

Para certificação da autenticidade acesse
<http://45.167.140.87:8080/issweb>, menu
consultas e informe os dados desta NFS-e.

Informações Fiscais

Exigibilidade do ISS Não Incidência	Número do Processo	Município de Incidência do ISS SITIO NOVO-MA	Local da Prestação SITIO NOVO - MA
Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS 08/01/2025
Optante Simples Nacional 1 - Sim	Incentivo Fiscal 2 - Não	Regime Especial Tributação Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP) 03 - Sobre Faturamento	Tipo ISS

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ 18.294.527/0001-31	RG/Inscrição Estadual 12.583946-4	Inscrição Municipal 1597	Cadastro 001256	Nome/Razão Social STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Logradouro RUA SANTA RITA, 239	Complemento	Bairro CENTRO	CEP 65928-000	Cidade GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA
CEP 65928-000	Cidade GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA	Telefone	E-mail	

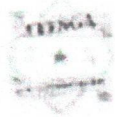
TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ/Documento 05.147/0001-48	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal ISENTO	Nome/Razão Social ALMEIDA E FARIA LTDA
Logradouro AV ATLANTICA, 001	Complemento	Bairro VILINHA	CEP/Cod.Postal 65915-522
Cidade/Pais IMPERATRIZ - MA	Telefone	E-mail	

Discriminação dos Serviços

Qtde.	Un. Medida	Descrição	Vir. Unitário	Total
1,00	UN	SERVIÇO DE LIMPEZA, DESTOCA, CURVA DE NIVEL E ESCAVAÇÃO DE VALAS FAZ TRT AGRO -SITIO NOVO/MA	41.170,00	R\$ 41.170,00
		LOCAÇÃO EM REGIME DE DIARIAS MINI CARREGADEIRA VOLVO MC70 S/COMBUSTIVEL E COM OPERADOR VALOR R\$ R\$ 800.00/ DIARIA TOTAL GERAL 5 DIARIAS - R\$ 4.000,00		
		LOCAÇÃO EM REGIME DE HORAS TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D41EX S/ COMBUSTIVEL E COM OPERADOR VALOR R\$ 270.00 /HORA TOTAL GERAL 51 HORAS - R\$ 13.770,00		
		LOCAÇÃO EM REGIME DE DIARIAS MOTONIVELADORA - PATROL CASE 845B S/COMBUSTIVEL E COM OPERADOR VALOR R\$ 2.000,00 / DIARIA TOTAL GERAL 4 DIARIAS - R\$8.000,00		
		ALUGUEL EM REGIME DE HORAS RETROESCAVADEIRA JCB 3C S/ COMBUSTIVEL E COM OPERADOR VALOR R\$ 190.00 /HORA TOTAL GERAL 60 HORAS - R\$ 11.400,00		
		LOCAÇÃO EM REGIME DE DIARIAS MICRO ONIBUS VOLARE W8 S/ COMBUSTIVEL E COM MOTORISTA VALOR R\$ 800.00/ DIARIA TOTAL GERAL 5 DIARIAS - R\$ 4.000,00		
		OBS: PRANCHA, REFEIÇÕES, HOSPEDAGEM POR CONTA DA EMPRESA.		

		PM DE GOV. EDISON LOBÃO		Câmara Municipal de Acailândia		Número da NFS-e	
		DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS		BIBD: 12.143.442/0001-76		63	
		NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e				Código de Verificação de Autenticidade	
						J8EW54WY3	
						Data e Hora de Emissão da NFS-e	
						08/01/2025 às 09:47:00	
						Chave de Acesso	
						17819DYZXOE1ZSAMDEFX0QPYPPrROC	
						Para certificação da autenticidade acesse	
						http://45.167.140.87:8080/issweb, menu	
						consultas e informe os dados desta NFS-e.	
Informações Fiscais							
Exigibilidade do ISS	Número do Processo	Município de Incidência do ISS	Local da Prestação				
Não Incidência		SITIO NOVO-MA	SITIO NOVO - MA				
Número do RPS	Série do RPS	Tipo do RPS	Data do RPS	Competência			
				08/01/2025			
Optante Simples Nacional	Incentivo Fiscal	Regime Especial Tributação	Tipo ISS				
1 - Sim	2 - Não	Microempresário e Empresa de Pequeno Porte (ME EPP) 03 - Sobre Faturamento					
PRESTADOR DE SERVIÇOS							
CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Cadastro	Nome/Razão Social			
18.294.527/0001-31	12.583946-4	1597	001256	STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA			
Logradouro				Complemento	Bairro		
RUA SANTA RITA, 239					CENTRO		
CEP	Cidade			Telefone	E-mail		
65928-000	GOVERNADOR EDISON LOBÃO-MA						
TOMADOR DE SERVIÇOS							
CPF/CNPJ/Documento	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	Nome/Razão Social				
05.147/0001-48		ISENTO	ALMEIDA E FARIA LTDA				
Logradouro				Complemento	Bairro		
AV ATLANTICA , 001					VILINHA		
CEP/Cod.Postal	Cidade/País			Telefone	E-mail		
65915-522	IMPERATRIZ - MA						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS							
LC 116/2003: 99.99	Alíquota	Atividade Município	Código CNAE	Código da Obra	Código ART		
Outros Serviços	2,00%	9999999999999	4313400				
Valor Total dos Serviços	Desconto Incondicionado	Deduções Base Cálculo	Base de Cálculo	Total do ISS	ISS Retido	Desconto Condicionado	
R\$ 41.170,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.170,00	R\$ 0,00	1 - Sim	R\$ 0,00	
Retenções de Impostos							
PIS	COFINS	INSS	IRRF	CSLL	Outras Retenções		
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
Valor Líquido da NFS-e: R\$ 41.170,00						Val. Aprox. Tributos:	
Informações Complementares							
BANCOS BANCARIOS DA EMPRESA: Banco Bradesco Ag: 2218-7 C/c 532229-4 – Pix 527000131.							
RECEBI(EMOS) DE STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA O SERVIÇO CONSTANTE DA NFS-e DE NÚMERO 63 E CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO J8EW54WY3.							
Data	CPF/RG	Assinatura					
____/____/____	____	____					



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



CONTRATO Nº 324/2024

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS - LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 004/2024
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 08.006/2024



OBJETO CONTRATUAL

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ITINGA DO MARANHÃO - MA



VALOR CONTRATUAL

R\$ 1.287.720,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e vinte reais)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 1 de Julho de 2024
FINAL: 1 de Julho de 2025



DADOS DO CONTRATANTE

Secretaria Municipal de Educação e Esportes, CNPJ nº 06.073.682/0001-49
Avenida Paula Rejane de Carvalho Santos, 300, Centro, Itinga do Maranhão, Maranhão.
Jonas Monteiro de Sousa, CPF nº 809.885.713-15



DADOS DO CONTRATADO

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, CNPJ nº 18.294.527/0001-31
Rua Santa Rita, 239, Centro, Governador Edison Lobão, Maranhão
struturavalor@gmail.com, (99) 8438-4668
DIEGO LUCENA RIBEIRO, CPF nº 027.025.060-25

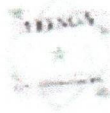


FISCAL DO CONTRATO

IZIDETE MARIA DA SILVA
COORDENADORA DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS
PORTARIA 105/2022

PREÂMBULO

Aos 1 de Julho de 2024, a Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão - MA, através da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, inscrita no CNPJ nº 06.073.682/0001-49, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

Folha Nº 188
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Aculândia
EIRPJ: 18.149.149/0001-76



TERMO DE CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 - O presente instrumento tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ITINGA DO MARANHÃO - MA de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO (art. 92, VI)

2.1 - O valor do presente Contrato é de R\$ R\$ 1.287.720,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e vinte reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Item	Descrição	Unidade	Quant	Recorrência	R\$ Unit	R\$ Mensal	R\$ Total
	SERVIÇO DE LOCAÇÃO ÔNIBUS SEM CONDUCTOR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: CAPACIDADE PARA 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS SENTADOS, COMBUSTÍVEL DIESEL, EM PERFECTO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, DOTADO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS POR LEI, QUILOMETRAGEM LIVRE.	QTD/MES	12	10	R\$ 10.731,00	R\$ 128.772,00	R\$ 1.287.720,00

Valor Total

R\$ 1.287.720,00

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4.1 - O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

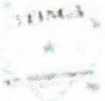
2.4.2 - Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.4.3 - A Proposta do Contratado;

2.4.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 - O prazo de vigência da contratação terá início na data de 01/07/2024 e encerramento em 01/07/2025, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



4.1.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 - A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

4.2 - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.3 - Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.4 - O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE (art. 92, VI)

6.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do documento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vierem a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

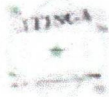
6.8 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 - Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



- 7.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-
operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
- 7.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los,
com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de
documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente
quando não prescritas essas obrigações.
- 7.6 - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e
responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 7.7 - O **CONTRATADO** deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da
presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 7.8 - O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o
CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 7.9 - O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente,
quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual
descarte realizado.
- 7.10 - Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente
aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado,
com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e
registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 7.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de
garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 7.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais,
quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou
recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 7.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade
nacional.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados
no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo
discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: 02.12.00 FUNDEB

CLASSIFICAÇÃO: 12.361.0400.2047.0000 FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL 30%

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

UNIDADE: 02.12.00 FUNDEB

CLASSIFICAÇÃO: 12.361.0401.2053.0000 FUNDEB - ENSINO INFANTIL 30%

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

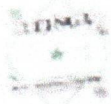
UNIDADE: 02.12.00 FUNDEB

CLASSIFICAÇÃO: 12.361.0401.2242.0000 FUNDEB - ENSINO INFANTIL 30% - VAAT

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

UNIDADE: 02.12.00 FUNDEB

CLASSIFICAÇÃO: 12.366.0400.2054.0000 FUNDEB - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA 30%



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO

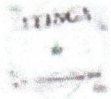


NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
UNIDADE: 02.00.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 12.122.0052.2038.0000 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
UNIDADE: 02.00.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 12.361.0403.2042.0000 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR- PNATE
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
UNIDADE: 02.00.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 12.361.0403.1068.0000 MANUTENÇÃO DO QSE
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
UNIDADE: 02.00.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 12.361.0403.9099.0000 MDE- ENSINO FUNDAMENTAL
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
UNIDADE: 02.00.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 12.365.0401.7100.0000 MDE-ENSINO INFANTIL
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
UNIDADE: 02.00.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
CLASSIFICAÇÃO: 12.366.0400.2101.0000 MDE- EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS-EJA
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00 - SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

8.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 9.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.5 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.6 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.7 - Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.8.1 - A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 9.9 - Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



9.10 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 - Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 - Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 - Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 - A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao senhor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**.

10.10 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 - Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

10.13 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.16 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133 de 2021.

10.17 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 - Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 - Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 - Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.1.2.1 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 - Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

11.2.1 - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



11.3 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejara a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 - Indenizações e multas.

11.5 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "c", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa de:**

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 - A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo rito com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 - O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 - Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 - As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 - O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1 - Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1 - As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 - Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, e ao art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

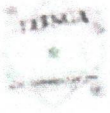
17.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itinga do Maranhão - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itinga do Maranhão - MA, 1 de Julho de 2024

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO



Jonas Monteiro de Sousa
Secretaria Municipal de Educação e Esportes
05/7/2024

g b

DYEGO LUCENA RIBEIRO
CPF n° 027.035.063-25

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Fórmula Nº 198
Processo Adm Nº 090/2024
8
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO Nº 324/2024

A(s)

Sr. **DYEGO LUCENA RIBEIRO**

Representante Legal da Empresa: **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - 18.294.527/0001-31**

Com endereço a Rua Santa Rita, 239, Centro, Governador Edison Lobão, Maranhão

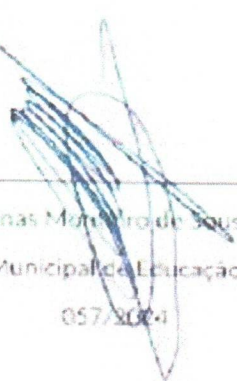
Contatos: (99) 8438-4668 | estruturavalor@gmail.com

Prezado(a) Senhor(a),

Nos termos da legislação vigente, vimos pelo presente **CONVOCAR** Vossa Senhoria, na qualidade de representante legal da referida empresa, para **ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE ONIBUS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ITINGA DO MARANHÃO - MA**, conforme Processo de Contratação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 004/2024, autuado a partir do Processo Administrativo nº 08.006/2024, no valor total de R\$ 1.287.720,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e vinte reais), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação desta, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e na Lei 14.133/21.

A empresa deverá atualizar a documentação de **HABILITAÇÃO**, prevista no edital em epígrafe, que porventura estejam vencidas.

Itinga do Maranhão - MA, 1 de Julho de 2024


Jonas Monteiro de Sousa
Secretário Municipal de Educação e Esportes
057/2004

EXTRATO DE CONTRATO Nº 324/2024, assinado em 01/07/2024. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE ONIBUS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ITINGA DO MARANHÃO - MA. Processo Administrativo nº 08.006/2024. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2024. CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação e Esportes. CNPJ nº 06.073.682/0001-49. CONTRATADO: STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA. CNPJ nº 18.294.527/0001-31. Valor Global: R\$ 1.287.720,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e vinte reais). Vigência Inicial: 1 de Julho de 2024. Vigência Final: 1 de Julho de 2025. Jonas Monteiro de Sousa - Secretário Municipal de Educação e Esportes, Itinga do Maranhão - MA, 1 de Julho de 2024.





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Folha Nº 200
Processo Adm Nº 090/2024
Câmara Municipal de Acilândia
CNPJ 12.143.444/0001-76



Ao
Departamento de Contabilidade
Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTARIA E RUBRICA COM VISTA A FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO CUJO OBJETO É REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ITINGA DO MARANHÃO - MA.

Senhor Contador,

Venho por meio desta solicitar à Vossa Senhoria que informe sobre a disponibilidade orçamentária, bem como a classificação orçamentária/financeira para a formalização de termo de contrato cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DE ITINGA DO MARANHÃO - MA.

O contrato em questão terá origem do Processo de Contratação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob o nº 004/2024, autuado a partir do Processo Administrativo nº 08.006/2024.

O valor total do presente contrato será de R\$ 1.267.720,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e setecentos e vinte reais).

Na certeza do pronto atendimento a esta solicitação, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos votos de elevado apreço.

Itinga do Maranhão - MA, 1 de Julho de 2024.

Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão - MA | CNPJ: 01.614.537/0001-04
Av. Paula Regane de Carvalho Santos, nº 300, Coqueiral, Itinga do Maranhão, Maranhão, Brasil
www.itinga.ma.gov.br



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Folha Nº 201
Processo Adm Nº 040/2025
Y
Câmara Municipal de Acaulândia
GIDPA: 12/142-142/prio 1-70



Jonas Monteiro de Sousa
Secretário Municipal de Educação e Esportes
05/7/2024

PREFEITURA DE ITINGA

AV. PAULA REJANE CARVALHO SANTOS, Nº 300

CEP: 14537-000-104

Exercício: 2024

Emissão: 28/06/2024

Página: 1

Ao

Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 432

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 12 FUNDEB

Dotação : 12.361.0403.2047.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 1.397.011,74

**UM MILHÃO, TREZENTOS E NOVENTA E SETE MIL E ONZE REAIS
E SETENTA E QUATRO CENTAVOS**

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade
Pedro Antonio de Jesus
CONTADOR
CRC-MA 011539/O

Ao
Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Fórmula N° 203
Processo Adm N° 090/2025
Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ: 12.142.442/0001-76

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 627

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 12 FUNDEB

Dotação : 12.365.0401.2053.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 284.959,33

DUZENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade
Pedro Luiz de Jesus
CONTADOR
CRC-MA 0143090

Ao
Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Folha Nº 209
Processo Adm Nº 040/2005
Câmara Municipal de Acuitandia
OIBPM 12.140.140.000.000.000

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 628

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 12 FUNDEB

Dotação : 12.365.0401.2242.00003.3.90.39.99

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 32.100,00

TRINTA E DOIS MIL E CEM REAIS

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade

Paulo Leopoldo de Barros

CONTABILIDADE

CRC-MA 0115150

Ao
Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 651

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 12 FUNDEB

Dotação : 12.366.0400.2054.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário :

R\$ 6.460,04

SEIS MIL, QUATROCENTOS E SESENTA REAIS E QUATRO CENTAVOS

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade

Paulo Roberto de Souza

CONTADOR

CRC-MA 01433810

PREFEITURA DE ITINGA

AV. PAULA REJANE CARVALHO SANTOS, Nº 300

01614537/0001-04

Exercício: 2024

Emissão: 25/08/2024

Folha Nº 206
Processo Adm Nº 040/2023

Câmara Municipal de Acaiaú
CNPJ: 12.143.442/0001-79

Página: 1

Ao

Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 250

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Dotação : 12.122.0052.2038.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 19.018,07

DEZENOVE MIL E DEZOITO REAIS E SETE CENTAVOS

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade
Ped. : Wenderson dos Santos
CONTADOR
CRC BA 015531/O

Ao
Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Folha Nº 207
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.442/0001-79

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 270

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Dotação : 12.361.0403.2049.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 30.100,00
TRINTA MIL E CEM REAIS

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade
Pedro Antonio da Silva
CNCM 01433810

Ao
Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Folha Nº 208
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ 12.143.442/0001-76

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 278

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Dotação : 12.361.0403.1068.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 43.809,25

QUARENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E NOVE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade

Pedro Leoncio de Moraes
CONTADOR
CRC-MA 0110310

Ao
Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 296

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Dotação : 12.361.0403.9099.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 19.751,34

DEZENOVE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade
Paulo Leonardo Reis Moraes
CONTADOR
CRC MA 091328/O

Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Prezado(a) Senhor(a):

Código da Ficha : 319

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Dotação : 12.365.0401.2100.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 17.216,99

DEZESSETE MIL, DUZENTOS E DEZESSEIS REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade
 Ped. 1.000.000
 CONT. (CR)
 CRC-MA 01133-10

Ao
Exmo(a). Sr(a). Prefeito Municipal

Folha Nº 211
Processo Adm Nº 090/2023
Câmara Municipal de Acapulandia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Prezado(a) Senhor(a):

Estamos através da presente, comunicação a V.Exa., para efeito de disponibilidade quanto a limites para processos de licitação pública. O saldo existente, apurado nesta data pela divisão de contabilidade, da verba orçamentária abaixo destacada:

Código da Ficha : 329

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

Dotação : 12.366.0400.2101.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Saldo Orçamentário : R\$ 1.794,45

**UM MIL, SETECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E
QUARENTA E CINCO CENTAVOS**

Atenciosamente,

Chefe da Divisão de Contabilidade

Prof.ª Leonor A. Silva
Câmara Municipal
CRC-MA 0761210

Fórmula Nº 212
Processo Adm Nº 090/2023
Câmara Municipal de Acailandia
CNPJ: 18.142.442/0001-79

***Gastos com combustível e lubrificantes**

***comprovantes de pagamento**



AUTO POSTO RIBEIRÃOZINHO LTDA.

CNPJ: 10.257.566/0001-57

Insc. Est.: 120.926.601

Folha Nº 213
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

RECIBO DE QUITAÇÃO

Eu AUTO POSTO RIBEIRÃOZINHO LTDA, inscrita no CNPJ 10.257.566/0001-57, situada na Rod BR 010 km 225, S/N, centro, na cidade de Governador Edison Lobão – MA, recebi da Strutura Valor Serviços e Locação Ltda, inscrita no CNPJ: 18.294.527/0001-31 a quantia supra de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) referente ao pagamento de Diesel e Lubrificante.

Diesel R\$ 15.000,00

Lubrificante R\$ 4.000,00

Total R\$ 19.000,00

Por ser a expressão da verdade, dou quitação pela importância recebida, firmando o presente recibo nesta data.

Governador Edison Lobão – Ma 15 de fevereiro de 2025.


Auto Posto Ribeirãozinho Ltda.
CNPJ: 10.257.566/0001-57



AUTO POSTO RIBEIRÃOZINHO LTDA.

CNPJ: 10.257.566/0001-57

Insc. Est.: 120.926.601

Folha Nº 214
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

RECIBO DE QUITAÇÃO

Eu AUTO POSTO RIBEIRÃOZINHO LTDA, inscrita no CNPJ 10.257.566/0001-57, situada na Rod BR 010 km 225, S/N, centro, na cidade de Governador Edison Lobão – MA, recebi da Strutura Valor Serviços e Locação Ltda, inscrita no CNPJ: 18.294.527/0001-31 a quantia supra de R\$ 23.000,00 (Vinte três mil reais) referente ao pagamento de Diesel e Lubrificante.

Diesel R\$ 17.000,00

Lubrificante R\$ 6.000,00

Total R\$ 23.000,00

Por ser a expressão da verdade, dou quitação pela importância recebida, firmando o presente recibo nesta data.

Governador Edison Lobão – Ma 10 de março de 2025.


Auto Posto Ribeirãozinho Ltda.
CNPJ: 10.257.566/0001-57



Confirmação de Operação

Transferir

Data da operação: 18/03/2025 - 14h42

Nº de controle: 537.052.123.804.319.226

Fórmula Nº 215
Processo Adm Nº 040/2025
Y
Câmara Municipal de Aquilândia
CNPJ: 12.143.149/0001-76

Conta: **Agência: 0647 | Conta: 0017979-5**

Empresa: **MAKINACAR VEICULOS - SERVICOS L. EIRELI**

Dados de quem
recebeu

Nome: **AUTO POSTO VALE DO SOL LTDA**

CPF/CNPJ: **05.856.177/0001-08**

Instituição Destino: **Banco Bradesco S.A.**

Chave: **05.856.177/0001-08**

Agência: **460**

Conta: **49624-3**

Dados da Transferência

Valor: **R\$ 20.000,00**

Descrição:

Identificação: **E60746948202503181748C0647xkUn0A**

Documento: **0**

Debitado da: **Conta-corrente**

Instituição Origem: **BANCO BRADESCO S.A.**

**SAC - Serviço de
Apoio ao Cliente**

**Alô Bradesco
0800 704 8383**

**Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 722 0099**

**Cancelamentos, Reclamações e
Informações. Atendimento 24 horas, 7 dias
por semana.**

**Demais telefones
consulte o site
Fale Conosco**

Ouvidoria 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.



Comprovante de Transação Bancária

Pix
Data da operação: 12/05/2025 - 15h12
N° de controle: 372125594664291337 | Documento: 1512533

Conta de débito: Agência: 2218 | Conta: 0532229-4 | Tipo: Conta-Corrente
Empresa: DYEGO LUCENA RIBEIRO | CNPJ: 010.234.051/0001-31

Nome do favorecido: AUTO POSTO VALE DO SOL LTDA
CNPJ/CPF: 005.856.177/0001-08
Instituição Destino: Banco Bradesco S.A.
Agência e Conta: 0460 | 0049624 | Conta-Corrente
Chave: 005.856.177/0001-08
Valor: R\$ 9.000,00
Tarifa: R\$ 0,00
Descrição:
Mídia: BRADESCO CELULAR - P.JURIDICA
Identificação: E60746948202505121812C2218XMaRxE
TXID: -
Debitado da: Conta-Corrente
Instituição Origem: Banco Bradesco S.A.

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Net Empresa e está sujeita a análise. O crédito será efetuado em instantes.

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente	Alô Bradesco 0800 704 8383	Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 722 0099	Cancelamentos, Reclamações e Informações. Atendimento 24 horas, 7 dias por semana	Demais telefones consulte o site Fale Conosco
	Ouvidoria 0800 727 9933	Atendimento de segunda a sexta-feira , das 8h as 18h, exceto feriados		



Confirmação de Operação

Transferir

Data da operação: 18/03/2025 - 14h41

Nº de controle: 537.052.123.804.319.226

Fórmula Nº 217
Processo Adm Nº 040/2020
Y
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ 12.143.442/0001-78

Conta: **Agência: 0647 | Conta: 0017979-5**

Empresa: **MAKINACAR VEICULOS - SERVICOS L. EIRELI**

Dados de quem
recebeu

Nome: **AUTO POSTO RIBEIRAOZINHO LTDA**

CPF/CNPJ: **10.257.566/0001-57**

Instituição Destino: **Banco Bradesco S.A.**

Chave: **10.257.566/0001-57**

Agência: **460**

Conta: **37406-7**

Dados da Transferência

Valor: **R\$ 10.000,00**

Descrição:

Identificação: **E60746948202503181748C0647cZxJcE**

Documento: **0**

Debitado da: **Conta-corrente**

Instituição Origem: **BANCO BRADESCO S.A.**

**SAC - Serviço de
Apoio ao Cliente**

**Alô Bradesco
0800 704 8383**

**Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 722 0099**

Cancelamentos, Reclamações e
Informações. Atendimento 24 horas, 7 dias
por semana.

Demais telefones
consulte o site
Fale Conosco

Ouvidoria 0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.

***BALANÇO 2022, 2023 e 2024**

***LIVROS**

***INDICES**

***DECLARAÇÕES DE INDICES**

***CERTIDÕES**



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12417630649 em 13/12/2024, protocolo 241580340. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
Número de Registro:	21201227590
CNPJ:	18294527000131
Município:	Governador Edison Lobão

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO	
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA	MA013478

JUCEMA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 13/12/2024 11:37 SOB Nº 20241580340.
PROTOCOLO: 241580340 DE 12/12/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12417630649. NIRE: 21201227590.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 13/12/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 14, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA, município Governador Edison Lobão, CNPJ nº 18.294.527/0001-31, Número de Registro (NIRE) 21201227590.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 10/06/2013

Ato constitutivo: 21200827259

Governador Edison Lobão, 01/01/2022

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Administrador, Sócio

CPF 027.035.063-25

FRANCISCO SANTOS DA SILVA

PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

CRC/MA 013478

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de janeiro de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
15 de janeiro de 2022			
(35)	Pg. Combustivel		7.585,00
(2219)	Pg. Combustivel	7.585,00	
Total do Dia:		7.585,00	7.585,00
20 de janeiro de 2022			
(35)	Pg. Das		4.246,38
(3151)	Pg. Das	4.246,38	
Total do Dia:		4.246,38	4.246,38
24 de janeiro de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
28 de janeiro de 2022			
(35)	Pg. Energia		998,21
(2324)	Pg. Energia	998,21	
Total do Dia:		998,21	998,21
31 de janeiro de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	40.250,00	
(1288)	Prestação de Serviços		40.250,00
Total do Dia:		40.250,00	40.250,00

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de fevereiro de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
21 de fevereiro de 2022			
(35)	Pg. Das		5.201,36
(3151)	Pg. Das	5.201,36	
Total do Dia:		5.201,36	5.201,36
24 de fevereiro de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
25 de fevereiro de 2022			
(35)	Pg. Energia		922,10
(2324)	Pg. Energia	922,10	
Total do Dia:		922,10	922,10
28 de fevereiro de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	49.302,00	
(1288)	Prestação de Serviços		49.302,00
Total do Dia:		49.302,00	49.302,00

Processo Nº 223
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acailândia
18/03/2025 14:49:00 1-78

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de março de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
21 de março de 2022			
(35)	Pg. Das		4.061,75
(3151)	Pg. Das	4.061,75	
Total do Dia:		4.061,75	4.061,75
25 de março de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
28 de março de 2022			
(35)	Pg. Energia		937,74
(2324)	Pg. Energia	937,74	
Total do Dia:		937,74	937,74
30 de março de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	38.500,00	
(1288)	Prestação de Serviços		38.500,00
Total do Dia:		38.500,00	38.500,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de abril de 2022

Câmara Municipal de Acailândia, S. DA SILVA CONTABILIDADE
 CNPJ: 12.142.442/0001-76

Diário : 1

Folha:5

Conta	Histórico	Débito	Crédito
11 de abril de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
20 de abril de 2022			
(35)	Pg. Das		4.547,05
(3151)	Pg. Das	4.547,05	
Total do Dia:		4.547,05	4.547,05
25 de abril de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
28 de abril de 2022			
(35)	Pg. Energia		992,60
(2324)	Pg. Energia	992,60	
Total do Dia:		992,60	992,60
29 de abril de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	43.100,00	
(1288)	Prestação de Serviços		43.100,00
Total do Dia:		43.100,00	43.100,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de maio de 2022

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 1

Folha:6

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de maio de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
16 de maio de 2022			
(35)	Pg. Combustivel		11.147,00
(2219)	Pg. Combustivel	11.147,00	
Total do Dia:		11.147,00	11.147,00
20 de maio de 2022			
(35)	Pg. Das		5.424,49
(3151)	Pg. Das	5.424,49	
Total do Dia:		5.424,49	5.424,49
25 de maio de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
27 de maio de 2022			
(35)	Pg. Energia		1.002,25
(2324)	Pg. Energia	1.002,25	
Total do Dia:		1.002,25	1.002,25
31 de maio de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	51.417,00	
(1288)	Prestação de Serviços		51.417,00
Total do Dia:		51.417,00	51.417,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de junho de 2022

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 1

Folha: 7

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de junho de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
20 de junho de 2022			
(35)	Pg. Das		5.804,88
(3151)	Pg. Das	5.804,88	
Total do Dia:		5.804,88	5.804,88
24 de junho de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
28 de junho de 2022			
(35)	Pg. Energia		1.005,50
(2324)	Pg. Energia	1.005,50	
Total do Dia:		1.005,50	1.005,50
30 de junho de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	55.022,60	
(1288)	Prestação de Serviços		55.022,60
Total do Dia:		55.022,60	55.022,60

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)
Diário de julho de 2022

Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ 18.143.449/0001-76

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE
Diário : 1 Folha:8

Conta	Histórico	Débito	Crédito
11 de julho de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
20 de julho de 2022			
(35)	Pg. Das		4.842,45
(3151)	Pg. Das	4.842,45	
Total do Dia:		4.842,45	4.842,45
25 de julho de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
28 de julho de 2022			
(35)	Pg. Energia		1.016,99
(2324)	Pg. Energia	1.016,99	
Total do Dia:		1.016,99	1.016,99
29 de julho de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	45.900,00	
(1288)	Prestação de Serviços		45.900,00
Total do Dia:		45.900,00	45.900,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de agosto de 2022

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 1

Folha:9

Conta	Histórico		Débito	Crédito
10 de agosto de 2022				
(35)	Pg. Contabilidade			1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade		1.212,00	
Total do Dia:			1.212,00	1.212,00
15 de agosto de 2022				
(35)	Pg. Combustivel			12.969,90
(2219)	Pg. Combustivel		12.969,90	
Total do Dia:			12.969,90	12.969,90
22 de agosto de 2022				
(35)	Pg. Das			4.963,78
(3151)	Pg. Das		4.963,78	
Total do Dia:			4.963,78	4.963,78
25 de agosto de 2022				
(35)	Pg. Telefone			297,42
(2527)	Pg. Telefone		297,42	
Total do Dia:			297,42	297,42
29 de agosto de 2022				
(35)	Pg. Energia			1.008,27
(2324)	Pg. Energia		1.008,27	
Total do Dia:			1.008,27	1.008,27
31 de agosto de 2022				
(105)	Prestação de Serviços		47.050,00	
(1288)	Prestação de Serviços			47.050,00
Total do Dia:			47.050,00	47.050,00

FOI N° 228
 Processo Adm N° 040/2022
 Câmara Municipal de Acaulândia
 RIBR: 121142-1100001-78

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de setembro de 2022

Diário : 1

Folha:10

Conta	Histórico	Débito	Crédito
12 de setembro de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
20 de setembro de 2022			
(35)	Pg. Das		5.524,93
(3151)	Pg. Das	5.524,93	
Total do Dia:		5.524,93	5.524,93
23 de setembro de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
28 de setembro de 2022			
(35)	Pg. Energia		994,44
(2324)	Pg. Energia	994,44	
Total do Dia:		994,44	994,44
30 de setembro de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	52.369,00	
(1288)	Prestação de Serviços		52.369,00
Total do Dia:		52.369,00	52.369,00

Form N° 229
 Processo Adm N° 090/2022
 Câmara Municipal de Acailândia
 GED: 12.143.442/0001-76

Fórmula N° 230
Processo Adm N° 040/2022
Câmara Municipal de Acailandia
RUA: 19, 143, 142/0001-76

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de outubro de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
20 de outubro de 2022			
(35)	Pg. Das		4.957,76
(3151)	Pg. Das	4.957,76	
Total do Dia:		4.957,76	4.957,76
25 de outubro de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
28 de outubro de 2022			
(35)	Pg. Energia		1.025,63
(2324)	Pg. Energia	1.025,63	
Total do Dia:		1.025,63	1.025,63
31 de outubro de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	46.993,00	
(1288)	Prestação de Serviços		46.993,00
Total do Dia:		46.993,00	46.993,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)
Diário de novembro de 2022

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE
Diário : 1
Folha:12

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de novembro de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
15 de novembro de 2022			
(35)	Pg. Combustivel		9.780,00
(2219)	Pg. Combustivel	9.780,00	
Total do Dia:		9.780,00	9.780,00
21 de novembro de 2022			
(35)	Pg. Das		6.161,20
(3151)	Pg. Das	6.161,20	
Total do Dia:		6.161,20	6.161,20
25 de novembro de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
28 de novembro de 2022			
(35)	Pg. Energia		1.018,19
(2324)	Pg. Energia	1.018,19	
Total do Dia:		1.018,19	1.018,19
30 de novembro de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	58.400,00	
(1288)	Prestação de Serviços		58.400,00
Total do Dia:		58.400,00	58.400,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de dezembro de 2022

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 1

Folha: 13

Conta	Histórico	Débito	Crédito
12 de dezembro de 2022			
(35)	Pg. Contabilidade		1.212,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.212,00	
Total do Dia:		1.212,00	1.212,00
20 de dezembro de 2022			
(35)	Pg. Das		7.368,86
(3151)	Pg. Das	7.368,86	
Total do Dia:		7.368,86	7.368,86
23 de dezembro de 2022			
(35)	Pg. Telefone		297,42
(2527)	Pg. Telefone	297,42	
Total do Dia:		297,42	297,42
27 de dezembro de 2022			
(35)	Pg. Energia		1.177,33
(2324)	Pg. Energia	1.177,33	
Total do Dia:		1.177,33	1.177,33
30 de dezembro de 2022			
(105)	Prestação de Serviços	69.847,00	
(1288)	Prestação de Serviços		69.847,00
Total do Dia:		69.847,00	69.847,00

Termo de Encerramento

Folha Nº 233
Processo Adm Nº 240/2025
Y
Câmara Municipal de Acaulândia
DIÁRIO 12.143.442/0001-76

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 1

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 14, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA.

Governador Edison Lobão, 31/12/2022

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Administrador, Sócio

CPF 027.035.063-25

FRANCISCO SANTOS DA SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 013478



Fólio Nº 234
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 13/12/2024 11:35 SOB Nº 20241580293.
PROTOCOLO: 241580293 DE 12/12/2024. NIRE: 21201227590.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SAO LUIS, 13/12/2024
empresafacil.ma.gov.br

Termo de Abertura

Folha Nº 235
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 18.142.442/0001-76

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 14, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA, município Governador Edison Lobão, CNPJ nº 18.294.527/0001-31, Número de Registro (NIRE) 21201227590.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 10/06/2013

Ato constitutivo: 21200827259

Governador Edison Lobão, 01/01/2023

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Administrador, Sócio

CPF 027.035.063-25

FRANCISCO SANTOS DA SILVA

PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

CRC/MA 013478

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de janeiro de 2023

Diário : 2

Folha:2

Conta	Histórico	Folha Nº <u>236</u> Processo Adm Nº <u>090/2023</u> Câmara Municipal de Acapulco CNPJ: 12.143.448/0001-78	Débito	Crédito
10 de janeiro de 2023				
(35)	Pg. Contabilidade			1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade		1.320,00	
Total do Dia:			1.320,00	1.320,00
25 de janeiro de 2023				
(35)	Pg. Telefone			303,00
(2527)	Pg. Telefone		303,00	
Total do Dia:			303,00	303,00
27 de janeiro de 2023				
(35)	Pg. Energia			990,02
(2324)	Pg. Energia		990,02	
Total do Dia:			990,02	990,02

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de fevereiro de 2023

Diário : 2

Folha:3

Conta	Histórico	Fórmula N° 237 Processo Adm N° 040/2023 Câmara Municipal de Acailândia RUA 12, 140, 160, 180, 200, 220	Débito	Crédito
10 de fevereiro de 2023				
(35)	Pg. Contabilidade			1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade		1.320,00	
Total do Dia:			1.320,00	1.320,00
15 de fevereiro de 2023				
(35)	Pg. Combustível			8.250,00
(2219)	Pg. Combustível		8.250,00	
Total do Dia:			8.250,00	8.250,00
20 de fevereiro de 2023				
(35)	Pg. Das			3.732,59
(3151)	Pg. Das		3.732,59	
Total do Dia:			3.732,59	3.732,59
24 de fevereiro de 2023				
(35)	Pg. Telefone			303,00
(2527)	Pg. Telefone		303,00	
Total do Dia:			303,00	303,00
27 de fevereiro de 2023				
(35)	Pg. Energia			989,15
(2324)	Pg. Energia		989,15	
Total do Dia:			989,15	989,15
28 de fevereiro de 2023				
(105)	Prestação de Serviços		35.380,00	
(1288)	Prestação de Serviços			35.380,00
Total do Dia:			35.380,00	35.380,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de março de 2023

Diário : 2

Folha:4

Conta	Histórico	Folha N° 238 Processo Adm N° 040/2023	Débito	Crédito
10 de março de 2023				
(35)	Pg. Contabilidade	Câmara Municipal de Acaulândia		1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade	CNPJ: 12.143.442/0001-76	1.320,00	
Total do Dia:			1.320,00	1.320,00
20 de março de 2023				
(35)	Pg. Das			4.840,34
(3151)	Pg. Das		4.840,34	
Total do Dia:			4.840,34	4.840,34
28 de março de 2023				
(35)	Pg. Energia			945,87
(2324)	Pg. Energia		945,87	
Total do Dia:			945,87	945,87
31 de março de 2023				
(105)	Prestação de Serviços		45.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços			45.880,00
Total do Dia:			45.880,00	45.880,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de abril de 2023

Diário : 2

Folha:5

Conta	Histórico	Folha Nº <u>239</u> Processo Adm Nº <u>090/2023</u>	Débito	Crédito
10 de abril de 2023				
(35)	Pg. Contabilidade	Câmara Municipal de Acailândia		1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade	CHPDI 12.143.442/0001.578	1.320,00	
Total do Dia:			1.320,00	1.320,00
20 de abril de 2023				
(35)	Pg. Das			4.101,84
(3151)	Pg. Das		4.101,84	
Total do Dia:			4.101,84	4.101,84
24 de abril de 2023				
(35)	Pg. Telefone			303,00
(2527)	Pg. Telefone		303,00	
Total do Dia:			303,00	303,00
27 de abril de 2023				
(35)	Pg. Energia			992,69
(2324)	Pg. Energia		992,69	
Total do Dia:			992,69	992,69
28 de abril de 2023				
(105)	Prestação de Serviços		38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços			38.880,00
Total do Dia:			38.880,00	38.880,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de maio de 2023

Diário : 2

Folha:6

Conta	Histórico	Folha N° 240 Processo Adm N° 040/2023 Câmara Municipal de Acailândia CNPJ: 18.143.448/0001-78	Débito	Crédito
10 de maio de 2023				
(35)	Pg. Contabilidade			1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade		1.320,00	
Total do Dia:			1.320,00	1.320,00
22 de maio de 2023				
(35)	Pg. Das			4.101,84
(3151)	Pg. Das		4.101,84	
Total do Dia:			4.101,84	4.101,84
25 de maio de 2023				
(35)	Pg. Telefone			303,00
(2527)	Pg. Telefone		303,00	
Total do Dia:			303,00	303,00
26 de maio de 2023				
(35)	Pg. Energia			1.001,20
(2324)	Pg. Energia		1.001,20	
Total do Dia:			1.001,20	1.001,20
30 de maio de 2023				
(105)	Prestação de Serviços		38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços			38.880,00
Total do Dia:			38.880,00	38.880,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de junho de 2023

Diário : 2

Folha:7

Conta	Histórico	Fólio N° 241 Processo Adm N° 090/2023 Câmara Municipal de Acuitandis DIRETORIA DE CONTABILIDADE	Débito	Crédito
12 de junho de 2023				
(35)	Pg. Contabilidade			1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade		1.320,00	
Total do Dia:			1.320,00	1.320,00
16 de junho de 2023				
(35)	Pg. Combustivel			10.369,00
(2219)	Pg. Combustivel		10.369,00	
Total do Dia:			10.369,00	10.369,00
20 de junho de 2023				
(35)	Pg. Das			4.101,84
(3151)	Pg. Das		4.101,84	
Total do Dia:			4.101,84	4.101,84
23 de junho de 2023				
(35)	Pg. Telefone			303,00
(2527)	Pg. Telefone		303,00	
Total do Dia:			303,00	303,00
28 de junho de 2023				
(35)	Pg. Energia			1.010,13
(2324)	Pg. Energia		1.010,13	
Total do Dia:			1.010,13	1.010,13
30 de junho de 2023				
(105)	Prestação de Serviços		38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços			38.880,00
Total do Dia:			38.880,00	38.880,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de julho de 2023

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 2

Folha:8

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de julho de 2023			
(35)	Pg. Contabilidade		1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.320,00	
Total do Dia:		1.320,00	1.320,00
20 de julho de 2023			
(35)	Pg. Das		4.181,84
(3151)	Pg. Das	4.181,84	
Total do Dia:		4.181,84	4.181,84
25 de julho de 2023			
(35)	Pg. Telefone		303,00
(2527)	Pg. Telefone	303,00	
Total do Dia:		303,00	303,00
28 de julho de 2023			
(35)	Pg. Energia		989,06
(2324)	Pg. Energia	989,06	
Total do Dia:		989,06	989,06
31 de julho de 2023			
(105)	Prestação de Serviços	38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços		38.880,00
Total do Dia:		38.880,00	38.880,00

242
Processo Adm Nº 0240/2023
Câmara Municipal de Itaculândia
21/07/2023 14:14:11

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de agosto de 2023

Diário : 2

Folha:9

Processo N° 243
Processo Adm N° 090/2023
Câmara Municipal de Acailândia
12.143.444/0001-578

Conta	Histórico	Débito	Crédito
10 de agosto de 2023			
(35)	Pg. Contabilidade		1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.320,00	
Total do Dia:		1.320,00	1.320,00
21 de agosto de 2023			
(35)	Pg. Das		4.181,84
(3151)	Pg. Das	4.181,84	
Total do Dia:		4.181,84	4.181,84
25 de agosto de 2023			
(35)	Pg. Telefone		303,00
(2527)	Pg. Telefone	303,00	
Total do Dia:		303,00	303,00
28 de agosto de 2023			
(35)	Pg. Energia		1.020,09
(2324)	Pg. Energia	1.020,09	
Total do Dia:		1.020,09	1.020,09
31 de agosto de 2023			
(105)	Prestação de Serviços	38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços		38.880,00
Total do Dia:		38.880,00	38.880,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de setembro de 2023

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 2

Folha:10

Conta	Histórico	Débito	Crédito
11 de setembro de 2023			
(35)	Pg. Contabilidade		1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.320,00	
Total do Dia:		1.320,00	1.320,00
12 de setembro de 2023			
(35)	Pg. Combustível		12.331,00
(2219)	Pg. Combustível	12.331,00	
Total do Dia:		12.331,00	12.331,00
20 de setembro de 2023			
(35)	Pg. Das		4.181,84
(3151)	Pg. Das	4.181,84	
Total do Dia:		4.181,84	4.181,84
25 de setembro de 2023			
(35)	Pg. Telefone		303,00
(2527)	Pg. Telefone	303,00	
Total do Dia:		303,00	303,00
28 de setembro de 2023			
(35)	Pg. Energia		1.032,33
(2324)	Pg. Energia	1.032,33	
Total do Dia:		1.032,33	1.032,33
29 de setembro de 2023			
(105)	Prestação de Serviços	38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços		38.880,00
Total do Dia:		38.880,00	38.880,00

249
Folha Nº 040/2023
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.142/0001-78

10 de outubro de 2023

(35)	Pg. Contabilidade		1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade	1.320,00	

Total do Dia:

1.320,00

1.320,00

20 de outubro de 2023

(35)	Pg. Das		4.181,84
(3151)	Pg. Das	4.181,84	

Total do Dia:

4.181,84

4.181,84

25 de outubro de 2023

(35)	Pg. Telefone		303,00
(2527)	Pg. Telefone	303,00	

Total do Dia:

303,00

303,00

27 de outubro de 2023

(35)	Pg. Energia		999,74
(2324)	Pg. Energia	999,74	

Total do Dia:

999,74

999,74

31 de outubro de 2023

(105)	Prestação de Serviços	38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços		38.880,00

Total do Dia:

38.880,00

38.880,00

Form N° 245
Processo Adm N° 040/2023
Câmara Municipal de Acailândia
Data: 12/10/2023

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de novembro de 2023

Diário : 2

Folha:12

Conta	Histórico		Débito	Crédito
10 de novembro de 2023				
(35)	Pg. Contabilidade			1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade		1.320,00	
Total do Dia:			1.320,00	1.320,00
14 de novembro de 2023				
(35)	Pg. Combustivel			5.638,25
(2219)	Pg. Combustivel		5.638,25	
Total do Dia:			5.638,25	5.638,25
20 de novembro de 2023				
(35)	Pg. Das			4.181,84
(3151)	Pg. Das		4.181,84	
Total do Dia:			4.181,84	4.181,84
24 de novembro de 2023				
(35)	Pg. Telefone			303,00
(2527)	Pg. Telefone		303,00	
Total do Dia:			303,00	303,00
28 de novembro de 2023				
(35)	Pg. Energia			1.011,25
(2324)	Pg. Energia		1.011,25	
Total do Dia:			1.011,25	1.011,25
30 de novembro de 2023				
(105)	Prestação de Serviços		38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços			38.880,00
Total do Dia:			38.880,00	38.880,00

Form N° 246
 Processo Adm N° 040/2023
 Câmara Municipal de Acailandia
 RUA 14:140-00000000-1592

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de dezembro de 2023

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 2

Folha:13

Conta	Histórico	Fólio N° 247 Processo Adm N° 090/2023	Débito	Crédito
11 de dezembro de 2023				
(35)	Pg. Contabilidade	Câmara Municipal de Acaulândia CNPJ 12.143.442/0001-76		1.320,00
(2184)	Pg. Contabilidade			
Total do Dia:			1.320,00	
				1.320,00
22 de dezembro de 2023				
(35)	Pg. Das			4.181,84
(3151)	Pg. Das		4.181,84	
Total do Dia:			4.181,84	
				4.181,84
26 de dezembro de 2023				
(35)	Pg. Telefone			303,00
(2527)	Pg. Telefone		303,00	
Total do Dia:			303,00	
				303,00
28 de dezembro de 2023				
(35)	Pg. Energia			905,07
(2324)	Pg. Energia		905,07	
Total do Dia:			905,07	
				905,07
29 de dezembro de 2023				
(105)	Prestação de Serviços		38.880,00	
(1288)	Prestação de Serviços			38.880,00
Total do Dia:			38.880,00	
				38.880,00

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 14, e serviu para escrituração no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA.

Governador Edison Lobão, 31/12/2023

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Administrador, Sócio

CPF 027.035.063-25

FRANCISCO SANTOS DA SILVA

PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

CRC/MA 013478



Fórmula Nº 249
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Acuitandia
Data: 12-12-2024 11:37

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 13/12/2024 11:37 SOB Nº 20241580340.
PROTOCOLO: 241580340 DE 12/12/2024. NIRE: 21201227590.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 13/12/2024
empresafacil.ma.gov.br



Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Fórmula N° 250 JUCEMA
Processo Adm N° 040/2025
Y
Câmara Municipal de Acailândia
01/01/2022 - 31/12/2022

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12417630320 em 13/12/2024, protocolo 241580293. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
Número de Registro:	21201227590
CNPJ:	18294527000131
Município:	Governador Edison Lobão

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	1
Período de Escrituração:	01/01/2022 - 31/12/2022

Assinante(s)

Nome

CRC/OAB

02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO	
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA	MA013478

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 13/12/2024 11:35 SOB N° 20241580293.
PROTOCOLO: 241580293 DE 12/12/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12417630320. NIRE: 21201227590.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 13/12/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

STRUTURA VALOR**STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2023.**A T I V O**

Fólio Nº 251
 Processo Adm Nº 040/2025
 Câmara Municipal de Acauã
 CNPJ: 12.143.444/0001-78

**ATIVO CIRCULANTE
DISPONÍVEL**

Caixa	22.477,14		
Bco. c/Movimento	49.853,49	72.330,63	72.330,63

**ATIVO PERMANENTE
IMOBILIZADO**

Imóveis	380.000,00		
Instalações	96.500,00		
Maquinários	104.943,13		
(-) Depreciação	(15.741,46)	565.701,67	565.701,67

TOTAL DO ATIVO →**638.032,30****P A S S I V O****PASSIVO CIRCULANTE****OBRIGAÇÕES RECOLHER**

DAS	3.778,80	3.778,80	3.778,80
-----	----------	----------	----------

CAPITAL

Capital Social	420.000,00	420.000,00	420.000,00
----------------	------------	------------	------------

RESERVAS DE LUCROS

Lucros ou Prejuízos Acumulados	214.253,50	214.253,50	214.253,50
--------------------------------	------------	------------	------------

TOTAL DO PASSIVO →**638.032,30**

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2023.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

STRUTURA VALOR

Câmara Municipal de Acaulândia
RUA N.º 12, 143, 442/0001-75.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

(+) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			466.560,00
(-) Dedução de vendas e serviços			
DAS	45.345,60	45.345,60	45.345,60
(=) LUCRO BRUTO DO EXERCÍCIO			421.214,40
(-) CUSTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Combustível	36.588,25		
Ordenados	51.480,00	88.068,25	88.068,25
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas			
Pró-Labore	87.000,00		
Honorários	15.840,00	102.840,00	102.840,00
Gerais			
Energia	11.886,60		
Telefone	3.636,05	15.522,65	15.522,65
Tributária			
Alvarás	530,00	530,00	530,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			214.253,50

=====
Concordamos com a exatidão do presente **BALANÇO PATRIMONIAL**, e respectivas **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**, em 31 de dezembro de 2023.

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2023.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

STRUTURA VALOR**STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

LIQUIDEZ CORRENTE

ATIVO CIRCULANTE: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

Folha Nº 253
Processo Adm Nº 040/2023Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ: 12.143.442/0001-78**LIQUIDEZ SECA**

ATIVO CIRCULANTE (-) ESTOQUE: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

LIQUIDEZ GERAL

ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

SOLVÊNCIA GERAL

ATIVO TOTAL: R\$ 638.032,30

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

ATIVO TOTAL: R\$ 638.032,30

LIQUIDEZ CORRENTE = 19,141163%

LIQUIDEZ SECA = 19,141163%

LIQUIDEZ GERAL = 19,141163%

SOLVÊNCIA GERAL = 168,845215%

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL = 0,592258%

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2023.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.442/0001-26

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DEZEMBRO DE 2023.**

NOTA 01 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial e das Leis das Sociedades Anônimas e em conformidade aos Princípios da Contabilidade conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 02 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS

a) REGIME DE ESCRITURAÇÃO

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação deste regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) DEPRECIAÇÕES

Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, com base nas taxas legalmente admitidas, registradas a débito dos dispêndios de produção e dos dispêndios e despesas operacionais.

NOTA 03 - CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas de valor unitário equivalente a **R\$ 1,00 (um real)**, sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas.

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2023.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador



Fórmula N° 255
Processo Adm N° 040/2025
Câmara Municipal de Acailândia
Pública, 14.05.2024

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/05/2024 08:08 SOB N° 20240652711.
PROTOCOLO: 240652711 DE 15/05/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406803148. CNPJ DA SEDE: 18294527000131.
NIRE: 21201227590. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 14/05/2024.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, n°. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2022.

A T I V O

ATIVO CIRCULANTE

DISPONÍVEL

Caixa	32.595,64		
Bco. c/Movimento	149.788,19	176.055,37	176.055,37

ATIVO PERMANENTE

IMOBILIZADO

Imóveis	380.000,00		
Instalações	84.650,00		
Maquinários	123.462,50		
(-) Depreciação	(18.519,37)	569.593,13	569.593,13

TOTAL DO ATIVO →

751.976,96

P A S S I V O

PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES RECOLHER

DAS	5.259,19	5.259,19	5.259,19
-----	----------	----------	----------

CAPITAL

Capital Social	420.000,00	420.000,00	420.000,00
----------------	------------	------------	------------

RESERVAS DE LUCROS

Lucros ou Prejuízos Acumulados	326.717,77	326.717,77	326.717,77
--------------------------------	------------	------------	------------

TOTAL DO PASSIVO →

751.976,96

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2022.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, n°. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

(+) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			598.150,60
(-) Dedução de vendas e serviços			
DAS	63.110,28	63.110,28	63.110,28
(=) LUCRO BRUTO DO EXERCÍCIO			535.040,35
(-) CUSTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Combustível	41.481,90		
Ordenados	47.268,00	88.749,90	88.749,90
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas			
Pró-Labore	82.800,00		
Honorários	14.544,00	97.344,00	97.344,00
Gerais			
Energia	12.099,25		
Telefone	3.569,06	15.668,31	15.668,31
Tributária			
Alvarás	445,00	445,00	445,00
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			332.833,11

Concordamos com a exatidão do presente **BALANÇO PATRIMONIAL**, e respectivas **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**, em 31 de dezembro de 2022.

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2022.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

LIQUIDEZ CORRENTE

ATIVO CIRCULANTE: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

LIQUIDEZ SECA

ATIVO CIRCULANTE (-) ESTOQUE: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

LIQUIDEZ GERAL

ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

SOLVÊNCIA GERAL

ATIVO TOTAL: R\$ 638.032,30

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

ATIVO TOTAL: R\$ 638.032,30

LIQUIDEZ CORRENTE = 19,141163%

LIQUIDEZ SECA = 19,141163%

LIQUIDEZ GERAL = 19,141163%

SOLVÊNCIA GERAL = 168,845215%

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL = 0,592258%

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2023.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DEZEMBRO DE 2022.**

NOTA 01 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial e das Leis das Sociedades Anônimas e em conformidade aos Princípios da Contabilidade conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 02 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) REGIME DE ESCRITURAÇÃO

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação deste regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) DEPRECIAÇÕES

Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, com base nas taxas legalmente admitidas, registradas a débito dos dispêndios de produção e dos dispêndios e despesas operacionais.

NOTA 03 - CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas de valor unitário equivalente a **R\$ 1,00 (um real)**, sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas.

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2022.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador



Fórmula N° 260
Processo Adm N° 040/2023
Câmara Municipal de Acailandia
PREFEITO: 149.445.888-1-78

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/05/2024 08:08 SOB N° 20240652711.
PROTOCOLO: 240652711 DE 15/05/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406803148. CNPJ DA SEDE: 18294527000131.
NIRE: 21201227590. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 14/05/2024.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

Folha Nº 261
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acailandia
CNPJ nº 18.294.527/0001-31

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 20, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA, município Governador Edison Lobão, CNPJ nº 18.294.527/0001-31, Número de Registro (NIRE) 21201227590.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 10/06/2013

constitutivo: 21200827259

Governador Edison Lobão, 01/01/2024

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Administrador, Sócio

CPF 027.035.063-25

FRANCISCO SANTOS DA SILVA
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 013478

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de janeiro de 2024

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 3

Folha:2

Conta	Histórico	Fórmula	Débito	Crédito
04 de janeiro de 2024				
(35)	Pag. Energia			826,50
(2324)	Pag. Energia		826,50	
Total do Dia:			826,50	826,50
08 de janeiro de 2024				
(35)	Pag. Agua			80,00
(3080)	Pag. Agua		80,00	
(35)	Compras Mini Box Sousa			1.512,20
(2142)	Compras Mini Box Sousa		1.512,20	
Total do Dia:			1.592,20	1.592,20
09 de janeiro de 2024				
(35)	Pg. Combustivel			6.201,25
(2219)	Pg. Combustivel		6.201,25	
Total do Dia:			6.201,25	6.201,25
10 de janeiro de 2024				
(35)	Pag. Contabilidade			1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade		1.412,00	
Total do Dia:			1.412,00	1.412,00
21 de janeiro de 2024				
(35)	Pag. Internet			99,90
(3087)	Pag. Internet		99,90	
Total do Dia:			99,90	99,90
26 de janeiro de 2024				
(35)	Compras Mini Box Sousa			181,25
(1785)	Compras Mini Box Sousa		181,25	
Total do Dia:			181,25	181,25
30 de janeiro de 2024				
(35)	Despesa c/ mão de obra			3.530,00
(35)	Prestação de serviços		38.880,00	
(1288)	Prestação de serviços			38.880,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00	
Total do Dia:			42.410,00	42.410,00

262
Processo Adm Nº 090/2023
Câmara Municipal de Acailandia
SUP: 12.143.442/0001.78

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de fevereiro de 2024

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 3

Folha:3

Conta	Histórico	Processo Adm N°	Débito	Crédito	
05 de fevereiro de 2024					
(35)	Pag. Energia	Câmara Municipal de Acailândia Bilhete: 12.142.000001-78		811,25	
(2324)	Pag. Energia		811,25		
Total do Dia:			811,25	811,25	
08 de fevereiro de 2024					
(35)	Pag. Agua			80,00	
(3080)	Pag. Agua		80,00		
Total do Dia:			80,00	80,00	
10 de fevereiro de 2024					
(35)	Pag. Contabilidade			1.412,00	
(2184)	Pag. Contabilidade		1.412,00		
Total do Dia:			1.412,00	1.412,00	
13 de fevereiro de 2024					
(35)	Compras Mini Box Sousa			1.128,02	
(2142)	Compras Mini Box Sousa		1.128,02		
Total do Dia:			1.128,02	1.128,02	
20 de fevereiro de 2024					
(35)	Pg. Das			4.175,71	
(3151)	Pg. Das		4.175,71		
Total do Dia:			4.175,71	4.175,71	
21 de fevereiro de 2024					
(35)	Pag. Internet			99,90	
(3087)	Pag. Internet		99,90		
Total do Dia:			99,90	99,90	
23 de fevereiro de 2024					
(35)	Compras Mini Box Sousa			279,08	
(1785)	Compras Mini Box Sousa		279,08		
Total do Dia:			279,08	279,08	
27 de fevereiro de 2024					

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(35)	Prestação de serviços	38.880,00	
(1288)	Prestação de serviços		38.880,00
Total do Dia:		38.880,00	38.880,00

28 de fevereiro de 2024

(35)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra	3.530,00	
Total do Dia:		3.530,00	3.530,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)
Diário de março de 2024Câmara Municipal de Acauana
CNPJ 18.143.448/0001-76F. S. DA SILVA CONTABILIDADE
Diário : 3
Folha:5

Conta	Histórico	Débito	Crédito
05 de março de 2024			
(35)	Pag. Energia		834,11
(2324)	Pag. Energia	834,11	
Total do Dia:		834,11	834,11
08 de março de 2024			
(35)	Pag. Agua		80,00
(3080)	Pag. Agua	80,00	
Total do Dia:		80,00	80,00
10 de março de 2024			
(35)	Pag. Contabilidade		1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade	1.412,00	
Total do Dia:		1.412,00	1.412,00
11 de março de 2024			
(35)	Pg. Combustivel		5.874,10
(2219)	Pg. Combustivel	5.874,10	
Total do Dia:		5.874,10	5.874,10
20 de março de 2024			
(35)	Pg. Das		4.099,71
(3151)	Pg. Das	4.099,71	
Total do Dia:		4.099,71	4.099,71
21 de março de 2024			
(35)	Pag. Internet		99,90
(3087)	Pag. Internet	99,90	
Total do Dia:		99,90	99,90
25 de março de 2024			
(35)	Compras Mini Box Sousa		382,42
(1785)	Compras Mini Box Sousa	382,42	
Total do Dia:		382,42	382,42
30 de março de 2024			

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de março de 2024

Diário : 3

Folha:6

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(35)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra	3.530,00	
Total do Dia:		3.530,00	3.530,00

Folha nº 256
 Processo Adm Nº 040/2023
 Câmara Municipal de Acaulândia
 CNPJ: 12.143.442/0001-76

Conta	Histórico	Folha N° 267 Processo Adm N° 040/2024	Débito	Crédito
05 de abril de 2024				
(35)	Pag. Energia	Câmara Municipal de Acaulândia CNPJ: 12.143.442/0001-76		850,87
(2324)	Pag. Energia		850,87	
Total do Dia:			850,87	850,87
08 de abril de 2024				
(35)	Pag. Agua			80,00
(3080)	Pag. Agua		80,00	
Total do Dia:			80,00	80,00
10 de abril de 2024				
(35)	Pag. Contabilidade			1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade		1.412,00	
Total do Dia:			1.412,00	1.412,00
16 de abril de 2024				
(35)	Pg. Combustivel			7.159,58
(2219)	Pg. Combustivel		7.159,58	
Total do Dia:			7.159,58	7.159,58
21 de abril de 2024				
(35)	Pag. Internet			99,90
(3087)	Pag. Internet		99,90	
Total do Dia:			99,90	99,90
24 de abril de 2024				
(35)	Compras Mini Box Sousa			218,00
(1785)	Compras Mini Box Sousa		218,00	
Total do Dia:			218,00	218,00
26 de abril de 2024				
(35)	Compras Mini Box Sousa			450,28
(2142)	Compras Mini Box Sousa		450,28	
Total do Dia:			450,28	450,28
30 de abril de 2024				

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Processo Adm N° 40202

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de abril de 2024

Diário : 3

Folha:8

Câmara Municipal de Acapulco

CNPJ: 12.143.442/0001-76

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(35)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra	3.530,00	
Total do Dia:		3.530,00	3.530,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de maio de 2024

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 3

Folha:9

Folha Nº 269
Processo Adm Nº 040/2025

Câmara Municipal de Acaulândia
BIDPI 12.143.442/0001-72

Conta	Histórico	Débito	Crédito
05 de maio de 2024			
(35)	Pag. Energia		825,60
(2324)	Pag. Energia	825,60	
Total do Dia:		825,60	825,60
08 de maio de 2024			
(35)	Pag. Agua		80,00
(3080)	Pag. Agua	80,00	
Total do Dia:		80,00	80,00
10 de maio de 2024			
(35)	Pag. Contabilidade		1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade	1.412,00	
Total do Dia:		1.412,00	1.412,00
21 de maio de 2024			
(35)	Pag. Internet		99,90
(3087)	Pag. Internet	99,90	
(35)	Compras Mini Box Sousa		364,21
(1785)	Compras Mini Box Sousa	364,21	
Total do Dia:		464,11	464,11
30 de maio de 2024			
(35)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra	3.530,00	
Total do Dia:		3.530,00	3.530,00

Conta	Histórico	Folha N° 270 Processo Adm N° 090/2023	Débito	Crédito
05 de junho de 2024				
(35)	Pag. Energia	Câmara Municipal de Acailândia		877,70
(2324)	Pag. Energia		877,70	
Total do Dia:			877,70	877,70
07 de junho de 2024				
(35)	Pg. Combustivel			6.665,58
(2219)	Pg. Combustivel		6.665,58	
Total do Dia:			6.665,58	6.665,58
08 de junho de 2024				
(35)	Pag. Agua			80,00
(3080)	Pag. Agua		80,00	
Total do Dia:			80,00	80,00
10 de junho de 2024				
(35)	Pag. Contabilidade			1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade		1.412,00	
Total do Dia:			1.412,00	1.412,00
21 de junho de 2024				
(35)	Pag. Internet			99,90
(3087)	Pag. Internet		99,90	
Total do Dia:			99,90	99,90
26 de junho de 2024				
(35)	Compras Mini Box Sousa			370,00
(1785)	Compras Mini Box Sousa		370,00	
Total do Dia:			370,00	370,00
30 de junho de 2024				
(35)	Despesa c/ mão de obra			3.530,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00	
Total do Dia:			3.530,00	3.530,00

Conta	Histórico	Folha Nº 271 Processo Adm Nº 010/2025 Câmara Municipal de Acapulco BIDU 12.143.442/0001.76	Débito	Crédito
05 de julho de 2024				
(35)	Pag. Energia			890,39
(2324)	Pag. Energia		890,39	
Total do Dia:			890,39	890,39
08 de julho de 2024				
(35)	Pag. Agua			80,00
(3080)	Pag. Agua		80,00	
Total do Dia:			80,00	80,00
10 de julho de 2024				
(35)	Pag. Contabilidade			1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade		1.412,00	
Total do Dia:			1.412,00	1.412,00
19 de julho de 2024				
(35)	Compras Mini Box Sousa			367,13
(2142)	Compras Mini Box Sousa		367,13	
Total do Dia:			367,13	367,13
21 de julho de 2024				
(35)	Pag. Internet			99,90
(3087)	Pag. Internet		99,90	
Total do Dia:			99,90	99,90
25 de julho de 2024				
(35)	Compras Mini Box Sousa			313,85
(1785)	Compras Mini Box Sousa		313,85	
Total do Dia:			313,85	313,85
30 de julho de 2024				
(35)	Despesa c/ mão de obra			3.530,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00	
Total do Dia:			3.530,00	3.530,00

Conta	Histórico	Débito	Crédito
05 de agosto de 2024			
(35)	Pag. Energia		799,14
(2324)	Pag. Energia	799,14	
Total do Dia:		799,14	799,14
08 de agosto de 2024			
(35)	Pag. Agua		80,00
(3080)	Pag. Agua	80,00	
(35)	Compras Mini Box Sousa		933,60
(2142)	Compras Mini Box Sousa	933,60	
Total do Dia:		1.013,60	1.013,60
10 de agosto de 2024			
(35)	Pag. Contabilidade		1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade	1.412,00	
Total do Dia:		1.412,00	1.412,00
12 de agosto de 2024			
(35)	Pg. Combustivel		8.011,14
(2219)	Pg. Combustivel	8.011,14	
Total do Dia:		8.011,14	8.011,14
21 de agosto de 2024			
(35)	Pag. Internet		99,90
(3087)	Pag. Internet	99,90	
Total do Dia:		99,90	99,90
27 de agosto de 2024			
(35)	Compras Mini Box Sousa		203,43
(1785)	Compras Mini Box Sousa	203,43	
Total do Dia:		203,43	203,43
30 de agosto de 2024			
(35)	Prestação de serviços	75.117,00	
(35)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00
(1288)	Prestação de serviços		75.117,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra	3.530,00	
Total do Dia:		78.647,00	78.647,00

Form N° 272
 Processo Adm N° 040/2025
 Câmara Municipal de Aculândia
 CNPJ: 12.142.442/0001-76

Conta	Histórico	Débito	Crédito
05 de setembro de 2024			
(35)	Pag. Energia		845,54
(2324)	Pag. Energia	845,54	
Total do Dia:		845,54	845,54
08 de setembro de 2024			
(35)	Pag. Agua		80,00
(3080)	Pag. Agua	80,00	
Total do Dia:		80,00	80,00
09 de setembro de 2024			
(35)	Pg. Combustivel		6.999,25
(2219)	Pg. Combustivel	6.999,25	
Total do Dia:		6.999,25	6.999,25
10 de setembro de 2024			
(35)	Pag. Contabilidade		1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade	1.412,00	
(35)	Compras Mini Box Sousa		1.469,80
(2142)	Compras Mini Box Sousa	1.469,80	
Total do Dia:		2.881,80	2.881,80
20 de setembro de 2024			
(35)	Pg. Das		8.009,60
(3151)	Pg. Das	8.009,60	
Total do Dia:		8.009,60	8.009,60
21 de setembro de 2024			
(35)	Pag. Internet		99,90
(3087)	Pag. Internet	99,90	
Total do Dia:		99,90	99,90
26 de setembro de 2024			
(35)	Compras Mini Box Sousa		269,64
(1785)	Compras Mini Box Sousa	269,64	
Total do Dia:		269,64	269,64

Folha Nº 273
 Processo Adm Nº 040/2025
 Câmara Municipal de Aculândia
 CNPJ: 12.143.844/0001-04

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)			F. S. DA SILVA CONTABILIDADE	
Diário de outubro de 2024			Diário : 3	Folha:15
Conta	Histórico	Ec. N°	Débito	Crédito
05 de outubro de 2024				
(35)	Pag. Energia	Processo Adm N° 274/2025 Câmara Municipal de Acaulândia DEPL 12.143.442/P001-78		847,07
(2324)	Pag. Energia		847,07	
Total do Dia:			847,07	847,07
08 de outubro de 2024				
(35)	Pag. Agua			80,00
(3080)	Pag. Agua		80,00	
Total do Dia:			80,00	80,00
10 de outubro de 2024				
(35)	Pag. Contabilidade			1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade		1.412,00	
Total do Dia:			1.412,00	1.412,00
21 de outubro de 2024				
(35)	Pg. Das			9.153,83
(35)	Pag. Internet			99,90
(3151)	Pg. Das		9.153,83	
(3087)	Pag. Internet		99,90	
Total do Dia:			9.253,73	9.253,73
25 de outubro de 2024				
(35)	Compras Mini Box Sousa			223,23
(1785)	Compras Mini Box Sousa		223,23	
Total do Dia:			223,23	223,23
29 de outubro de 2024				
(35)	Prestação de serviços		128.772,00	
(1288)	Prestação de serviços			128.772,00
Total do Dia:			128.772,00	128.772,00
30 de outubro de 2024				
(35)	Despesa c/ mão de obra			3.530,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00	
Total do Dia:			3.530,00	3.530,00

Conta	Histórico		Débito	Crédito
30 de setembro de 2024				
(35)	Prestação de serviços	Folha Nº <u>275</u> Processo Adm Nº <u>040/2023</u> Câmara Municipal de Acunlandia BIDM: 18:149:119/0001-76	85.848,00	
(35)	Despesa c/ mão de obra			3.530,00
(1288)	Prestação de serviços			85.848,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00	
Total do Dia:			89.378,00	89.378,00

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

Diário de novembro de 2024

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário : 3

Folha:16

Conta	Histórico	Débito	Crédito
04 de novembro de 2024			
(35)	Pg. Combustivel		7.100,20
(2219)	Pg. Combustivel	7.100,20	
Total do Dia:		7.100,20	7.100,20
05 de novembro de 2024			
(35)	Pag. Energia		866,22
(2324)	Pag. Energia	866,22	
Total do Dia:		866,22	866,22
08 de novembro de 2024			
(35)	Pag. Agua		80,00
(3080)	Pag. Agua	80,00	
Total do Dia:		80,00	80,00
10 de novembro de 2024			
(35)	Pag. Contabilidade		1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade	1.412,00	
Total do Dia:		1.412,00	1.412,00
15 de novembro de 2024			
(35)	Compras Mini Box Sousa		359,87
(2142)	Compras Mini Box Sousa	359,87	
Total do Dia:		359,87	359,87
20 de novembro de 2024			
(35)	Pg. Das		13.730,75
(3151)	Pg. Das	13.730,75	
Total do Dia:		13.730,75	13.730,75
21 de novembro de 2024			
(35)	Pag. Internet		99,90
(3087)	Pag. Internet	99,90	
Total do Dia:		99,90	99,90
27 de novembro de 2024			

Folha Nº 276
 Processo Adm Nº 040/2025
 Câmara Municipal de Acaulândia
 CNPJ: 12.143.442/0001-76

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)
Diário de novembro de 2024

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE
Diário : 3 Folha:17

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(35)	Compras Mini Box Sousa		317,06
(1785)	Compras Mini Box Sousa	317,06	
Total do Dia:		317,06	317,06

30 de novembro de 2024

(35)	Prestação de serviços	101.617,00	
(35)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00
(1288)	Prestação de serviços		101.617,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra	3.530,00	
Total do Dia:		105.147,00	105.147,00

Folha Nº 277
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.142.442/0001-76

Conta	Histórico	Débito	Crédito
02 de dezembro de 2024			
(35)	Compras Mini Box Sousa		1.331,25
(2142)	Compras Mini Box Sousa	1.331,25	
Total do Dia:		1.331,25	1.331,25
05 de dezembro de 2024			
(35)	Pag. Energia		800,15
(2324)	Pag. Energia	800,15	
Total do Dia:		800,15	800,15
06 de dezembro de 2024			
(35)	Pg. Combustivel		7.456,64
(2219)	Pg. Combustivel	7.456,64	
Total do Dia:		7.456,64	7.456,64
08 de dezembro de 2024			
(35)	Pag. Agua		80,00
(3080)	Pag. Agua	80,00	
Total do Dia:		80,00	80,00
10 de dezembro de 2024			
(35)	Pag. Contabilidade		1.412,00
(2184)	Pag. Contabilidade	1.412,00	
Total do Dia:		1.412,00	1.412,00
20 de dezembro de 2024			
(35)	Pg. Das		10.835,26
(3151)	Pg. Das	10.835,26	
Total do Dia:		10.835,26	10.835,26
21 de dezembro de 2024			
(35)	Pag. Internet		99,90
(3087)	Pag. Internet	99,90	
Total do Dia:		99,90	99,90
26 de dezembro de 2024			

Folha Nº 278
 Processo Adm Nº 040/2024
 Câmara Municipal de Acaulândia
 01/01/1914-042/0001-76

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (00139)

F. S. DA SILVA CONTABILIDADE

Diário de dezembro de 2024

Diário : 3

Folha:19

Conta	Histórico	Débito	Crédito
(35)	Compras Mini Box Sousa		328,11
(1785)	Compras Mini Box Sousa	328,11	
Total do Dia:		328,11	328,11
			328,11
27 de dezembro de 2024			
(35)	Prestação de serviços		
(1288)	Prestação de serviços		152.634,00
Total do Dia:		152.634,00	152.634,00
			152.634,00
30 de dezembro de 2024			
(35)	Despesa c/ mão de obra		3.530,00
(2632)	Despesa c/ mão de obra	3.530,00	
Total do Dia:		3.530,00	3.530,00
			3.530,00

Folha Nº 279
 Processo Adm Nº 090/2025
 Câmara Municipal de Acailandia
 CPMI: 12.143.442/0001-76 152.634,00

Termo de Encerramento

Forma Nº 280
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.142.442/0001-76

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 20, e serviu para escrituração no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA.

Governador Edison Lobão, 31/12/2024

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Administrador, Sócio

CPF 027.035.063-25

FRANCISCO SANTOS DA SILVA

PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

CRC/MA 013478



Fórmula N° 281
Processo Adm N° 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.143.442/0001-70

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 29/04/2025 12:50 SOB N° 20250538431.
PROTOCOLO: 250538431 DE 28/04/2025. NIRE: 21201227590.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 29/04/2025
empresafacil.ma.gov.br



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12507017537 em 29/04/2025, protocolo 250538431. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial:	STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
Número de Registro:	21201227590
CNPJ:	18294527000131
Município:	Governador Edison Lobão

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	3
Período de Escrituração:	01/01/2024 - 31/12/2024

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO	
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA	MA013478

JUCEMA

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 29/04/2025 12:50 SOB Nº 20250538431.
PROTOCOLO: 250538431 DE 28/04/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12507017537. NIRE: 21201227590.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 29/04/2025
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31 NIRE: 21201227590 INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4
Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2024.

A T I V O

Folha Nº 283
Processo Adm Nº 04020025
Câmara Municipal de Acauãlandia
CNPJ: 18.143.449/0001-76

ATIVO CIRCULANTE
DISPONÍVEL

Caixa	16.004,14	
Bco. c/Movimento	83.681,38	99.685,52

ATIVO PERMANENTE
IMOBILIZADO

Imóveis	520.000,00	
Instalações	130.500,00	
Maquinários e Equipamentos	270.250,00	
(-) Depreciação	(40.075,00)	880.675,00

TOTAL DO ATIVO → 980.360,52

P A S S I V O

PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES RECOLHER

DAS	10.835,26	10.835,26
-----	-----------	-----------

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Salários a Pagar	3.530,00	
FGTS a recolher	282,40	
INSS a recolher	273,73	4.086,13

CAPITAL

Capital Social	420.000,00	420.000,00
----------------	------------	------------

RESERVAS DE LUCROS

Lucros ou Prejuízos Acumulados	214.253,50	214.253,50
Lucros do Exercício	331.185,63	331.185,63

TOTAL DO PASSIVO → 980.360,52

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2024.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro
RG: 936419989 SSP/MA
Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva
CRC-MA: 013478/O-3
CPF: 035.798.603-21
Contador

STRUTURA VALOR

Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 18.142.042/0001-76

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31 NIRE: 21201227590 INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4
Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCICIO

(+) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			621.748,00
(-) Dedução de vendas e serviços			
DAS	50.004,86	50.004,86	50.004,86
(=) LUCRO BRUTO DO EXERCICIO			571.743,14
(-) CUSTOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Combustível	55.467,74		
Ordenados	42.360,00	97.827,74	97.827,74
(-) DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas			
Pró-Labore	102.000,00		
Honorários	16.944,00	118.944,00	118.944,00
Gerais			
Energia	10.074,54		
Água	960,00		
Alimentação	7.552,15		
Material de Escritório	3.450,28		
Internet	1.198,80	23.235,77	23.235,77
Tributária			
Alvarás	550,00	550,00	550,00
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO			331.185,63

Concordamos com a exatidão do presente **BALANÇO PATRIMONIAL**, e respectivas **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO**, em 31 de dezembro de 2024.

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2024.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Dyego Lucena Ribeiro
RG: 936419989 SSP/MA
Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva
CRC-MA: 013478/O-3
CPF: 035.798.603-21
Contador

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

Folha Nº 285
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ 18.294.527/0001-31

LIQUIDEZ CORRENTE

ATIVO CIRCULANTE: R\$ 106.601,82

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

LIQUIDEZ SECA

ATIVO CIRCULANTE (-) ESTOQUE: R\$ 106.601,82

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

LIQUIDEZ GERAL

ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO: R\$ 106.601,82

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

SOLVÊNCIA GERAL

ATIVO TOTAL: R\$ 991.362,95

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

ATIVO TOTAL: R\$ 991.362,95

LIQUIDEZ CORRENTE = 7,144228%

LIQUIDEZ SECA = 7,144228%

LIQUIDEZ GERAL = 7,144228%

SOLVÊNCIA GERAL = 66,439048%

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL = 1,505138%

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2024.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DEZEMBRO DE 2024.**

NOTA 01 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial e das Leis das Sociedades Anônimas e em conformidade aos Princípios da Contabilidade conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

NOTA 02 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS

a) REGIME DE ESCRITURAÇÃO

Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação deste regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) DEPRECIAÇÕES

Os encargos de depreciação foram calculados pelo método linear, com base nas taxas legalmente admitidas, registradas a débito dos dispêndios de produção e dos dispêndios e despesas operacionais.

NOTA 03 - CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas de valor unitário equivalente a **R\$ 1,00 (um real)**, sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas.

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2024.

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador



Fólio N° 287
Processo Adm N° 09/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 12.149.442/0001-76

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02703506325	DYEGO LUCENA RIBEIRO
03579860321	FRANCISCO SANTOS DA SILVA

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/04/2025 14:30 SOB N° 20250515180.
PROTOCOLO: 250515180 DE 28/04/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12507032153. CNPJ DA SEDE: 18294527000131.
NIRE: 21201227590. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 23/04/2025.
STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

Folha Nº 288
Processo Adm Nº 040/2023
Câmara Municipal de Aculândia
CNPJ: 12.142.442/0001-79

DECLARAÇÃO DE INDICES FINANCEIROS

A empresa **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº **18.294.527/0001-31**, sediada na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000, por intermédio de seu representante legal o Sr. **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, nacionalidade brasileira, solteiro, empresário, nascido em 15/06/1987, na cidade de Imperatriz/MA, portador da CNH nº. **03999091500 DETRAN/MA** e CPF nº. **027.035.063-25**, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, nº. 239 - Casa, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000, **DECLARA**, que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social de 2023. **DECLARA**, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo solicitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações, ressalvando que a responsabilidade do contador fica restrita ao aspecto técnico e a administração da empresa responsável pela comprovação, veracidade e exatidão dos documentos de deram origem a essas demonstrações financeiras.

LIQUIDEZ CORRENTE

ATIVO CIRCULANTE: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

LIQUIDEZ SECA

ATIVO CIRCULANTE (-) ESTOQUE: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

LIQUIDEZ GERAL

ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO: R\$ 72.330,63

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

SOLVÊNCIA GERAL

ATIVO TOTAL: R\$ 638.032,30

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 3.778,80

ATIVO TOTAL: R\$ 638.032,30

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

LIQUIDEZ CORRENTE = 19,141163%

LIQUIDEZ SECA = 19,141163%

LIQUIDEZ GERAL = 19,141163%

SOLVÊNCIA GERAL = 168,845215%

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL = 0,592258%

Folha Nº 289
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 18.294.527/0001-31

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

DYEGO LUCENA RIBEIRO

Data: 05/05/2025 17:47:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

FRANCISCO SANTOS DA

SILVA:03579860321

Assinado de forma digital por FRANCISCO

SANTOS DA SILVA:03579860321

Dados: 2025.05.05 15:34:03 -03'00'

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, n°. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

DECLARAÇÃO DE INDICES FINANCEIROS

Fórmula N° 290
Processo Adm N° 090/2025

Câmara Municipal de Aculândia
CNPJ: 12.143.444/0001-78

A empresa **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n° **18.294.527/0001-31**, sediada na Rua Santa Rita, n°. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000, por intermédio de seu representante legal o Sr. **DYEGO LUCENA RIBEIRO**, nacionalidade brasileira, solteiro, empresário, nascido em 15/06/1987, na cidade de Imperatriz/MA, portador da CNH n°. **03999091500 DETRAN/MA** e CPF n°. **027.035.063-25**, residente e domiciliado na Rua Santa Rita, n°. 239 - Casa, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000, **DECLARA**, que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social de 2024. **DECLARA**, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo solicitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações, ressalvando que a responsabilidade do contador fica restrita ao aspecto técnico e a administração da empresa responsável pela comprovação, veracidade e exatidão dos documentos de deram origem a essas demonstrações financeiras.

LIQUIDEZ CORRENTE

ATIVO CIRCULANTE: R\$ 106.601,82

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

LIQUIDEZ SECA

ATIVO CIRCULANTE (-) ESTOQUE: R\$ 106.601,82

PASSIVO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

LIQUIDEZ GERAL

ATIVO CIRCULANTE + REALIZAVEL A LONGO PRAZO: R\$ 106.601,82

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

SOLVÊNCIA GERAL

ATIVO TOTAL: R\$ 991.362,95

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE: R\$ 14.921,39

ATIVO TOTAL: R\$ 991.362,95

STRUTURA VALOR

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

NIRE: 21201227590

INSC. ESTADUAL: 12.583.946-4

Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro - Governador Edison Lobão - MA, CEP: 65.928-00

LIQUIDEZ CORRENTE = 7,144228%

LIQUIDEZ SECA = 7,144228%

LIQUIDEZ GERAL = 7,144228%

SOLVÊNCIA GERAL = 66,439048%

GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL = 1,505138%

Fórmula Nº 291
Processo Adm Nº 000/2023
Câmara Municipal de Acauã
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Governador Edison Lobão/MA, 31 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 DYEGO LUCENA RIBEIRO
Data: 05/05/2025 17:47:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

Dyego Lucena Ribeiro

RG: 936419989 SSP/MA

Sócio Administrador

FRANCISCO SANTOS
DA SILVA:03579860321

Assinado de forma digital por
FRANCISCO SANTOS DA
SILVA:03579860321
Dados: 2025.05.05 15:34:35 -03'00'

Francisco Santos da Silva

CRC-MA: 013478/O-3

CPF: 035.798.603-21

Contador

Estado do
Maranhão

SINTEGRA/ICMS

Consulta Pública do Cadastro do Estado do
MaranhãoForma N° 292
Processo Adm N° 040/2025
Câmara Municipal de Acauã
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 18.294.527/0001-31 **Inscrição Estadual:** 12.583946-4
Razão Social: STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
Regime Apuração: SIMPLES NACIONAL

ENDEREÇO

Logradouro: RUA SANTA RITA
Número: 239 **Complemento:**
Bairro: CENTRO
Município: GOVERNADOR EDSON LOBAO **UF:** MA
CEP: 65928000 **DDD:** **Telefone:** 82545831

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 4930202 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
7731400	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR
7732201	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
7739099	ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR
4120400	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
4924800	TRANSPORTE ESCOLAR
4313400	OBRAS DE TERRAPLENAGEM
4511101	COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS NOVOS
4511102	COMÉRCIO A VAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITÁRIOS USADOS
4744099	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
4923002	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
9311500	GESTÃO DE INSTALAÇÕES DE ESPORTES
7711000	LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
7721700	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 06/12/2018

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's): 01/09/2009 - (4511101), 04/12/2018 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de:

CTE a partir de: 01/03/2012 - (OBRIGADO => SERVIÇO DE TRANSPORTE),

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 01/04/2025

Número da Consulta:

[Nova Consulta](#) [Imprimir](#)



Folha nº 293
Processo Adm Nº 090/2025
Y
Câmara Municipal de Acaulândia
21490118-149-442/0001578

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FRANCISCO SANTOS DA SILVA
REGISTRO.....	: MA-013478/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.798.603-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 27/03/2025 as 10:19:12.

Válido até: 25/06/2025.

Código de Controle: 559846.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



Folha Nº 294
Processo Adm Nº 040/2023
Y
Câmara Municipal de Acaulândia
Insc. 12.143.442/0001-78

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FRANCISCO SANTOS DA SILVA
REGISTRO.....	: MA-013478/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.798.603-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMA contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 27/03/2025 as 10:18:38.
Válido até: 25/06/2025.
Código de Controle: 122937.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Certificamos que STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
encontra-se registrada nesta Junta Comercial, como segue:

Protocolo: MAC2500296088

NIRE 21201227590
CNPJ 18.294.527/0001-31

Situação
ATIVA
Status

Endereço Completo Rua SANTA RITA, Nº 239, xxxxx, CENTRO - Governador Edison Lobão/MA - CEP 65928-000

Arquivamentos Posteriores

Ato	Número	Data	Descrição
223	20250515180	29/04/2025	BALANCO
002	20250431688	07/04/2025	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20250431688	07/04/2025	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20240652711	15/05/2024	BALANCO
223	20240000501	02/01/2024	BALANCO
002	21201227590	01/04/2022	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	21201227590	01/04/2022	TRANSFORMACAO
223	20220322953	16/03/2022	BALANCO
002	20210660147	25/05/2021	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20200643010	12/08/2020	BALANCO
307	20200538535	15/07/2020	REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE
002	20200030469	15/01/2020	CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO
002	20200030469	15/01/2020	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
223	20191249670	28/11/2019	BALANCO
002	21600097495	30/11/2018	ALTERACAO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL
002	21600097495	30/11/2018	TRANSFORMACAO
002	20140711392	03/11/2014	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
315	20130423440	10/06/2013	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
090	21200827259	10/06/2013	CONTRATO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 30/04/2025, às 08:56:37 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código **GKL7QFCY**.



MAC2500296088

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário(a) Geral



Folha nº 296
Processo Adm. Nº 040/2025
Câmara Municipal de Acaulândia
CNPJ: 18.149.449/0001-78



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.294.527/0001-31
Razão Social: STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
Endereço: R SANTA RITA 239 / CENTRO / GOVERNADOR EDISON LOBAO / MA / 65928-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/05/2025 a 23/06/2025

Certificação Número: 2025052502572993928103

Informação obtida em 27/05/2025 08:12:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 18.294.527/0001-31 DUNS®: 90*****56
Razão Social: STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
Nome Fantasia: STRUTURA VALOR
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 01/12/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	30/04/2025	Automática
FGTS	Validade:	27/04/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	18/08/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	10/05/2025
Receita Municipal	Validade:	01/06/2025

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 22/04/2025 14:47

CPF: 027.XXX.XXX-25 Nome: DYEGO LUCENA RIBEIRO

Ass: _____

Folha Nº 298
Processo Adm Nº 000002
Câmara Municipal de Acaia
CNPJ nº 12.149.112/0001-78

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA				Protocolo: MAC2500296049	
NIRE : 21201227590					
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 21201227590		CNPJ 18.294.527/0001-31		Data de Ato Constitutivo 10/06/2013	
				Início de Atividade 10/06/2013	
Endereço Completo Rua SANTA RITA, Nº 239, CENTRO - Governador Edison Lobão/MA - CEP 65928-000					
Objeto Social TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR (TRATORES, PAS-CARREGADEIRAS E RETROESCAVADEIRAS, EMPILHADEIRAS, MOTONIVELADORAS E ETC.), LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR TRANSPORTE ESCOLAR COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS COMERCIO A VAREJO DE AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS NOVOS CONSTRUCAO DE EDIFICIOS OBRAS DE TERRAPLENAGEM SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOGACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA GESTAO DE INSTALACOES DE ESPORTES ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS					
Capital Social R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)			Porte EPP (Empresa de Pequeno Porte)		Prazo de Duração Indeterminado
Capital Integralizado R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais)					
Dados do Sócio					
Nome DYEGO LUCENA RIBEIRO	CPF/CNPJ 027.035.063-25	Participação no capital R\$ 1.500.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S	Término do mandato Indeterminado
Dados do Administrador					
Nome DYEGO LUCENA RIBEIRO	CPF 027.035.063-25	Término do mandato Indeterminado			
Último Arquivamento					
Data 29/04/2025	Número 20250515180	Ato/eventos 223 / 223 - BALANCO			Situação ATIVA
					Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 30/04/2025, às 08:56:25 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.ma.gov.br>, com o código **JFABQA9X**.

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
Secretário-Geral



Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO

O **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, com base nos seus registros processuais eletrônicos, acessados no dia e hora abaixo referidos e, tendo como critério de pesquisa o nome e CPF/CNPJ indicados pela pessoa interessada, certifica que **NÃO CONSTAM PROCESSOS EM TRÂMITE** em nome de:

STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
CNPJ: 18.294.527/0001-31

Observações:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade de quem solicitou a certidão, devendo a titularidade ser conferida pela pessoa interessada e destinatária.
- b) A certidão será emitida conforme as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, a pessoa interessada deverá requerer atualização ao órgão julgador.
- c) Os resultados da pesquisa não contemplam os processos com publicidade restrita.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário (art. 8º, § 2º, da Resolução CNJ n. 121, de 5 de outubro de 2010).
- e) O sistema de pesquisa processual do STJ não é integrado ao de outros tribunais. Dessa forma, a certidão negativa emitida pelo STJ não atesta a inexistência de processos em outros tribunais do país.

Certidão gerada via internet com validade de noventa dias corridos.

Esta certidão pode ser validada no site do STJ com os seguintes dados:

Número da Certidão: **3854945**

Código de Segurança: **ECD6.F175.891A.4869**

Data de geração: **05 de maio de 2025, às 12:41:37**



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA**

CPF/CNPJ: **18.294.527/0001-31**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 12:35:58 do dia 05/05/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: 01RG050525123558

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Folha Nº 301
Processo Adm Nº 0210/2025
Câmara Municipal de Açailândia
GNPJL 12.143.442/0001-76**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES CRIMINAIS)**
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações criminais disponíveis até 05/05/2025, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MAKINACAR VEICULOS - SERVICOS E LOCACOES EIRELI**18.294.527/0001-31****OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 05/05/2025

Selo digital de segurança: **2025.CTD.ZQAL.55WC.3MO9.MRWP.SEK2**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 18.294.527/0001-31
Certidão nº: 24695303/2025
Expedição: 05/05/2025, às 12:39:30
Validade: 01/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **18.294.527/0001-31**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Folha Nº 303
Processo Adm Nº 840/2025
Câmara Municipal de Açaílandia
GNPJ: 12.143.442/0001-36

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 05/05/2025, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MAKINACAR VEICULOS - SERVICOS E LOCACOES EIRELI
18.294.527/0001-31

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 05/05/2025

Selo digital de segurança: **2025.CTD.007B.43HY.9ZOJ.T50N.M4KV**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Folha Nº 304
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Açaílandia
CNPJ: 12.143.442/0001-28

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 05/05/2025, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MAKINACAR VEICULOS - SERVICOS E LOCACOES EIRELI
18.294.527/0001-31

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 05/05/2025

Selo digital de segurança: **2025.CTD.6VWD.5YJS.OEBZ.454Z.6YR1**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA
CNPJ: 18.294.527/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 14:58:45 do dia 29/04/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/10/2025.

Código de controle da certidão: **206D.6174.8E50.BD96**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 05/05/2025

Nº da certidão: 12501590830

Data de validade: 05/07/2025

Código de Validação: b742f3142d

NOME: STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

CNPJ: 18.294.527/0001-31

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

RUA URBANO ROCHA, Nº 6/Nº - CENTRO

CNPJ: 01597627000134

Folha Nº 308
Processo Adm Nº 0906025

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ: 12.149.442/0001-76

CERTIDÃO NEGATIVA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de GOVERNADOR EDISON LOBÃO, a requerimento da pessoa interessada STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos inscritos em dívida ativa com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 04/07/2025, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos tributários ou não, constituídos anteriormente a esta data, mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro	000710	Inscrição Municipal	1597
Contribuinte	STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCAÇÕES LTDA	CPF/CNPJ	16294527000131
Nome Fantasia	STRUTURA VALOR		
Endereço	RUA SANTA RITA, 239	Complam	
Bairro	CENTRO	CEP	65928000
Cidade	GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA		
Inscrição Est	12.583946-4	Data de Abertura	10/06/2013
		Data de Encerramento	0

Atividade(s) CNAE

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal	Construção de edifícios
Óleo de terraplenagem	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos
Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	Comércio varejista de materiais de construção em geral
Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	Transporte escolar
Locação de automóveis sem condutor	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados

Emissão: 06/03/2025 09:58:25 Validade: 04/07/2025 Usuário: LEO

Número/Controle da Certidão: BC206A002E729F67

LEONARDO OLIVEIRA LIMA
CHEFE DE TRIBUTOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

RUA URBANO ROCHA, Nº S/Nº - CENTRO

CNPJ 01597627000134

Folha Nº

309

Processo Adm Nº

040605

Câmara Municipal de Açailândia

CNPJ 18.143.442/0001-70

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

A Prefeitura Municipal de GOVERNADOR EDISON LOBÃO, a requerimento da pessoa interessada STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, CERTIFICA, para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos mobiliários com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 04/07/2025, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos tributários ou não, constituídos anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo

Cadastro: 000710 Inscrição Municipal: 1597
Contribuinte: STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA CPF/CNPJ: 18294527000131
Nome Fantasia: STRUTURA VALOR
Endereço: RUA SANTA RITA, 239 Complemento:
Bairro: CENTRO CEP: 65928000
Cidade: GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA
Inscrição Est.: 12.583946-4 Data de Abertura: 10/06/2013 Data de Encerramento: 0

Atividade: Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Construção de edifícios, Obras de terraplenagem, Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos, Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados, Comércio varejista de materiais de construção em geral, Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, Transporte escolar, Locação de

Atividade(s) CNAE

Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

Construção de edifícios

Obras de terraplenagem

Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos

Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados

Comércio varejista de materiais de construção em geral

Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista

Transporte escolar

Locação de automóveis sem condutor

Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador

Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

Emissão: 06/03/2025 09:58:07

Validade: 04/07/2025

Usuário: LEO

Número/Controle da Certidão: A5AC951C35B4C972

Leonardo Oliveira Lima

Chefe de Tributos

Port. 40/2025



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 094740/25

Data da

13/05/2025 07:55:32

Inscrição Estadual: 125839464

CPF/CNPJ: 18294527000131

Razão Social: STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA

Endereço: RUA SANTA RITA, 239 CEP: 65928000 - CENTRO

Telefone: (99)82545831

Município: GOVERNADOR EDSON LOBAO

UF: MA

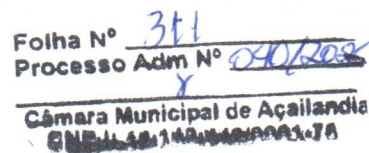
Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 11/08/2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



Data Impressão: 05/05/2025 18:52:46

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

A CAMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2025

A empresa **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ: 18.294.527/0001-31, com sede à Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison Lobão/MA, CEP: 65.928-000, através de seu representante legal a **Sr. DYEGO LUCENA RIBEIRO**, brasileiro, empresário, portadora do CPF: 027.035.063-25 e CNH nº. 03999091500 DETRAN/MA, **declara que**, está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21; Governador Edison Lobão - MA,

Gov. Edison Lobão - MA, 27 de Maio de 2025

Documento assinado digitalmente
DYEGO LUCENA RIBEIRO
Data: 27/05/2025 12:01:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

STRUTURA VALOR SERV. E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ 18.294.527/0001-31

DYEGO LUCENA RIBEIRO

CNH: 03999091500 DETRAN/MA

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E PERMANÊNCIA

A CAMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2025

A empresa **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, com sede na RUA SANTA RITA N°239 CENTRO GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA, CNPJ nº 18.294.527/0001-31 representada pelo Sr; DYEGO LUCENA RIBEIRO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, carteira de identidade nº 93641998-9 SSP/MA e CPF nº 027.035.063-25, domiciliado a RUA TIRADENTES N° 170 GOVERNADOR EDISON LOBAO- MA.

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

() Não possui a condição de Microempresa, nem Empresa de Pequeno Porte.

() Que está enquadrada, na data designada para o início da sessão pública, na condição de Microempreendedor Individual.

() Que está enquadrada, na data designada para o início da sessão pública, na condição de Microempresa e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta §4º. Do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(X) Que está enquadrada, na data designada para o início da sessão pública, na condição de Empresa de Pequeno Porte e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta §4º. Do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. Declaro conhecer na íntegra os termos da Lei, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate na presente licitação.

DECLARAMOS, ainda que:

Neste ano-calendário na realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Gov. Edison Lobão - MA, 27 de Maio de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br DYEGO LUCENA RIBEIRO
Data: 27/05/2025 12:01:50-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

STRUTURA VALOR SERV. E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ 18.294.527/0001-31

DYEGO LUCENA RIBEIRO

CNH: 03999091500 DETRAN/MA

RUA SANTA RITA 239 - CENTRO / GOV EDISON LOBAO-MA - CEP: 65.928-000
INSC. ESTADUAL 12.583946-4

Makina
VEÍCULOS E MÁQUINAS

UNITED STATES OF AMERICA
DEPARTMENT OF JUSTICE



W. J. RAY
1100 1/2 West 1st St.
St. Louis, Mo. 63101
March 1, 1968

DECLARAÇÃO LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A CAMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2025

A empresa **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, com sede na RUA SANTA RITA Nº239 CENTRO GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA, CNPJ nº 18.294.527/0001-31 representada pelo Sr; DYEGO LUCENA RIBEIRO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, carteira de identidade nº 93641998-9 SSP/MA e CPF nº 027.035.063-25, domiciliado a RUA TIRADENTES Nº 170 GOVERNADOR EDISON LOBAO- MA, abaixo assinado, DECLARA que:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Dispomos de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as nossas atividades.

Estamos situados SEDE e ESCRITORIO, RUA SANTA RITA Nº239 CENTRO, CEP 65928-000 GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA, localização com as seguintes coordenadas (-5.7498788, -47.3621152) e pátio com sede na AV. BERNADO SAYAO -RUA PRINCIPAL CIDADE NOVA 1 esquina com RUA INACIA CESAR DE MIRANDA CEP 65928-000 – GOVERNADOR EDISON LOBAO – MA, localização com as seguintes coordenadas (-57380446, -47.3602762)

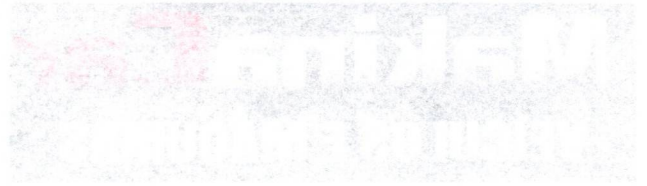
Gov. Edison Lobão - MA, 27 de Maio de 2025



Documento assinado digitalmente
DYEGO LUCENA RIBEIRO
Data: 27/05/2025 12:01:50-0300
Verifique em <https://validar.ib.gov.br>

STRUTURA VALOR SERV. E LOCAÇÕES LTDA
CNPJ 18.294.527/0001-31
DYEGO LUCENA RIBEIRO
CNH: 03999091500 DETRAN/MA

STATISTICAL VALUE DATA
CHART 11 1971-1972



STATISTICAL VALUE DATA
CHART 11 1971-1972

STATISTICAL VALUE DATA

STATISTICAL VALUE DATA
CHART 11 1971-1972

STATISTICAL VALUE DATA
CHART 11 1971-1972

STATISTICAL VALUE DATA
CHART 11 1971-1972

STATISTICAL VALUE DATA
CHART 11 1971-1972

STATISTICAL VALUE DATA

STATISTICAL VALUE DATA

STATISTICAL VALUE DATA
CHART 11 1971-1972

DECLARAÇÕES – CONJUNTA

A CAMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 040/2025

A empresa **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, com sede na RUA SANTA RITA Nº239 CENTRO GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA, CNPJ nº 18.294.527/0001-31 representada pelo Sr; DYEGO LUCENA RIBEIRO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, carteira de identidade nº 93641998-9 SSP/MA e CPF nº 027.035.063-25, domiciliado a RUA TIRADENTES Nº 170 GOVERNADOR EDISON LOBAO– MA, abaixo assinado propõe;

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II – solicitamos nosso enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber; declarando ainda ser empresa enquadrada como EPP.
- III - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- IV - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- V - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social
- VI - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- VII - A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema,
- VIII - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- IX - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- X - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; 27/05/2025.

XI - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

XII - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

XIII - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

XIV - Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)

XVI - Declaramos fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.

XVII - Sob as penalidades da lei, temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o órgão licitador.

XVIII - Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- A)** TEMOS DISPONIBILIDADE QUANTO AOS ITENS SOLICITADOS EM EDITAL
- B)** TEMOS ESTRUTURA FISICA ESCRITORIO/PATIO DE MAQUINAS E VEICULOS
- C)** ESTAMOS CIENTES QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA DOS ITENS

DECLARAMOS, ainda que:

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:
Dispomos de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as nossas atividades. Estamos situados SEDE e ESCRITORIO, RUA SANTA RITA Nº239 CENTRO, CEP 65928-000 GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA, localização com as seguintes coordenadas (-5.7498788, -47.3621152) e pátio com sede na AV. BERNADO SAYAO -RUA PRINCIPAL CIDADE NOVA 1 esquina com RUA INACIA CESAR DE MIRANDA CEP 65928-000 – GOVERNADOR EDISON LOBAO – MA, localização com as seguintes coordenadas (-57380446, -47.3602762).

- 1- Estamos cientes sob as penas da Lei, de que nada deve à Fazenda MUNICIPAL desse município, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada e outros, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- 2- Autorizamos a esse órgão ou comissão a fazer as devidas investigações complementares que se
RUA SANTA RITA 239 - CENTRO / GOV EDISON LOBAO-MA - CEP: 65.928-000
INSC. ESTADUAL 12.583946-4

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

fizerem necessárias no âmbito municipal, estadual e federal.

I - A proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023)

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Gov. Edison Lobão - MA, 27 de Maio de 2025



Documento assinado digitalmente
DYEGO LUCENA RIBEIRO
Data: 27/05/2025 12:01:50-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

STRUTURA VALOR SERV. E LOCAÇÕES LTDA
CNPJ 18.294.527/0001-31
DYEGO LUCENA RIBEIRO
CNH: 03999091500 DETRAN/MA



CNPJ 55.702.412/0001-65
AV MAXIMINO PORPINO DA SILVA, N 2625, SALA 01
BAIRRO ESTRELA, CEP: 68.742-758, CASTANHAL-PA
Contato: (91) 99175-2022 comercial@supersolucoes.com

Folha Nº 319
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailândia
GNE nº 12.143.442/2021.76

A

CAMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA/MA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ILMO(A). PREGOEIRO(A)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PARA ATENDER DAS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA- MA.

SUPER SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 55.702.412/0001-65, Inscrição estadual: 15.965.000-3, Inscrição municipal: 0027071, Endereço: Av. Maximino Porpino da Silva, nº 2.625, Sala 01, Bairro: Estrela, Cidade: Castanhal, Estado: Pará, CEP 68742 758, Telefone: (91) 99175 2022, E mail:comercial@supersolucoes.com, neste ato representada por sua titular, apresentar as **RAZÕES DO RECURSO**, interposto em face da decisão que declarou habilitada e vencedora a empresa **STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA**, CNPJ 18.294.527/0001-31, com fulcro no artigo 165, da Lei nº 14.133/2021, nos demais dispositivos legais pertinentes a matéria, na mais cristalina e consolidada Jurisprudência da Corte de Contas da União, dos Tribunais Superiores, na boa Doutrina, nos fatos e fundamentos atinentes questão, que passa a expor para ao final requerer.

[Faint, illegible markings]

DAS RAZÕES

DA TEMPESTIVIDADE

1. Segundo o artigo 165, I, da Lei nº 14.133/2021, a RECORRENTE tem 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de seu recurso:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*

2. Na data de 29/05/2025 fora apresentada a intenção. Seguindo-se a regra processual quanto à contagem de prazo dos três dias úteis concedidos para apresentação das razões do recurso, a contagem iniciou no dia 30/05/2025 e concluída em 03/06/2025. Verificando-se a tempestividade da apresentação do presente RECURSO, passa a aduzir os fatos para somente após, argumentar o direito e fazer o pedido.

DOS FATOS

3. A recorrente baixou o edital, organizou seus documentos, digitou sua proposta nos campos disponibilizados pelo sistema, participou da sessão do certame e durante a fase de lances, tendo a RECORRENTE ficado atrás da RECORRIDA, **STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA**, após o término da fase de lances.
4. Ocorre que, na fase de apresentação da habilitação e da proposta readequada por parte dos vencedores, que segundo o edital do presente certame equivale a um período de 2 (duas) horas, a RECORRIDA, **STRUTURA VALOR SERVICOS E LOCACOES LTDA**, foi declarada habilitada e vencedora do processo licitatório mesmo não tendo anexado todos os documentos de habilitação.
5. A RECORRIDA apresentou habilitação faltando os seguintes documentos exigidos no edital:

Handwritten notes in the top left corner, possibly a date or reference number.

Handwritten text in the top right corner, possibly a name or title.

Handwritten text in the upper middle section of the page.

Handwritten text in the middle section of the page.

Handwritten text in the lower middle section of the page.

Handwritten text in the lower section of the page.

Handwritten text in the bottom section of the page.

Handwritten text in the bottom section of the page.

- a) Deixou de apresentar Cadastro de Inscrição de Pessoa Física, violando a exigência do item 9.14.1 do edital;*
- b) Deixou de apresentar Prova de Inscrição Municipal, violando a exigência do item 9.14.7 do edital;*
- c) Deixou de apresentar comprovação de aptidão da prestação de serviços, ou seja, atestados de Comprovação Técnica, violando a exigência do item 9.16.1 do edital.*

6. Diante da inobservância das exigências do instrumento convocatório, o julgamento realizado no presente certame que resultou na habilitação da empresa supracitada, revela violação ao devido processo legal, por conseguinte à legalidade, à economicidade, à igualdade, à vinculação ao edital.
7. Tendo apresentados os fatos, passa a argumentar o direito.

DO DIREITO E ARGUMENTAÇÃO

DA AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA PELA NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DA INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

8. A empresa **Recorrida** foi considerada habilitada sem nem mesmo anexar no portal os documentos de habilitação exigidos no instrumento de convocação.
9. A ausência de exibição dos documentos da recorrida, e a atitude de habilitar a mesma, violam os princípios do devido processo legal, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, legalidade, entre outros previstos na Lei nº 14.133/2021.
10. O devido processo legal é uma das mais sólidas garantias que o ordenamento jurídico oferece para a proteção dos direitos individuais, mantendo viva a tradição de uma justiça que se pauta pelo respeito às formalidades consagradas pelo tempo.
11. Desde os primórdios do Estado de Direito, quando os ritos processuais se constituíam como baluartes contra a arbitrariedade do poder, a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa sempre representou um compromisso inegociável com a dignidade da pessoa humana.

Handwritten notes in the top left corner, possibly a date or reference number.

Handwritten text in the top right corner, possibly a name or title.

First main paragraph of text, appearing to be a formal letter or report.

Second main paragraph of text, continuing the narrative or argument.

Third main paragraph of text, possibly a conclusion or summary.

Section header or sub-header, possibly "DO NOT WRITE IN THESE SPACES".

Text block following the section header, possibly a list or detailed notes.

Text block, possibly a continuation of the list or notes.

Text block, possibly a continuation of the list or notes.

Text block, possibly a continuation of the list or notes.

Text block, possibly a continuation of the list or notes.

12. A observância do devido processo legal é, desde tempos remotos, a garantia de que os ritos processuais se desenvolvem com a necessária segurança e formalidade que o ordenamento jurídico exige.
13. Quando há a não obediência a esses princípios em processos administrativos, as consequências são graves e tocam o cerne da tradição jurídica que sempre prezou pela legalidade e pela proteção dos direitos dos cidadãos.
14. **Primeiramente, a inobservância do devido processo legal acarreta a nulidade dos atos administrativos praticados, uma vez que a ausência de garantias essenciais, como o direito ao contraditório e à ampla defesa, viola o princípio da legalidade.**
15. Essa nulidade não é apenas formal, e afeta a eficácia e a legitimidade dos procedimentos, comprometendo a segurança jurídica que sempre foi um alicerce do Estado de Direito.
16. **Ademais, a descon sideração dos preceitos processuais consagrados fragiliza a confiança que a sociedade deposita na Administração Pública. Ao negligenciar as tradições e ritos que, historicamente, asseguraram decisões equânimes e fundamentadas, o gestor público expõe-se à judicialização dos atos administrativos, com o risco de ter seus procedimentos revistos e anulados pelo Poder Judiciário.**
17. Essa intervenção judicial, embora necessária para a reparação de eventuais injustiças, representa um afastamento da prática tradicional de segurança e estabilidade processual que sempre caracterizou o sistema jurídico.
18. Em síntese, a não obediência ao devido processo legal em processos administrativos não só invalida os atos praticados, mas também compromete a credibilidade e a tradição que sustentam a administração justa e ordenada, reforçando a necessidade de que todos os procedimentos sejam realizados em estrita conformidade com os ritos processuais consagrados pelo tempo.
19. **Para além disso, viola a legalidade e os princípios legais habilitar a Recorrida tendo a mesma apresentado documentos com DIVERSAS INOVSERVÂNCIAS ao instrumento convocatório.**

20. Sobre o tema de vinculação ao instrumento convocatório, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça, da seguinte forma:

LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DESCLASSIFICAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO EDITAL PELA EMPRESA RECORRENTE. DECISÃO ADMINISTRATIVA PROFERIDA SOB O CRIVO DA LEGALIDADE.

I – O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público.

(RMS 10.847/MA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEGUNDA TURMA, julgado em 27.11.201, DJ 18.02.2002 p. 279) (grifo nosso)

21. O STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão assim ementada:

*EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. **A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade.** 4. **É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou.** 5. **Negado provimento ao recurso.***

22. Há centenas de acórdãos do TCU que tratam da vinculação ao edital, com orientação alinhada àquela apresentada nesta peça e que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão nº 483/2005:

“Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 41, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1993”.

23. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório **obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.**
24. Portanto, requer-se que seja a Recorrida **DECLASSIFICADA**, para que o processo licitatório possa ser concretizado sem nenhum vício que o corrompa.

DA IMPORTÂNCIA DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS E DA NECESSIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA PERANTE A SUA OMISSÃO

25. O Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal da empresa é um documento essencial para a **verificação de identidade, autenticidade e legitimidade da representação jurídica da licitante.**
26. Ele é necessário para confirmar a identidade do signatário da proposta e demais documentos, garantir a rastreabilidade e responsabilidade individual do representante da empresa, além de permitir conferência cruzada com outros documentos, como atos societários, procurações e contratos sociais.
27. A ausência desse documento **impossibilita a verificação segura da representação da empresa**, o que compromete a validade de todos os atos praticados em seu nome dentro do certame.
28. Sem o CPF do representante, a Administração Pública **não pode verificar a identidade e legitimidade do agente que subscreveu os documentos**, nem garantir a validade da proposta ofertada. A ausência desse documento representa **grave vício de habilitação jurídica**, impondo **inabilitação imediata da licitante**, conforme os critérios objetivos da Lei nº 14.133/2021.

29. Ademais, acerca da inscrição do cadastro de contribuintes municipal, a mesma é indispensável para comprovar que a empresa exerce atividade econômica regular perante a administração tributária municipal, demonstrar que a empresa está habilitada a prestar o serviço compatível com o objeto da licitação, no local de sua sede, além de evidenciar a regularidade fiscal plena, nos três entes federativos.
30. A ausência desse documento compromete a validade da habilitação fiscal da empresa, impedindo a aferição de sua regularidade tributária junto ao Município.
31. Nos termos do artigo 63, III da Lei 14.133/21, a regularidade fiscal será exigida do licitante mais bem classificado, se enquadrando à RECORRIDA.
32. Portanto, a exigência de apresentação da inscrição municipal não é uma liberalidade do edital, mas uma imposição legal, devendo ser cumprida integralmente para que a empresa esteja habilitada a contratar com o poder público.
33. Além do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a omissão de documentação essencial impede julgamento objetivo, em violação direta ao art 5º da Lei 14.133/21.
34. A empresa que não apresenta prova de inscrição municipal **não comprova sua regularidade fiscal**, exigência **objetiva, legal e inafastável**. Trata-se de vício **insanável**, que impõe **obrigatória inabilitação**, sob pena de nulidade do processo licitatório.
35. Não obstante, outra documentação imprescindível de ser apresentada, os Atestados de Capacidade Técnica, foi omitida pela RECORRIDA.
36. Os atestados de capacidade técnica têm como objetivo **comprovar a experiência pretérita da empresa** na execução de objeto similar ao pretendido pela Administração. Tais documentos são fundamentais para **avaliar a capacidade operacional e técnica da licitante**, além de **minimizar riscos de inexecução, atrasos ou falhas contratuais**, bem como **resguardar a Administração Pública de contratações ineficientes e onerosas**.
37. A ausência desses documentos **elimina qualquer possibilidade de aferição da qualificação técnica**, o que impede o prosseguimento da empresa na licitação.

38. A Lei 14.133/21, em seu artigo 67, inciso II, estabelece que certidões e atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, serão documentos para comprovar a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional da empresa licitante.

39. Assim, a exigência de atestados é legal, objetiva e plenamente válida, e sua não apresentação gera a inabilitação automática, sob pena de violação da Lei e do princípio da isonomia.

DO PEDIDO

Ante o exposto, confiando no bom senso deste(a) agente de contratação REQUER que:

I - Seja recebido, processado e julgado procedente o presente RECURSO no sentido de rever a decisão de habilitação da RECORRIDA, e DESCLASSIFI-CÁ, por violação ao instrumento convocatório e legalidade;

II – Não sendo acatado o referido recurso, seja encaminhado à AUTORIDADE SUPERIOR, para que seja respeitado o Direito a duplo grau de apreciação, nos termos do artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

SUPER SOLUCOES
E SERVICOS
LTDA:557024120
00165

Assinado de forma
digital por SUPER
SOLUCOES E SERVICOS
LTDA:55702412000165
Dados: 2025.06.03
16:59:13 -03'00'

Castanhal (PA), 03 de junho de 2025.

SUPER SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 55.702.412/0001-65

EMILY ROCHA DE OLIVEIRA LIMA

CPF 928.328.652-91

REPRESENTANTE LEGAL

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
AÇAILÂNDIA – MA

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 040/2025

A empresa **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, com sede na RUA SANTA RITA N°239 CENTRO GOVERNADOR EDISON LOBAO - MA, CNPJ nº 18.294.527/0001-31 representada pelo Sr; DYEGO LUCENA RIBEIRO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, carteira de identidade nº 93641998-9 SSP/MA e CPF nº 027.035.063-25, domiciliado a RUA TIRADENTES N° 170 GOVERNADOR EDISON LOBAO– MA, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do art. 165, inciso I, da Lei n. 14.133/2024, interpor **CONTRARRAZÃO** ao recurso apresentado pela empresa **SUPER SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 55.702.412/0001-65.

- Da inabilitação do fornecedor **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA** CNPJ 18.294.527/0001-31. Referente aos itens 01 e 02. Trata-se de licitação cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para serem utilizados nas atividades da CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE AÇAILÂNDIA/MA, conforme disposições do termo de referência. Sabe-se que os procedimentos licitatórios possuem regramento específico e que os licitantes devem observância aos termos da lei e do edital, sob pena de inabilitação.

No presente caso, a recorrente demonstrará que o licitante **SUPER SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ 55.702.412/0001-65 não se atentou, ou fez análise sem os devidos conhecimentos mínimos necessários de documentação, que são por sua vez fundamentais em todo e/ou qualquer processo licitatório. O recurso foi baseado nas seguintes alegações:

- a) Deixou de apresentar Cadastro de Inscrição de Pessoa Física, violando a exigência do item 9.14.1 do edital;
- b) Deixou de apresentar Prova de Inscrição Municipal, violando a exigência do item 9.14.7 do edital;
- c) Deixou de apresentar comprovação de aptidão da prestação de serviços, ou seja, atestados de Comprovação Técnica, violando a exigência do item 9.16.1 do edital.

DA COMPROVAÇÃO: em resposta aos itens A,B e C.

Obs.: as páginas citadas nessa contrarrazão, diz respeito a documentação de habilitação apresentada no

RUA SANTA RITA 239 - CENTRO / GOV EDISON LOBAO-MA - CEP: 65.928-000
INSC. ESTADUAL 12.583946-4



UNIVERSITY OF CALIFORNIA
LIBRARY
DIVERSITY
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

1971-1972

1973-1974

1975-1976

1977-1978
1979-1980
1981-1982
1983-1984
1985-1986
1987-1988
1989-1990
1991-1992
1993-1994
1995-1996
1997-1998
1999-2000
2001-2002
2003-2004
2005-2006
2007-2008
2009-2010
2011-2012
2013-2014
2015-2016
2017-2018
2019-2020
2021-2022
2023-2024
2025

1971-1972
1973-1974
1975-1976
1977-1978
1979-1980
1981-1982
1983-1984
1985-1986
1987-1988
1989-1990
1991-1992
1993-1994
1995-1996
1997-1998
1999-2000
2001-2002
2003-2004
2005-2006
2007-2008
2009-2010
2011-2012
2013-2014
2015-2016
2017-2018
2019-2020
2021-2022
2023-2024
2025

1971-1972
1973-1974
1975-1976
1977-1978
1979-1980
1981-1982
1983-1984
1985-1986
1987-1988
1989-1990
1991-1992
1993-1994
1995-1996
1997-1998
1999-2000
2001-2002
2003-2004
2005-2006
2007-2008
2009-2010
2011-2012
2013-2014
2015-2016
2017-2018
2019-2020
2021-2022
2023-2024
2025

1971-1972
1973-1974
1975-1976
1977-1978
1979-1980
1981-1982
1983-1984
1985-1986
1987-1988
1989-1990
1991-1992
1993-1994
1995-1996
1997-1998
1999-2000
2001-2002
2003-2004
2005-2006
2007-2008
2009-2010
2011-2012
2013-2014
2015-2016
2017-2018
2019-2020
2021-2022
2023-2024
2025

1971-1972

1973-1974
1975-1976
1977-1978
1979-1980
1981-1982
1983-1984
1985-1986
1987-1988
1989-1990
1991-1992
1993-1994
1995-1996
1997-1998
1999-2000
2001-2002
2003-2004
2005-2006
2007-2008
2009-2010
2011-2012
2013-2014
2015-2016
2017-2018
2019-2020
2021-2022
2023-2024
2025

processo licitatório citado.

- A documentação a qual faz menção o item A, se faz presente na página nº 43, através da carteira nacional de habilitação, onde no seu corpo está presente o numero de cadastro de pessoa física, ou seja, CPF .
- Em resposta ao item B, onde a alegação se faz por conta da ausência da prova de inscrição Municipal, tais documentos se apresenta nas paginas de Nº 197 e 198. Vale ressaltar que nessas páginas está contida a CERTIDAO NEGATIVA DE DIVIDA MUNICIPAL e CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS. No corpo dessas certidões está inserido o número de inscrição municipal, de que outro modo tais certidões poderiam ser emitidas, caso a empresa não estivesse devidamente inscrita?
- Por fim, ao que alega o item C, onde faz menção a ausência de comprovação e/ou capacidade técnica. A comprovação se encontra presente através de contratos públicos e notas fiscais emitidos, tanto a órgãos públicos, prefeituras diversas, quanto a empresas privadas. A alegação poderia contudo ser louvável, se os objetos fossem por sua vez distintos ao exigido em edital, no entanto, são veículos semelhantes tanto em tipo quanto em quantidades solicitadas. Páginas para consulta de documentos Nº 05 a 25 e 47 a 99.

No mesmo sentido é o art. 67, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, segundo o qual a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico operacional será restrita a prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, portanto, a habilitação técnica visa a demonstrar a aptidão do licitante para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, devendo ser comprovada por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, nos termos previstos no edital.

Desse modo, solicitamos que seja sustentada a decisão do pregoeiro em habilitar a empresa STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA CNPJ 18.294.527/0001-31 nos itens 01 e 02 do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025**. Termos em que se pede e espera provimento.

Gov. Edison Lobão - Ma 05 de Junho de 2025

Documento assinado digitalmente
DYEGO LUCENA RIBEIRO
Data: 05/06/2025 11:27:43-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

STRUTURA VALOR SERV. E LOCAÇÕES LTDA
CNPJ 18.294.527/0001-31
DYEGO LUCENA RIBEIRO
CNH: 03999091500 DETRAN/MA

RUA SANTA RITA 239 - CENTRO / GOV EDISON LOBAO-MA - CEP: 65.928-000
INSC. ESTADUAL 12.583946-4

